

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO

**ESTRUTURAS OPRESSORAS, POVOS FAMINTOS: A COLONIALIDADE E A
VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO**

FERNANDA FERREIRA CARVALHO

GOIÂNIA
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

FERNANDA FERREIRA CARVALHO

3. Título do trabalho

ESTRUTURAS OPRESSORAS, POVOS FAMINTOS: A COLONIALIDADE E A VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gonçalves Rocha, Professor do Magistério Superior**, em 27/08/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA FERREIRA CARVALHO, Discente**, em 31/08/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1514760** e o código CRC **B7DE27CA**.

Referência: Processo nº 23070.037955/2020-46

SEI nº 1514760

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO

**ESTRUTURAS OPRESSORAS, POVOS FAMINTOS: A COLONIALIDADE E
A VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO**

FERNANDA FERREIRA CARVALHO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de mestre em Direito Agrário.

Orientador: Prof. Dr. EDUARDO GONÇALVES ROCHA

Goiânia
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carvalho, Fernanda Ferreira

Estruturas opressoras, povos famintos: [manuscrito] : a colonialidade e a violação ao direito humano à alimentação / Fernanda Ferreira Carvalho. - 2018.

CXXXVI, 136 f.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gonçalves Rocha.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

1. Direito Agrário. 2. colonialidade. 3. direito humano à alimentação. 4. segurança alimentar. I. Rocha, Eduardo Gonçalves, orient. II. Título.



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTITULADA “ESTRUTURAS OPRESSORAS, POVOS FAMINTOS: A COLONIALIDADE E A VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO” APRESENTADA E DEFENDIDA PELO(A) CANDIDATO(A) FERNANDA FERREIRA CARVALHO.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 09:00 hs, na Sala de
2 Video Conferência da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a Sessão de Julgamento da
3 Dissertação de Mestrado intitulada “**ESTRUTURAS OPRESSORAS, POVOS FAMINTOS: A**
4 **COLONIALIDADE E A VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO**”, apresentada
5 e defendida pelo(a) candidato(a) **FERNANDA FERREIRA CARVALHO**. A Banca Examinadora
6 ficou assim composta: Prof. Dr. Eduardo Gonçalves Rocha, orientador e Presidente da Banca,
7 Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas, membro interno e Prof. Dr. Douglas Antonio
8 Rocha Pinheiro, membro externo. Após a abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente
9 agradeceu a presença de todos, apresentou a Banca Examinadora e também o(a) aluno(a).
10 Em seguida, foi dada a palavra ao(a) candidato(a), pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos,
11 para fazer exposição sobre o seu trabalho. Após a exposição, foi dada a palavra ao Prof. Dr.
12 Douglas Antonio Rocha Pinheiro, para fazer suas arguições que foram respondidas pelo(a)
13 aluno(a) no tempo regulamentar. Em seguida, foi dada a palavra ao Prof. Dr. Fernando Antonio
14 de Carvalho Dantas, para fazer suas arguições, que foram respondidas pelo(a) aluno(a) no
15 tempo regulamentar. Logo após, o Senhor Presidente da Banca Examinadora teceu alguns
16 comentários sobre o trabalho e informou aos presentes que a Banca deixaria o recinto por
17 alguns minutos, a fim de colher as notas de cada examinador. A Banca retornou ao recinto e
18 mandou convidar a todos para a proclamação dos resultados, sendo considerado(a)
19 APROVADA, e o(a) candidato(a) declarado(a) Mestre em **DIREITO AGRÁRIO**,
20 **AREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO AGRÁRIO**. Nada mais tendo a declarar eu, Marcelo
21 Cursino Soares, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, segue assinada
22 pelos membros da Banca Examinadora



Prof. Dr. Eduardo Gonçalves Rocha (Presidente)



Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas (Membro)



Prof. Dr. Douglas Antonio Rocha Pinheiro (Membro Externo)

Goiânia, 24 de julho de 2018.

FERNANDA FERREIRA CARVALHO

**ESTRUTURAS OPRESSORAS, POVOS FAMINTOS: A COLONIALIDADE E A
VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Agrário, defendida e _____ em ____ de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gonçalves Rocha

Examinador: Prof. Dr. Douglas Antônio Rocha Pinheiro

Examinador: Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai e minha mãe, meu porto seguro, que me possibilitaram chegar até aqui, nunca deixando faltar incentivo, carinho e amor.

Ao meu irmão, por ser meu exemplo.

Ao meu companheiro de vida, Roniery, pela paciência, pelo apoio, pelo incentivo.

A meu professor orientador, Dr. Eduardo Gonçalves Rocha, por quem nutro muita admiração.

A meus colegas de orientação, que leram, opinaram, debateram ponto a ponto este trabalho, fazendo essa jornada mais leve e alegre, porque coletiva.

Aos meus amigos no mestrado, pelos momentos de alegria, de concentração, de debates, de viagens a congressos, de trabalhos em campo. Vocês tornaram essa jornada mais prazerosa e menos solitária.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Direito Agrário, especialmente, professores Fernando Dantas, Maria Cristina, Cláudio Maia, Adegmar e Marés.

A todos que me acompanharam, agradeço.

*“Ô josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça”*

Nação Zumbi - Da lama ao caos

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar se o modelo agrícola hegemônico no país, o agronegócio, promove o direito humano à alimentação ou se reproduz uma lógica colonial que obstaculiza a sua realização. Para isso, no primeiro capítulo buscou-se identificar a relação entre o colonialismo e a fome, a partir do aprofundamento na teoria de Josué de Castro e suas críticas ao malthusianismo, por ser esta uma das principais teorias utilizadas pelas potências imperialistas para apresentar a fome como fenômeno natural e não como fruto de relações sociais coloniais, opressoras e de dominação. No segundo capítulo, investigamos como a dominação e exploração permanece nos dias de hoje, por meio da colonialidade, elemento essencial do sistema-mundo moderno colonial de reprodução de práticas sociais e de poder que reforçam relações de dominação e exploração legitimadas por razões, supostamente, naturais. Centramos nos seguintes aspectos da colonialidade: globalização, racialidade, neomalthusianismo e financeirização do mundo, demonstrando como essas são formas de, ainda hoje, serem perpetuadas relações opressoras e qual o impacto dessas práticas na (in)segurança alimentar, principalmente nos países do Terceiro Mundo. E, por fim, no terceiro capítulo, investigamos sobre o modelo hegemônico de produção agrícola no Brasil, o agronegócio, de maneira a identificar a relação de sua prática com a colonialidade, identificando se reproduzem uma lógica colonial que obstaculiza a realização do direito humano à alimentação.

Palavras-chave: Direito Agrário; colonialidade; direito humano à alimentação; segurança alimentar.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to investigate if the hegemonic agricultural model in Brazil, agribusiness, promote the human right to adequate food or if it reproduces an colonial logic that hinders the implementation of this human right. For this, the first chapter sought to identify the relation between colonialism and hungry, from the understanding of Josué de Castros's theory and his critics to Malthusianism, because of the fact that this is one of the main theories used by Imperialist powers to show hungry as an natural phenomenon and not as an result of colonials and oppressive social relations. The second chapter sought to investigate how the domination and exploration remains in the actual days, through the coloniality, essential element of modern/colonial world-system, that reproduces social and power practices which improve relations of domination and exploration based on natural reasons, supposedly. The focus is on the following aspects of coloniality: globalization, raciality, neo-Malthusianism and financialization of the world, showing how these are ways of, even today, oppressive relations be perpetuated and what are the impact of these pratices in food (in)security, mainly in the Third World. Finally, the third chapter sought to investigate about the hegemonic agricultural model, the agribusiness, searching the relation between its practice and the coloniality, identifying if it reproduces and colonial logic which hinders the implementation of human right to adequate food.

Key-words: Agrarian Law; coloniality; human right to adequate food; food security.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – O COLONIALISMO E A FOME: AS BASES TEÓRICAS E AS CONSEQUÊNCIAS DO COLONIALISMO NO SÉCULO XIX.....	14
1.1. A teoria da população de Malthus: a justificativa das classes dominantes para o aumento da miséria nos fins do século XVIII na Europa.	15
1.4. O malthusianismo: o desenvolvimento e aplicação das ideias de Malthus.....	21
1.6. A crítica à superpopulação absoluta de Malthus.	23
1.7. Josué de Castro: o combate às verdadeiras causas da fome é inseparável ao combate às ideias de Malthus	27
1.8. Modernidade e colonização: duas faces de uma mesma realidade.....	30
1.9. Relatos das grandes fomes nas colônias do Império Britânico no fim do século XIX	35
1.9.1. O caso da Índia.....	38
1.9.2. O caso da China.....	42
1.9.3. O caso do Brasil.....	46
CAPÍTULO 2 – COLONIALIDADE: A PERSISTÊNCIA DE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO E DOMINAÇÃO NO CHAMADO TERCEIRO MUNDO	56
2.1. As relações de poder entre potências capitalistas e o Terceiro Mundo: a naturalização da exploração	58
2.2. Globalização: as relações de exploração se estendem ao mundo todo	60
2.3. A colonialidade do poder: as relações hierárquicas de dominação	70
2.3.1. Estados nação-modernos x Estados oligárquicos	77
2.2. O neomalthusianismo: a justificativa das classes dominantes para a miséria nos países do Terceiro Mundo no pós Segunda Guerra Mundial.....	82
2.3. A Dívida Externa: o aprofundamento da dominação sobre os países do Terceiro Mundo a partir da década de 1970.....	91
2.3.1. Relatos sobre o impacto da dívida externa nos países do Terceiro Mundo.....	96
CAPÍTULO 3 – OS IMPACTOS DO MODELO HEGEMÔNICO DE AGRICULTURA NO BRASIL SOBRE O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO	100
3.1. A Revolução Verde no Brasil: a gênese do agronegócio.....	102
3.2. Década de 1950 no Brasil: o debate público sobre qual caminho tomar	104
3.3. Latifúndio e monocultura: a manutenção de elementos colonizadores no agronegócio brasileiro.	111
3.4. A visão produtivista e neomalthusiana da ABAG sobre questão da segurança alimentar	119

3.5. Os impactos das políticas do FMI para o Brasil: a diminuição dos investimentos nas áreas sociais e nas políticas de segurança alimentar	130
3.6. Os impactos dos planos no FMI no Brasil: o aprofundamento do agronegócio e a insegurança alimentar.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

INTRODUÇÃO

O início dos estudos sobre a fome no mundo se relaciona aos estudos sobre o pauperismo e remonta ao período histórico pós-revoluções burguesas, quando o povo, atraído pelas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade, contribuiu ativamente para o sucesso da Revolução Francesa, Revolução Americana, dentre outras, e num período posterior viu essas mesmas promessas não serem cumpridas para uma grande parte da população, que padecia na miséria.

Na Inglaterra do século XVIII, enquanto a Revolução Industrial caminhava a passos largos, com a substituição da manufatura pelas máquinas, um alto contingente de pessoas que havia sido expulsa do campo pelas políticas de cercamentos perderam seus empregos e passaram a mendigar nas cidades inglesas.

Vários pensadores se debruçaram então a estudar o porquê da miséria, já na fase do capitalismo, e quais poderiam ser as soluções para este problema que levava à morte tantas pessoas – por fome, doenças, etc. Os socialistas utópicos provavelmente tenham sido os primeiros a estudar o caso, e eram otimistas ao elaborar que o aumento da produção poderia levar à socialização dela, e, conseqüentemente, caminhar para uma sociedade igualitária.

Em resposta a essas ideias, o inglês Thomas Robert Malthus, publicou anonimamente, em 1798, o seu “Ensaio sobre o princípio da população”, que até então era um panfleto político, com a intenção de fazer circular suas ideias. Alguns anos depois, o autor elaborou uma segunda edição, melhor e mais minuciosamente elaborada; e continuou atualizando sua obra até 1833. A ideia central desse texto era o de relacionar o aumento da pobreza e da fome ao aumento populacional, que podia ser visto a olhos nus na Inglaterra. A conclusão era a de que a miséria é natural e inevitável, tão natural quanto o aumento populacional, e de que nada poderia ser feito para mudar isso, sob pena de o homem, ao tentar salvar alguns pobres da miséria, piorar a situação de vida da maioria dos pobres.

Essas ideias “serviram como uma luva” aos interesses imperialistas e colonizadores da Inglaterra e demais potências capitalistas da época. Desde 1870 o imperialismo se estruturava, os países europeus acumulavam colônias, dominando populações inteiras e a marca da colonização nesses povos era a miséria e a fome. Nesse período, grandes regiões do mundo foram assoladas pela fome, assombrando e matando

populações inteiras. As classes dominantes, sob o olhar do malthusianismo, atribuíram a fatores naturais (clima, excesso de população, etc.) a tal fome avassaladora. Mas, questionamos: em que medida a fome não foi causada pelas estruturas econômicas de exploração e dominação impostas por alguns países a outros; ou, quando de fato houve fome em decorrência de secas, esta não poderia ter sido evitada se não fosse a dominação a que esses povos estavam submetidos?

Interessante observar que a fome segue presente até os dias atuais, em que, de acordo com dados da FAO, quase 800 milhões de pessoas no mundo sofrem subnutrição aguda (FAO, 2015, p. 4). E, ainda hoje, são fortes as ideias de Malthus, que se expressam por meio do chamado neomalthusianismo. Os neomalthusianos são aqueles que analisam o subdesenvolvimento a partir dos movimentos populacionais dos países de Terceiro Mundo, justificando referido subdesenvolvimento com uma suposta superpopulação crescente nesses países. A conclusão é que, para que haja desenvolvimento, é preciso controle de natalidade, sendo este o aspecto determinante do desenvolvimento de um país (DAMIANI, 2015, p. 23).

Os neomalthusianos ignoram, contudo, a história desses países, dominados por séculos pelo colonialismo europeu ou, alguns, norte-americano. Ignoram o nível de dominação a que esses povos famintos foram submetidos, muitos deles (como no caso da África e Ásia) tendo conquistado sua independência apenas a partir da segunda metade do século XX – período histórico recentíssimo. Ou ainda, nos casos da América Latina, em que a colonização se deu mais prematuramente – a partir do século XVII – e a independência dos países remonta ainda ao século XIX, permaneceram estruturas econômicas de dominação que faziam com que grande parte das riquezas desses países ainda fosse explorada ou remetida ao estrangeiro.

Assim, percebe-se que até hoje existem discursos de justificativa da pobreza e da miséria que são de influência malthusiana e acabam por falsear a realidade sobre as verdadeiras causas da fome, atribuindo a fatores naturais as suas causas, e eximindo de qualquer responsabilidade as ações dos homens – principalmente os das classes dominantes.

O problema central da presente dissertação é: o modelo agrícola hegemônico no Brasil, o agronegócio, serve para efetivar o Direito à Alimentação ou reafirma uma lógica colonial de violação a esse direito?

O problema da fome continua na ordem do dia. Afinal, se a produção de alimentos no mundo já é suficiente para alimentar toda a população, porque persiste a

fome? (CASTRO, 1965). A justificativa de que a fome é um problema de superpopulação não pode mais ser aceita, pois contraria o desenvolvimento histórico, quando o homem provou, por meio do aprimoramento da tecnologia e da técnica, ser possível plantar em lugares antigamente inimagináveis e aumentar a produção dos solos já naturalmente férteis (CASTRO, 1965).

No primeiro capítulo, identificaremos o que foi o colonialismo, tendo como tema central a alimentação, fazendo uma retrospectiva histórica necessária. Iremos assentar as bases dos conceitos centrais utilizados na dissertação, quais sejam, malthusianismo e a crítica ao malthusianismo desenvolvida, principalmente, por Josué de Castro. Traremos as principais ideias de Malthus, expressas principalmente em seu “Ensaio sobre o princípio da população”, que são a base de seu pensamento. Demonstraremos como as ideias de Malthus foram desenvolvidas para responder aos problemas do imperialismo e colonialismo dos séculos XIX e XX, que causavam fome e miséria nas colônias e semicolônias.

E por fim, no primeiro capítulo, explicitaremos as consequências do colonialismo: as grandes fomes. Tomaremos os casos da Índia, da China e do Brasil como exemplos, utilizando como aporte o livro “Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo”, do americano Mike Davis, e “Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX”, de Marco Antonio Villa, para tratar sobre o Brasil.

No segundo capítulo, faremos uma discussão sobre colonialidade e neomalthusianismo. O estudo sobre a colonialidade é essencial para averiguar como persistem as relações de interdependência hierárquicas entre Estados-nação, e internamente em cada um deles; e, em grande medida, explica o porquê dos povos dos países subdesenvolvidos não terem garantidos direitos que foram conquistados e implantados nos países mais desenvolvidos. Para tanto, utilizaremos como referencial teórico autores da chamada decolonialidade. Referida teoria vai ser a base para confrontar a tese neomalthusiana sobre a fome no Terceiro Mundo. Opondo, assim, a perspectiva que a violação cotidiana ao direito à alimentação no Terceiro Mundo é decorrente, principalmente, do histórico de colonização e relações de dominação que persistem (perspectiva dos autores decoloniais) à visão neomalthusiana de que o principal para a fome atual é uma suposta superpopulação no Terceiro Mundo (Ásia, África e América Latina).

Por fim, o esforço do terceiro capítulo será o de localizar o modelo hegemônico de agricultura brasileiro, o agronegócio, em toda a discussão que fora desenvolvida nos capítulos anteriores, identificando qual sua relação com o malthusianismo e a colonialidade. Analisaremos quais são as bases desse modelo, de maneira a identificar se ele promove a realização do direito à alimentação ou se reproduz uma lógica colonial. Para tanto, pesquisaremos sobre a sua origem na década de 1960, quais os debates políticos se desenvolviam na época, demonstrando que a sua implantação não se deu de maneira pacífica, mas sim como uma resposta à luta de milhares de camponeses brasileiros que lutavam por uma reforma agrária. Demanda esta que, como veremos, o agronegócio não atenderá.

No centro da discussão sobre o agronegócio e seus conflitos destacaremos a questão da segurança alimentar, evidenciando qual a visão que os defensores do agronegócio reproduzem sobre a segurança alimentar. Para este fim, destacaremos a visão da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio, surgida no início da década de 1990 para promover nacionalmente o agronegócio, criando uma opinião pública favorável a esse modelo.

Os referenciais teóricos adotados são representados, principalmente, pelos teóricos Josué de Castro e Walter Carlos Porto-Gonçalves, os quais contribuem para uma visão decolonial do direito à alimentação nos países de Terceiro Mundo. As teorias apresentadas por eles servem a identificar nas estruturas dominantes de poder, dentre estas, o próprio agronegócio, os seus aspectos de exploração e dominação contra os povos, evidenciando principalmente que os problemas sociais existentes no Terceiro Mundo, dentre eles a fome, ocorre devido as relações de poder dominadoras e opressoras que existem e não por questões naturais.

CAPÍTULO 1 – O COLONIALISMO E A FOME: AS BASES TEÓRICAS E AS CONSEQUÊNCIAS DO COLONIALISMO NO SÉCULO XIX

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), fome é sinônimo de subalimentação crônica, isto é, quando a pessoa não é capaz de adquirir alimento suficiente para suprir as necessidades calóricas mínimas diárias, pelo período de um ano (FAO, 2015). De acordo com o documento “*The State of Food Insecurity in the World*”, publicado pela FAO em 2017, cerca de 815 milhões de pessoas do mundo todo são subnutridas, o que significa mais de 10% da população mundial.

Os números são, aparentemente, contraditórios com o fato de que o mundo desenvolveu tecnologia suficiente para produzir alimentos nas mais variadas regiões, em condições climáticas difíceis e em solos que não eram naturalmente férteis (CASTRO, 1965, p. 58). Em 1954, Josué de Castro, pioneiro nos estudos sobre a fome, já identificava que a produção alimentar havia ultrapassado o aumento correlato das populações no mundo, e ainda assim, o aumento da produção não resultou em melhoria de vida nas zonas de miséria (CASTRO, 1965, p. 36).

Os estudos de Josué de Castro demonstram que a fome não é causada por insuficiência de produção de alimentos, ou mesmo de distribuição (no que se refere estritamente a problemas de logística), mas sim que é fruto do tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo e, atualmente, o neocolonialismo a que estão submetidos, tornando seus países dependentes, subdesenvolvidos e, também, países de fome (CASTRO, 2003, p. 51).

Segundo Josué de Castro (1965, p. 60), “a fome e a guerra não obedecem a qualquer lei natural. São, na realidade, criações humanas”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Amartya Sen (1984), economista indiano, afirma que a fome caracteriza a situação de que algumas pessoas não têm suficiente comida para comer; não a de não haver suficiente comida para comer.

Josué de Castro (2003) identifica, assim, o colonialismo, processo de dominação a que povos foram submetidos, como a causa do surgimento da fome coletiva, da forma grave como conhecemos hoje. É claro que antes desse período histórico, sociedades sofreram com fome, mas não há notícias de proporções tão catastróficas como as que foram enfrentadas a partir do século XIX (DAVIS, 2002).

A Europa iniciou o processo de colonização do Outro ainda em 1492, quando do “descobrimento” da América. Mas foi no século XIX e início do século XX que a

colonização atingiu patamares nunca antes vistos, com uma expansão de território e dominação que ficou conhecida como imperialismo (LENIN, 2012).

No século XVIII vários economistas, filósofos, criaram teorias que foram utilizadas para legitimar o processo de dominação da Europa em outros povos e territórios. Dentre eles, destaca-se o malthusianismo. Thomas Malthus (fundador do malthusianismo) foi estudado e utilizado pelos parlamentares ingleses para justificar a dominação e mazelas levadas às colônias. Neste capítulo, iremos apresentar quais foram as principais ideias desse autor e as consequências de sua aplicação, apresentando como foram as grandes fomes na Índia, China e Brasil no fim do século XIX, época em que o Império Britânico exercia forte influência, direta ou indireta, nessas regiões.

1.1. A teoria da população de Malthus: a justificativa das classes dominantes para o aumento da miséria nos fins do século XVIII na Europa.

O momento histórico vivido por Thomas Robert Malthus, economista inglês, é o de um processo radical de transformação da sociedade. Nos fins do século XVIII e início do século XIX, vivia-se, principalmente na Inglaterra, o desenvolvimento da maquinaria em substituição à manufatura; movimento que alguns denominam de industrialismo (DAMIANI, 2015, p. 12). É desencadeada uma revolução no meio de trabalho, com a inclusão de um sistema de máquinas organizado na fábrica, que substituía a mão-de-obra. Esse novo sistema transformou a vida de milhares de trabalhadores: muitos foram expulsos de seus empregos; o trabalho do homem adulto, em determinadas áreas produtivas, foi substituído pelo da mulher e da criança; trabalhadores foram deslocados para novos ramos de produção. Esse movimento significou desemprego, mudança significativa na vida da família, aumento da mortalidade infantil, etc. (DAMIANI, 2015, pp. 12-13). Em contraponto, muitas revoltas eclodiram, pois os trabalhadores não aceitaram passivamente referidas transformações que lhes causavam miséria. “Era o início da luta da classe trabalhadora para enfrentar o pauperismo” (DAMIANI, 2015, p. 13).

Nesse período histórico, de transformações profundas – a Revolução Francesa havia ocorrido há pouco e a Revolução Industrial ocorria em pleno vapor na Grã-Bretanha – alguns autores propunham uma sociedade igualitária como alternativa à situação de miséria vivida por grande parte da classe trabalhadora, eram os chamados socialistas utópicos.

Malthus escreveu sua primeira obra, “Ensaio sobre o princípio da população”, em 1798, para combater tais ideias utópicas que estavam em voga desde a Revolução Francesa (SZMRECSÁNYI, 1982, p. 13). Segundo ele, a causa da miséria humana não era a sociedade dividida entre ricos e pobres, entre proprietários e trabalhadores, entre classes, enfim. Propugnava que a miséria era uma lei natural e, portanto, inevitável, um obstáculo positivo e necessário ao crescimento populacional, que servia para reestabelecer o equilíbrio entre a população e a produção de alimentos (DAMIANI, 2015, p. 13).

Assim, o problema central do trabalho de Malthus eram as causas do crescimento da população e da pobreza, no contexto da Revolução Industrial, que ocorria na Inglaterra (SZMRECSÁNYI, 1982, p. 13). A tese malthusiana é centrada na hipótese de que as populações crescem em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, de forma que a produção é irremediavelmente insuficiente para as necessidades das populações (CASTRO, 1965, p. 61).

Àquele tempo não era possível aferir precisamente as dimensões do crescimento populacional, visto que apenas alguns anos depois da publicação da primeira edição de sua obra é que foi realizado o primeiro censo na Inglaterra – em 1801. Mas, o fenômeno do aumento populacional podia ser observado a olho nu (SZMRECSÁNYI, 1982, p. 13). Malthus, e demais economistas clássicos, erroneamente, atribuiu o aumento populacional a um suposto aumento de natalidade. Hoje, sabe-se que nesse período houve, na verdade, uma diminuição da taxa de mortalidade, devido o aumento da oferta de alimentos ocasionado pela elevação da produtividade do setor agropecuário. Com isso, menos pessoas morriam de fome (SZMRECSÁNYI, 1982, p. 13).

Apesar do diagnóstico errado, as ideias de Malthus tiveram muita repercussão em seu tempo, principalmente por terem conseguido vincular entre si dois processos de uma maneira que foi muito bem aceita pelas classes dominantes, quais sejam: a expansão da miséria e o aumento da população (SZMRECSÁNYI, 1982, p. 14). “A simplicidade dessa mensagem e o caráter claramente ideológico de seu conteúdo foram, em última análise, os principais fatores responsáveis pela sua imediata e considerável repercussão” (SZMRECSÁNYI, 1982, p. 14).

Malthus excluiu a hipótese de que a miséria poderia ser causada por fatores econômicos e sociais, ou seja, pelos homens. Ao atribuir à causa da fome um fator

natural – o aumento da população – Malthus eximiu as classes dominantes (as quais ele próprio denominava de “ricos”) de qualquer responsabilidade sobre a pobreza que existia no mundo. E ainda, mais do que isso, elaborou uma teoria para provar que nenhuma ajuda dos ricos a tentar salvar os pobres da miséria seria exitosa, pois que a miséria é natural e necessária.

Nos primeiros capítulos do seu “Ensaio sobre o princípio da população”, Malthus apresenta as bases de seu raciocínio. Ele parte de dois postulados: 1º) o alimento é imprescindível à existência humana; 2º) a paixão entre os sexos é necessária e permanente (MALTHUS, 1982, p. 54). Supondo os postulados como garantidos, ele realiza as seguintes análises que o levam à conclusão de que a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção em progressão aritmética.

Primeiro, ele analisa uma população em que, a seu ver, não possui nenhum obstáculo para o seu crescimento: a população dos Estados Unidos da América. Malthus considera que esse país tem meios de subsistências mais fartos do que na Europa e menos obstáculos para os casamentos precoces¹. Observa que a população dos EUA dobra a cada vinte e cinco anos, o que significa um crescimento em progressão geométrica. Toma, então, esse exemplo como regra para as populações sem obstáculo para crescimento (MALTHUS, 1982, p. 59).

Segundo, ele analisa a possibilidade de aumento de produtividade de qualquer ponto da Terra. Admite que é possível o aumento de produtividade com base nas melhores políticas possíveis, que repartam mais a terra e encorajem a agricultura, e que, com essas políticas, seria possível dobrar a produção nos primeiros vinte e cinco anos. No entanto, considera ser impossível supor que nos próximos vinte e cinco anos a produção pudesse ser quadruplicada, quando, seria possível supor apenas que, no máximo, continuasse igualando o nível de produção. Malthus toma essa suposição como regra, e afirma que a taxa de aumento de produção é aritmética (MALTHUS, 1982, pp. 59-60).

Malthus reconhece que esse movimento não é linear, existindo fatores que fazem com que os movimentos demográficos sejam ora retrógrados ora progressivos (MALTHUS, 1982, p. 63). Quando a população aumenta, os pobres passam a viver de modo pior e mais difícil, uma vez que o preço da mão-de-obra cai e a procura

¹ Malthus relaciona o casamento precoce com o aumento populacional. Relata que na Inglaterra, quando a população aumentava, os casamentos precoces eram desencorajados, visando uma diminuição das taxas de natalidade (MALTHUS, 1982).

poralimentos aumenta, elevando, conseqüentemente, seus preços. Nesses períodos, a dificuldade de criar família é tão grande queo crescimento populacional é obstringido. Isto é, os baixos salários e preços altos dos alimentos fazem com que as pessoas evitem conformar família (casarem) por medo de não conseguirem sustentar os filhos. Em conseqüência, haverá diminuição da taxa de natalidade e, assim, a situação de vida do trabalhador passaráa ser novamente tolerável. Esse período de baixa da natalidade levará a uma relativa diminuição populacional, com menos oferta de mão-de-obra, que ocasiona majoração do seu preço. Em relação aos alimentos, o processo é inverso, a relativa baixa populacional a que nos referimos levaria a um excesso de produtos no mercado, com muita oferta e pouca procura, e o seu preço, fatalmente, cairá. Dessa maneira, estará encerrado o ciclo de estagnação do crescimento populacional e iniciar-se-á um período de aumento, tendo em vista que o aumento dos salários e a baixa dos alimentos seriam as condições essenciais para a melhoria de vida da população mais pobre. Com efeito, aumentar-se-ia a taxa de natalidade novamente, voltando ao ciclo de aumento da população. Este novo ciclo, futuramente, será sucedido por nova baixa populacional, pelas razões que explicamos (MALTHUS, 1982, p. 62).

Deste modo, a teoria de Malthus enfeixa um ciclo interminável e, para ele, essencial, de fome e morte dos mais pobres, que condiciona a sobrevivência da sociedade humana. Afinal, se a população pudesse crescer sem nenhum obstáculo, não haveria alimentos suficientes não apenas para os mais pobres, mas sim para toda a sociedade. A desigualdade social, segundo esta visão, é vital para a própria existência da humanidade (MALTHUS, 1982, p. 64).

Se a fome e a miséria não são apenas inevitáveis, como também são positivas e essenciais, Malthusvai, ainda, afirmarque quando os ricos adotam formas para tentar salvar alguns pobres da miséria,prolongam, na verdade, as aflições entre os pobres.Portanto, neste modo de ver, a assistência aos famélicos é injusta, enquanto a fome em si é justa e natural (MALTHUS, 1982, p. 64). Isto porque, seguindo o raciocínio do autor, a ajuda aos pobres faz permanecer a situação de alta populacional sem aumentar a produção, criando o que ele chama de “população redundante” – aquela população que deveria ter morrido de fome, mas continua viva devido à ajuda dos ricos. O consumo de alimentos por essa população redundante diminui a quantidade de alimentos que cada homem tem acesso, principalmente os mais pobres, prolongando o sofrimento de toda a classe trabalhadora (MALTHUS, 1982).

Em seu “Ensaio sobre o princípio da população”, Malthus discorria também sobre a Lei da Necessidade, segundo a qual as coisas necessárias à vida jamais poderiam ser fornecidas em abundância pelo Criador, e, portanto, a morte pela fome reduz o número de homens e garante o equilíbrio entre as necessidades e os bens disponíveis (ZIEGLER, 2013, p. 106).

Por considerar natural – divino – a morte pela fome, Malthus tecia ataques às tímidas tentativas do governo britânico de amenizar, por meio de assistência pública, o sofrimento das famílias proletárias das cidades (ZIEGLER, 2013, p. 106). Desenvolvendo referido raciocínio, Malthus destaca que as leis de Deus (dentre elas, a da Necessidade) condenam o pobre ao sofrimento e que as leis humanas, especialmente as de cunho social, são repugnantes, por permitirem aos pobres terem filhos (ZIEGLER, 2013, pp. 106-107).

Na segunda edição do “Ensaio sobre o princípio da população”, publicada em 1803, Malthus dedica várias páginas às leis de amparo aos pobres (*PoorLaws*). Essas leis foram criadas na Inglaterra na intenção de remediar os frequentes sofrimentos dos pobres por meio da imposição da sua assistência (MALTHUS, 1982, p. 66). Mas, Malthus adverte:

Nenhum sacrifício possível, particularmente em dinheiro, por parte dos ricos poderia, durante qualquer período de tempo, evitar a recorrência do sofrimento entre os membros das classes mais baixas da sociedade, fossem eles quem fossem. Na verdade, grandes mudanças poderiam ser feitas. Os ricos poderiam se tornar pobres e alguns pobres, ricos: mas, enquanto continuar a presente proporção entre população e alimentos, uma parte da sociedade tem necessariamente que achar penoso manter família, e esta dificuldade naturalmente recairá sobre seus membros menos afortunados (MALTHUS, 1982, p. 67).

As leis de amparo aos pobres garantiam a distribuição de grãos, de modo que estes não morressem de fome. Essa medida, para Malthus, acabava por deprimir a condição geral dos pobres, das duas seguintes maneiras: primeiro, cria a tendência óbvia de aumentar a população sem aumentar a produção, ou seja, sem gerar a comida suficiente para o sustento (MALTHUS, 1982, p. 77). O homem pobre pode se casar mesmo que não tenha nenhuma perspectiva de conseguir sustentar sua família se não fosse o auxílio que receberá. Em consequência desse casamento, que só foi possível por existirem as leis de amparo aos pobres, há aumento populacional. O aumento populacional leva, inevitavelmente, a que as provisões sejam distribuídas em menores quantidades para cada pessoa. Retornando à ideia do ciclo de crescimento populacional,

o nascimento de pessoas levará a um aumento populacional com aumento do preço dos alimentos. Este aumento dos alimentos atingirá mesmo aqueles que não são mantidos com o auxílio governamental. Estes também não terão condições de comprar provisões como antes e, conseqüentemente, mais dentre estes trabalhadores solicitarão auxílio. Em conclusão, as leis de amparo aos pobres criam os pobres que são mantidos por esses auxílios e ainda aumentam a pobreza geral (MALTHUS, 1982, p. 77).

Malthus atacava veementemente as Casas de Trabalho que foram criadas pelas *PoorLaws*. Nestas Casas, os pobres eram chamados a prestar serviços gerais à sociedade, como contrapartida pelo auxílio social que recebiam. O economista afirmava que as provisões consumidas nas Casas de Trabalho eram desviadas dos pratos dos membros mais “industriosos e valiosos” da população e entregues aos mais desventurosos (MALTHUS, 1982, p. 77). Alimentar os mais pobres que recorriam às políticas de auxílio seria fazer prosperar a “população redundante” e causar a infelicidade e pobreza dos afortunados e empreendedores. A tristeza e penúria desse setor significaria a lástima de todos.

As leis de amparo aos pobres, dessa forma, prolongavam a aflição dos pobres e levavam a que mais pobres solicitassem auxílio, num ciclo vicioso da miséria. Por isso, Malthus considera que

Por mais duro que isto possa parecer em exemplos individuais, a pobreza dependente tem de ser considerada vergonhosa. Tal estímulo parecer ser absolutamente necessário para promover a felicidade da grande massa da humanidade; e toda tentativa geral de enfraquecer este estímulo, por mais benevolente que seja sua intenção, sempre derrotará seus próprios propósitos. Se os homens são induzidos a casar pela mera perspectiva da provisão paroquial, eles não apenas são tentados a trazer a infelicidade e a dependência para si mesmos e seus filhos, como são tentados, sem o saber, a prejudicar a todos de sua classe (MALTHUS, 1982, pp. 77-78).

Ao combater as leis de amparo aos pobres, Malthus deixa clara a sua tese de que a miséria é inevitável; de que não há nada que os ricos possam fazer para combatê-la; que a responsabilidade da miséria é, em última análise, do pobre, que é dependente do auxílio dos ricos e, ao ter filhos, cria uma massa de homens que não conseguem sobreviver sem referido auxílio.

De maneira explícita, Malthus afirma que o pobre dependente de auxílio causa infelicidade a si mesmo, a seus filhos, e a toda a sua classe (MALTHUS, 1982, p. 78). E ainda, é insistente ao desestimular qualquer tentativa dos ricos de tentarem evitar a miséria, ao afirmar que mesmo que seja com “boa intenção”, o resultado desses auxílios

são catastróficos, uma vez que o resultado disso é sustentar uma população dependente que criará mais pobres dependentes, e, portanto, promoverá mais miséria.

David Harvey, geógrafo inglês, ao analisar esta mesma citação de Malthus, afirma:

Malthus chega, assim, ao que nós acabamos de conhecer como “solução contra intuitiva” – a saber: a melhor coisa a fazer sobre a miséria e a pobreza é não fazer nada porque qualquer coisa que seja feita somente irá exacerbar o problema. A única política válida com respeito às classes mais baixas da sociedade é a do ‘desdém benigno’ (HARVEY, 1981, p. 7).

Por fim, Malthus ainda relaciona uma série de “maus hábitos” que as leis de amparo aos pobres contribuem em gerar nos pobres, como a diminuição da capacidade e da vontade dos pobres de poupar. Consequentemente, enfraqueceram um dos mais fortes incentivos ao trabalho, a ameaça da fome – a qual foi substituída pela garantia de grãos distribuídos pelas paróquias quando não conseguir o suficiente com o seu trabalho. Malthus afirma que “falando de maneira geral, tudo o que ganham acima de suas necessidades presentes vai para a cervejaria” (MALTHUS, 1982, p. 78).

A tese de Malthus, ao conquistar vários adeptos – tanto dentre a intelectualidade quanto dentre importantes governantes – ficou conhecida por malthusianismo. O malthusianismo consiste no desenvolvimento do pensamento de Malthus e também na sua aplicação. Essa corrente de pensamento teve um impacto profundo em políticas estatais, como notadamente na relação da Inglaterra com suas colônias nos fins do século XIX, como relataremos a seguir.

1.4.O malthusianismo: o desenvolvimento e aplicação das ideias de Malthus

O malthusianismo é o desenvolvimento das ideias de Malthus aplicadas a outras realidades - que não a da Inglaterra do início do século XVIII - de modo a dar respostas a novos problemas sociais e econômicos colocados historicamente a partir da relação entre a quantidade de população e as possibilidades de abastecimento de um território (DAMIANI, 2015, p. 20). Essas correntes não necessariamente seguem à risca tudo que foi dito por Malthus, haja vista as particularidades locais e históricas, mas se caracterizam por enfatizarem que o desenvolvimento socioeconômico é determinado pelos diversos ritmos do crescimento demográfico (DAMIANI, 2015, p. 20).

Por exemplo, quando da miséria e desemprego que ocorrera depois da Primeira Guerra Mundial e que piorou com a crise de 1929, os malthusianos explicaram como um efeito da baixa da taxa de natalidade na Europa: o débil crescimento populacional teria comprometido o consumo, de forma a comprometer a produção (DAMIANI, 2015, p. 20). Esta é uma realidade oposta à vivida por Malthus no início do século XVIII (quando havia aumento populacional), mas que é possível de ser analisada à luz de seus postulados e ensinamentos.

Nos mais de 200 anos desde a primeira edição do “Ensaio sobre o princípio da população”, é possível ver a influência de Malthus em diversos exemplos históricos. Não por acaso, o livro de Malthus teve tremenda aceitação dentre as classes dirigentes do Império Britânico do século XIX, tendo sido discutido pelo Parlamento e recomendada a sua leitura. Suas teses foram rapidamente difundidas por toda a Europa. A ideologia malthusiana casou perfeitamente com os interesses das classes dominantes e suas práticas de exploração: permitia conciliar a “missão civilizadora” da burguesia com a fome e mortes que provocava. Assim, a fome e mortes de milhões passaram a ser vistas como algo necessário para a manutenção do equilíbrio da vida na Terra, visto que um excesso populacional ameaçaria a vida de todos os seres humanos (ZIEGLER, 2013, p. 107). Malthus livrou os europeus do “peso de consciência” pela fome e mortes que causavam ao redor do mundo (ZIEGLER, 2013).

Na Segunda Guerra Mundial, os italianos fascistas legitimaram suas agressões a outros povos e nações pela necessidade de espaço vital, decorrente da alta natalidade e formação de uma superpopulação em seu território. Da mesma forma, os alemães nazistas também apresentaram justificativa de influência malthusiana para legitimar a sua guerra. O problema, no entanto, era o contrário dos italianos: a baixa da natalidade entre os alemães ameaçava extinguir sua população, e consideravam que a expansão do seu território poderia significar também expansão e aumento de sua população. A ideia, a longo prazo, era expandir o Império Alemão Nazista e eliminar outros povos indesejáveis, deixando campo aberto para uma ascensão populacional que resultaria nagermanização absoluta sobre os territórios, cuja população teria sido suprimida (DAMIANI, 2015, p. 21).

Como se vê, historicamente as ideias malthusianas foram utilizadas para justificar agressões e dominação de determinados povos por outros, seguindo a lógica de que a miséria é inevitável, e, em última instância, responsabilidade do próprio faminto, culpado por sua fome, por ter filhos demais. Mais adiante relataremos como

essas relações se deram no contexto da colonização do Império Britânico na China, Índia e nordeste brasileiro, locais que tiveram suas economias devastadas pela colonização inglesa, mas que o Império Britânico atribuía a uma suposta superpopulação, somada a adversidades naturais como a seca, as razões da miséria e fome enfrentada por esses povos durante a permanência de sua colonização.

1.6. A crítica à superpopulação absoluta de Malthus.

Ao desenvolver sua teoria sobre o princípio da população, Malthus idealiza uma superpopulação absoluta. Ao estabelecer a regra de que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética encorajou, inclusive, outros pensadores a buscarem qual seria o número ideal de população. Na década de 1920, na Europa, desenvolveram a teoria do Ótimo de população, que se preocupava em tentar calcular a quantidade ótima de população para determinado grau de ciência, técnica e recursos disponíveis, de forma a assegurar o mais alto nível de renda por habitante (DAMIANI, 2015, p. 21).

A teoria da superpopulação absoluta de Malthus foi primeiramente combatida por Karl Marx. Em *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política (Grundrisse)*, compilação das anotações de Marx realizadas nos anos de 1857 e 1858, consideradas o esboço de sua principal obra-prima, *O Capital*, Marx analisa a teoria de diversos economistas, dentre elas, a teoria da superpopulação absoluta de Thomas Malthus. A primeira crítica que Marx tece a Malthus é pelo caráter a-histórico de sua teoria. Isto é, Marx afirma que é falsa a concepção de Malthus de que há uma superpopulação absoluta, calculada de acordo com os instintos naturais dos homens de se reproduzirem e na disponibilidade de recursos naturais para alimentá-los, que esteja apartada da realidade social e que é mutável de acordo com o desenvolvimento histórico. Os fatores elencados por Malthus não podem ser compreendidos senão dentro de realidade complexas, em que podem estar em constante transformação, a depender do desenvolvimento das forças produtivas e outros fatores. A concepção de que são elementos a-históricos, portanto, deve ser criticada (MARX, 1985, p. 112).

A concepção [de Malhus] é totalmente falsa e pueril. [...] Não compreende sua diferença específica e reduz estupidamente essas relações complicadíssimas e mutantes a uma relação, a dois termos, na qual se contrapõe por um lado à reprodução natural do homem, por outro a propagação natural dos vegetais (os meios de subsistência), como se tratasse de duas séries naturais, das quais uma aumenta geometricamente, a outra

aritmeticamente. Desta forma, transforma as relações historicamente diferentes em uma relação numérica abstrata existente somente na fantasia, que não se fundamenta nem nas leis naturais nem nas leis históricas (Marx, 1985, p. 112).

Marx continua sua crítica destacando o caráter abstrato da teoria malthusiana, que ao desconsiderar que a dinâmica e desenvolvimento das sociedades influenciam tanto na reprodução humana, quanto na capacidade de produção, erroneamente conclui que é possível estipular números absolutos de uma superpopulação. Vejamos, nas palavras de Marx:

O idiota supõe com isso que a multiplicação do homem é um processo puramente natural, que requer limitações, freios externos pra não se efetuar em uma proporção geométrica. Esta população geométrica constitui o processo natural da reprodução humana. Na história verá que a população se desenvolve em proporções muito diferentes e que a superpopulação constitui igualmente uma relação historicamente determinada, de nenhum modo determinada por números ou pelo limite absoluto da produtividade dos meios de subsistência, mas mediante limites postos por determinadas condições de produção. (Marx, 1985, p. 112-113)

A partir da crítica a Malthus, Marx pôde desenvolver sua teoria da população, a qual foi está expressa no volume 1 de “O Capital”. Para a teoria marxista, não pode haver uma superpopulação absoluta, visto que isso só seria possível caso o homem não atuasse e interferisse historicamente em seu destino (DAMIANI, 2015, p. 17). Assim, a superpopulação é relativa e não está ligada diretamente ao crescimento absoluto da população, mas ao desenvolvimento e progresso da produção social, de como o capital se reproduz (DAMIANI, 2015, p. 17).

Em sendo assim, não se pode deduzir que o aumento da produção significaria diminuição da miséria para uma população cuja taxa de crescimento está estancada. Isto porque é preciso analisar como o capital se reproduz. A tendência do desenvolvimento industrial é o de que, quando há acumulação de capital (isto é, o seu crescimento), desenvolvem-se novos métodos de trabalho, novas técnicas, novas ciências incorporadas à produção, etc. que exigem mais máquinas, matérias-primas, etc. (meios de produção) do que força de trabalho ou mão-de-obra (DAMIANI, 2015, p. 18). Desta forma, há acumulação de capital, que gera mais lucro para os industriais, mas sem significar mais emprego de mão-de-obra – às vezes significa sua diminuição – o que leva a mais miséria para as classes trabalhadoras (DAMIANI, 2015, p. 18).

Ou seja, o desenvolvimento econômico do capital nem sempre está em correspondência com melhoria de vida das classes trabalhadores, pode mesmo significar o seu oposto. Alta taxa de lucro para os industriais, banqueiros e comerciantes e desemprego e fome para trabalhadores.

Observa-se que a finalidade precípua do capitalismo é a acumulação de mais capital e a obtenção de lucro, e não a satisfação das necessidades da população. Assim, mesmo com aumento da produção – gerando, em geral, mais alimentos e mais riquezas –, esta é privada aos donos dos meios de produção, não significando melhoria de vida da população em geral. Para a classe trabalhadora, a falta de demanda de mão-de-obra significa a miséria, porque o seu salário, fruto de trabalho, é o único meio que o leva aos meios de subsistência (DAMIANI, 2015, p. 18).

Diferente do pensamento de Thomas Malthus, que buscará responder o dilema da miséria dos trabalhadores atribuindo-lhes a culpa de sua própria desgraça, Karl Marx e os marxistas procurarão aprofundar a questão. Não é o aparente excesso de pessoas que cria a pobreza. Em um sistema de opulência e fantásticas tecnologias, no qual, comprovadamente, há espaço, comida e condições de trabalho para todos, o determinante para que bilhões de pessoas ainda sejam considerados miseráveis ou pobres, ou passem fome crônica ou circunstancial, não é o excesso de população, longe disso. As causas determinantes da fome e da pobreza são os vícios do próprio sistema capitalista.

Dizemos isso em um momento que pesquisas sobre concentração de renda financiadas por um banco suíço, o *Credit Suisse*, apontam que em 2017 alcançou-se a temerária marca de que menos de 1% dos seres humanos mais ricos, cerca de 200 famílias, detém mais de 50% das riquezas da humanidade, enquanto, no outro extremo, os 80% mais pobres, cerca de 5,6 bilhões de pessoas, dividem apenas 20% das riquezas². Será que o que gera a pobreza é de fato a superpopulação ou a concentração de capitais, base fundamental do sistema capitalista?

Retomando à interpretação marxista da população, é preciso registrar que a superpopulação é relativa justamente porque depende dos níveis e formas de desenvolvimento do capital, podendo, de acordo com esse desenvolvimento, a população desempregada aumentar ou diminuir. A superpopulação é maior quanto

² Os resultados da pesquisa financiada pelo *Credit Suisse* foi amplamente divulgada na imprensa nacional e internacional, podendo ser acessada no sítio da BBC: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn>. Acesso em 14 nov. 2017.

maior é o número de trabalhadores desocupados (DAMIANI, 2015, p. 18). Essa superpopulação relativa não é só uma consequência dos movimentos de desenvolvimento do capital, mas também uma condição para o seu desenvolvimento, atuando das seguintes maneiras: primeiro, serve para regular salários; segundo, é material humano disponível, a ser aproveitado (DAMIANI, 2015, p. 18).

O primeiro diz respeito que a massa de trabalhadores desocupados, ou em ocupações informais que lhe rende salários baixíssimos, é uma reserva necessária que serve de ameaça permanente ao trabalhador empregado, vez que este pode ser substituído por aquele; além disso, os desempregados garantem a alta oferta de mão-de-obra e conseqüente baixa dos salários (DAMIANI, 2015, p. 18). Já o segundo se justifica porque o desenvolvimento do capital, muitas vezes, depende de mais mão-de-obra para determinado ramo, ou necessita de mão-de-obra que desloque a determinada região onde determinado empreendimento será realizado – e essa população desocupada, que busca incessantemente pelo seu meio de subsistência, o salário, garantirá essa mão-de-obra (DAMIANI, 2015, p. 18).

Importante mencionar, ainda, que a criação de excedentes populacionais como necessidade do capitalismo não se dá apenas nos países desenvolvidos, em relação aos proletários já integrados à produção industrial (DAMIANI, 2015, p. 19). José de Souza Martins (1989, p. 99) igualmente discorda da teoria malthusiana sobre uma superpopulação absoluta, e ao fazer uma análise da superpopulação relativa, afirma que o seu elemento central é a criação de excedentes populacionais excluídos da exploração capitalista típica; são os grupos dominados e incluídos em relações de trabalho menos valorizadas, mais subalternas, e clandestinas (MARTINS, 1989, p. 99).

Esta superpopulação relativa é conformada pelos trabalhadores expropriados, encontrados nas ex-colônias, ou regiões internas submetidas a características semelhantes às coloniais, como o nordeste brasileiro (MARTINS, 1989, p. 99). Desde o surgimento do capitalismo, povos do mundo todo são excluídos do seu desenvolvimento, mas é uma exclusão integrativa, visto que conforma esta superpopulação relativa que serve como reserva de mão-de-obra e mercados consumidores temporários ou parciais. Até o final do século XIX partedeessa população excedente era, por exemplo, os negros escravizados trazidos ao Brasil; no século XX foram os milhões de europeus pobres que migraram para o Brasil e para os Estados Unidos da América; mais recentemente, são os milhões de mexicanos que emigram clandestinamente para os EUA (MARTINS, 1989, p. 100). Todos eles, às suas épocas, e

os imigrantes do Terceiro Mundo nos EUA e Europa atualmente, são a população mais subalterna, em trabalhos clandestinos, ou, quando muito, semilegais (MARTINS, 1989, p. 100).

No Brasil, a população excedente, ainda hoje, está expressa nas relações de peonagem, nos escravos por dívidas, nas empregadas domésticas diaristas, etc. (MARTINS, 1989, p. 100). A população excedente útil, dominada e excluída, em postos de trabalhos extremamente atrasados, convive com a população empregada, moderna. Assim, persiste a contradição da existência concomitante de miséria e pobreza; superprodução e fome; trabalhadores com direitos e trabalhadores escravizados. Contradições estas que Malthus e seus seguidores não tiveram sucesso em responder.

É por isso que podemos afirmar que a leitura marxista ultrapassa a visão míope e rasteira de Malthus e seus inúmeros seguidores, cobrindo os olhos com as lentes da ciência e, assim, podendo ver o fundo da questão. A pobreza não é uma questão de população, não tem a ver com a quantidade de filhos ou com a moral das famílias pobres, mas com um sistema em que todo o trabalho coletivo de milhões de pessoas é canalizado para as mãos de poucos indivíduos.

Thomas Malthus afirma que a sua teoria busca a “felicidade da maioria”, no entanto, não parece se aplicar para os famélicos, estes se tornam invisíveis ou superfluos. A “felicidade da maioria” pode ser entendida como a felicidade dos que tem voz para este sistema, isto é, para os que tem riquezas. Toda a razão de seu pensamento, no fundo, é a defesa dos que tem propriedade em detrimento dos que não têm. A estes no máximo restará o julgamento divino por existirem em demasiada quantidade e terem de ser “naturalmente” mortos - mesmo que as riquezas e tecnologias permitam uma vida digna e confortável a todos.

1.7. Josué de Castro: o combate às verdadeiras causas da fome é inseparável ao combate às ideias de Malthus

Josué de Castro, médico e geógrafo brasileiro renomado internacionalmente, teve papel fundamental nos estudos das causas da fome e foi importante militante desta causa, tendo sido presidente da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO). Ele considerava que as teorias de Thomas Malthus e seus seguidores representavam verdadeira ameaça para o futuro da humanidade, vez que falseavam a realidade social do problema da fome (CASTRO, 1965, p. 57).

Em primeiro lugar, ele elucida que a fome não é um problema de superpopulação: os chamados “continentes de fome”, como África e América Latina, totalmente ao contrário do que os neomalthusianos querem fazer crer, são continentes subpovoados, possuem uma pequena média de habitantes por quilômetro quadrado de superfície. Considerando a superpopulação de maneira absoluta, como Malthus, esta pode ser comparada por meio da densidade demográfica de cada território; quanto maior a densidade demográfica, maior seria a sua superpopulação. Por essa linha de raciocínio, a Europa bem alimentada possui dez vezes mais habitantes por quilômetro quadrado do que a América Latina, possuindo, portanto, uma superpopulação (CASTRO, 2003, p. 47).

Ao analisar a teoria de Malthus, Josué de Castro identifica que o primeiro erro foi o de considerar que o crescimento populacional é uma variável independente, não considerando que o crescimento das populações depende de fatores naturais e culturais às quais as sociedades humanas estão submetidas (CASTRO, 2003, p. 47). Se as previsões de Malthus estivessem corretas, na década de 1950 o planeta Terra teria uma população de 100 bilhões de habitantes – número muito distante dos cerca de 3,5 bilhões que existiam à época (CASTRO, 2003, p. 48). O erro decorre de que os cálculos de Malthus não tinham qualquer base científica (CASTRO, 2003, p. 47).

Josué de Castro identifica que justificar que a fome deriva de uma suposta explosão demográfica é, na verdade, mistificar a real causa da fome: o fato de que a maioria dos povos esteve submetida a um tipo de exploração econômica colonial que, em vez de estimular, sempre impediu o seu desenvolvimento autônomo (CASTRO, 2003, p. 52). A teoria malthusiana, ao afirmar que o mundo vive faminto porque o ser humano não controla de maneira adequada o nascimento de novos seres humanos, acaba por atribuir a culpa da fome aos próprios famintos (CASTRO, 1965, p. 63). Para esta teoria, os povos famintos são povos criminosos, que aumentam a população do mundo, e, assim, cometem o crime de passar fome (CASTRO, 1965, p. 63).

Além de o desenvolvimento histórico ter provado que é falsa a teoria de que a população cresce em progressão geométrica e de maneira independente, também se provou errônea a tese de que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética. Principalmente após a II Guerra Mundial, o mundo passou por uma explosão tecnológica, que resultou em aumento considerável da produção (CASTRO, 1965). A Inglaterra, durante a II Guerra Mundial, foi capaz de prover aumento da produção agrícola além dos limites da previsão: antes do início da guerra produzia 2/5 de suas

necessidades alimentares e importava os outros 3/5. Durante a guerra, sofreu bloqueio marítimo e mesmo assim conseguiu aumentar sua produção para 4/5 de sua necessidade, com o aumento de área agricultada, e realizando o feito de ter, em meio à guerra, diminuído suas cifras de subnutridos – mesmo em comparação com a situação pré-guerra (CASTRO, 1965, p. 65). Isso prova que a fome é superável, desde que haja políticas públicas sérias.

O exemplo da Inglaterra é importante se analisamos sob dois aspectos: primeiro, prova que é possível, mesmo em situações adversas, aumentar a produção. Isto é, não há nenhum impeditivo natural para o incremento da produção agrícola. Segundo, a Inglaterra foi a principal potência imperialista até a Segunda Guerra Mundial, condição esta que lhe possibilitou acumular muita riqueza por meio da exploração e dominação de imensos territórios, como a Índia, China e Brasil. Essa acumulação de capital foi imprescindível para que, mesmo em situação de embargos de guerra, conseguisse manter e aumentar as provisões à sua população. Esta condição não é observada pela maioria absoluta de países do mundo, que têm sua história marcada pela colonização e, ainda hoje, têm suas riquezas todas exportadas para as potências imperialistas, e por isso, vivem na miséria.

Quando se fala das fomes gravíssimas que de tempos em tempos assolam o mundo, normalmente estão relacionadas a questões climáticas – como a seca – ou a situações de guerra. Mas o que ocorre que as secas afetam apenas os países que já são países de fome? Ou, como vimos, por que quando países ricos são acometidos pela fome durante a guerra, eles conseguem sair dessa situação e países pobres não? Fenômenos climáticos acometem todo o mundo de tempos em tempos, gerando situações de adversidades, mas é interessante observar que as colônias do século XIX eram as mais atingidas, bem como hoje são os países subdesenvolvidos os mais atingidos.

Mike Davis (2002, p. 290) contrapõe o “clima ruim” a “sistema ruim”, isto é, os fatos climáticos não são fatos em si mesmos e apenas assumem importância em determinados sistemas de produção, que não têm condições de suportarem ou reestruturarem diante de uma situação de clima ruim. Assim, Davis (2002, p. 29) questiona em que medida o sistema colonial de produção não mudou a maneira como os fatores climáticos passaram a exercer influência sobre a fome no mundo.

Os olhos dos neomalthusianos enxergam a população dos países subdesenvolvidos como “bandos de pássaros famintos” que ameaçam a alimentação e

bem estar das populações mais ricas (CASTRO, 1965, p. 66). Entretanto, se olharmos para países como Índia, China, Brasil, Haiti, dentre outros, identificamos que a fome massiva não existiu “desde sempre”, mas principalmente após a imposição da colonização pelas potências capitalistas europeias (CASTRO, 1965). O fator principal, portanto, para o surgimento da fome, não foi uma pretensa explosão demográfica, como pretendia Malthus, mas a imposição de um modelo econômico colonial que subjugou – e continua a subjugar, como veremos a seguir – grande parte dos povos do mundo.

1.8.Modernidade e colonização: duas faces de uma mesma realidade

Muitos autores, ao se reportarem à Modernidade, o fazem tomando por base as Revoluções Burguesas do século XVIII. No entanto, Enrique Dussel, autor latino americano, localiza o início da Modernidade ainda no século XV, em 1492 (DUSSEL, 1993, p. 8). Segundo o autor, a Modernidade nasce quando a Europa passa a ser o *centro* do mundo e a América Latina a sua *periferia*. 1492 foi o ano em que Cristóvão Colombo cruzou o Oceano Atlântico e encontrou a América. Antes dele outros aventureiros já o haviam feito, mas ele foi o primeiro a realizar a empreitada como representante do poder europeu (DUSSEL, 1993). A Europa então “descobre” o Outro para dominá-lo, colonizá-lo, excluí-lo (DUSSEL, 1993).

Para Dussel, os autores que se reportam ao início da Modernidade a partir das revoluções burguesas adotam o eurocentrismo como base de seus raciocínios. Para eles, Modernidade significa a saída do homem da imaturidade, por um esforço da razão crítica, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano (DUSSEL, 2005, p. 27). Por isso, os acontecimentos históricos essenciais para a implantação da Modernidade são para eles “a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa” (DUSSEL, 2005, p. 27). Esta é uma visão eurocêntrica por indicar como marcos do início da Modernidade “fenômenos intra-europeus” e cujo desenvolvimento posterior depende unicamente da Europa (DUSSEL, 2005, p. 27).

Dussel, e demais pensadores da chamada decolonialidade, no entanto, ao proporem o início da Modernidade no ano de 1492, o fazem partindo da ideia de que a Modernidade começa quando se inicia a “história mundial” (DUSSEL, 2005, p. 27). Antes de 1492 não existia tal coisa como uma “história mundial”, mas sim vários impérios que coexistiam. A expansão portuguesa desde o século XV, que atingiu o

extremo oriente e descobriu a América hispânica, é que tornou o planeta um lugar de “uma só” história mundial (DUSSEL, 2005, p. 27).

A primeira etapa “Moderna” foi marcada pelo mercantilismo mundial (DUSSEL, 2005, p. 27). Neste período, a América Latina tem centralidade, por ser onde se localizavam as colônias que permitiram o enriquecimento de Espanha e Portugal para derrotarem os turcos e quaisquer outros povos que competissem com eles ou resistissem à sua dominação hegemônica. Já a segunda etapa da Modernidade é marcada pela Revolução Industrial, no século XVIII, e Ilustração (DUSSEL, 2005, p. 27). Já nessa etapa, a hegemonia de Espanha e Portugal é substituída pela Inglaterra e foi enlarguecida a partir de 1870 com o início do imperialismo. Desse modo, foi a Inglaterra quem exerceu o comando da Europa Moderna e da História Mundial do século XVIII até 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial (DUSSEL, 2005, p. 27). A mudança da hegemonia de Espanha e Portugal para Inglaterra, de maneira alguma mudou, senão, aprofundou, o fato de que a Europa se impôs como o *centro* da História Mundial e todo o resto do mundo passou a ser a sua *periferia* (DUSSEL, 2005, p. 27).

Desde o início da Modernidade foi estabelecida a colonização. A colonização é um “fenômeno mais geral de alargamento da área de expansão humana no globo, pela ocupação, povoamento e valorização das novas regiões” (NOVAIS, 1986, p. 13), que se deu em variados processos históricos. Na primeira etapa da Modernidade, a colonização foi do tipo mercantilista, e caracterizou-se pela essencialidade das colônias para o desenvolvimento econômico das metrópoles (MARIUTTI, 2003, p.136). As colônias foram estabelecidas como economias complementares à Metrópole, necessárias para a autossuficiência metropolitana, permitindo ao Estado colonizador competir vantajosamente com seus concorrentes (MARIUTTI, 2003, p. 137).

Foi estabelecido o Antigo Sistema Colonial mercantilista, que se estruturou sob três elementos fundamentais: 1) a dominação política da colônia pela metrópole, em variados graus; 2) o regime de comércio assimétrico, em que a colônia deve transferir sua renda líquida à metrópole; 3) a preponderância do trabalho compulsório, que ia da servidão à escravidão (MARIUTTI, 2003, p. 138). Esses elementos faziam com que fosse impossível que a economia colonial se desenvolvesse de maneira autônoma, visto que o seu ciclo concluía na Europa; bem como as decisões políticas eram tomadas na Metrópole; e ainda, nos locais em que o trabalho compulsório atingiu seu ápice não havia reprodução interna de força de trabalho – por conta da extrema exploração, a

média de vida dos escravos era muito pequena, e, portanto, havia uma perene necessidade de imigração (MARIUTTI, 2003, p. 138).

O Antigo Sistema Colonial fez com que as metrópoles, principalmente Espanha e, em segundo lugar, Portugal, tivessem lucros extraordinários. A metrópole detinha o monopólio da exportação de tecnologia e mão-de-obra (escrava) para as colônias e, ainda, o monopólio da exportação dos produtos manufaturados de volta para as colônias (MARIUTTI, 2003, 139). Forçoso é reconhecer que a metrópole possuía, portanto, domínio total sobre a colônia, tanto na economia quanto na política, na cultura, etc.

O período mercantilista cumpriu o papel histórico de acumulação do capital que deu as bases necessárias para a Revolução Industrial³ (MARIUTTI, 2003). Um dos elementos da crise do mercantilismo que marca a passagem a um novo momento histórico é a independência política formal das antigas colônias americanas em fins do século XVIII e início do XIX (MARIUTTI, 2003). Mas, findado o Antigo Regime Colonial, comumente chamado de “colonialismo”, se iniciou, por volta de 1870, uma nova forma de dominação, a segunda etapa da Modernidade: o imperialismo (MARIUTTI, 2003).

O imperialismo representou um salto para a Europa quanto à colonização, no sentido de ter se expandido mais do que foi possível durante o Antigo Regime Colonial. Por volta do ano de 1800, a Europa e as suas possessões ocupavam aproximadamente 55% do território terrestre; já em 1878 esta cifra subiu para 67%, e em 1914 atingiu o ápice, em que 84% da superfície mundial era de domínio europeu⁴ (MARIUTTI, 2003, p. 145).

São muitas as interpretações sobre o imperialismo, havendo visões liberais, marxistas, dentre outras. No presente trabalho não abordaremos as discussões que existem entre as variadas escolas de pensamento sobre o imperialismo. Adotaremos a visão marxista, exposta por Lenin em “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, e o objetivo é demonstrar que o imperialismo significou uma nova fase da colonização

³Para compreender como se deu a crise do Antigo Sistema Colonial e a passagem para a Revolução Industrial e imperialismo, ver a tese do economista MARIUTTI, Eduardo Barros. **Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.

⁴Importante perceber que o ano do ápice do domínio colonial europeu sobre o mundo é o mesmo em que teve início a Primeira Guerra Mundial. A Grande Guerra pôs fim ao equilíbrio de poder que havia sido mantido nos últimos cem anos (de 1814-15 a 1914) (POLANYI, 2000, p. 17). A partir daí, inclusive pelo fato da Europa ter sido o principal palco da guerra, o que lhe trouxe grandes perdas estruturais e humanas, houve a ascensão de outras potências, em especial, os Estados Unidos da América, que começou a disputar os territórios que previamente eram de domínio exclusivo europeu.

capitalista, mais profunda ainda que a colonização mercantilista. Nessa fase, mesmo países tidos como independentes, e, portanto, não mais chamados de colônias, são áreas de influência das potências imperialistas, que continuam a controlá-los, como é o caso do Brasil, principalmente na região nordeste (tema que será melhor explicitado em tópico seguinte).

Observa-se que desde a metade do século XIX até os dias atuais a história da maioria dos povos do mundo tem sido de miséria e fome. Isso porque desde os fins do século XIX o capitalismo se desenvolveu de tal forma que “transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’” (LENIN, 2012, p. 27). A essa fase do capitalismo, que começa a estruturar-se nos fins do século XIX e se consagra no início do século XX é dado o nome de Imperialismo (LENIN, 2012).

Se vamos a fundo às causas da fome tanto das colônias dos fins do século XIX, bem como dos países subdesenvolvidos dos séculos XX e XXI, identificamos ser a subjugação colonial ou neocolonial a sua razão, ainda que com particularidades distintas (CASTRO, 1965).

No imperialismo os bancos ocupam papel central (LENIN, 2012). Eles reúnem o capital de vários capitalistas, e passam a atuar de maneira relativamente autônoma, de maneira a favorecer as classes dominantes (os capitalistas) (LENIN, 2012). O imperialismo, além de dominar várias regiões diretamente, como foi com grande parte da África e Ásia colonizadas (vários países desses continentes só conquistaram a sua independência formal na segunda metade do século XX), também a dominação foi estabelecida pela relação entre colônias e bancos.

As colônias pediam dinheiro emprestado aos bancos dos países imperialistas e, se estes emprestavam, o país imperialista passava a ter inúmeras vantagens na colônia (LENIN, 2012, pp. 50-51). Esse é o tipo de dominação que ocorria no Brasil, por exemplo, que não era uma típica colônia (havia conquistado a independência em 1822), mas, ainda assim, pode-se dizer que era dominado pela Inglaterra.

[...] embora independente em termos nominais, a economia do Brasil no século XIX, sobretudo no Nordeste, era tão dominada por investidores e credores ingleses que se tornou o clássico exemplo de uma “colônia formal”, na literatura moderna sobre dependência econômica (DAVIS, 2002, p. 389).

A dominação europeia, tanto na primeira etapa da Modernidade (colonização mercantilista) quanto na segunda etapa (imperialismo), era legitimada por intelectuais adeptos do eurocentrismo, que reforçavam a ideologia do “fardo do homem branco”: “os britânicos tinham a dupla missão de civilizar os povos atrasados e de abrir os seus territórios em benefício do mundo” (MARIUTTI, 2003, p. 144). Quando do início do imperialismo houve verdadeiro movimento de ideólogos, políticos e escritores britânicos pela sua promoção e valorização (MARIUTTI, 2003, p. 144).

Autores renomados, adeptos do eurocentrismo e da “soberba europeia”, ao analisarem a história mundial identificam a Europa como *centro*, a África e Ásia como locais periféricos e subalternos, e a América Latina como inexistente (DUSSEL, 1993). Hegel, por exemplo, expressão de intelectual eurocentrista, elucida que a razão atingida pelos germânicos os fazem ser, em seu tempo histórico, o Espírito mais evoluído e, por isso, o povo dominante na história mundial. Assim, por ser o portador do maior grau de desenvolvimento do Espírito mundial, possui um direito absoluto, enquanto os outros povos não têm direito algum (HEGEL *apud* DUSSEL, 1993, p. 22).

Segundo Dussel (1993) esse é um excelente exemplo do que é o eurocentrismo, visto que a conclusão a que chega Hegel - reproduzida por demais pensadores eurocentristas – é a de que o europeu tem um direito absoluto, enquanto os outros povos não tem um direito sequer. A relação que Hegel apresenta entre os europeus e as colônias europeias é a de que as colônias sejam espaços livres onde os europeus pobres possam se tornar proprietários (DUSSEL, 1993, p. 23). Ou seja, a colônia seria o local onde os europeus pobres poderiam exercer os seus direitos burgueses, por meio da dominação de outros povos. É forçoso notar que até a ideia de instituir como colônia um local que é povoado por outros povos há milênios demonstra a estirpe insólita desse pensamento eurocentrista.

Lenin, ao discorrer sobre a expansão capitalista dos fins do século XVIII e século XIX, reproduz um discurso de Cecil Rhodes, político e milionário britânico que, em 1895, defendia o imperialismo como uma tática para salvar milhões de europeus da fome⁵. Vejamos como expunha referida ideia:

“Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era pão!, pão!, e ao refletir, no caminho de volta para casa, sobre o

⁵Cecil Rhodes teve o seu papel de “imperialista colonizador” reconhecido ao ser homenageado com o nome de um país na África, a Rodésia, atual Zimbabwe e Zâmbia (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 200)

que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo (...). **A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos nos apossar de novos territórios; para eles, enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas.** O império, como sempre digo, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas” (Cecil Rhodes citado por LENIN, 2012, p. 112, grifos nossos).

No discurso de Cecil Rhodes, burguês britânico, há uma clara veia malthusiana, que objetiva expurgar, para além-mar, os indesejáveis operários desempregados da Grã-Bretanha. Além disso, vemos de maneira clara a ideia impregnada no pensamento de Hegel, de que os europeus possuem um direito absoluto enquanto os outros povos não possuem direito algum. Afinal, expressa que é preciso explorar colônias, dominar territórios, de forma que haja mais lucro e, portanto, mais riqueza na Inglaterra, e assim salvar milhões de europeus da fome. Está implícito nesse discurso a ideia da supremacia europeia, de tal modo que mesmo entre os sofrendores da terra há uma hierarquia. Para os europeus, mesmo os pobres, existem direitos a serem assegurados (daí não poderem estar submetidos à fome), enquanto os colonizados não possuem direito a nada, visto que não há problema dominá-los, colonizá-los, o que muitas vezes implicou no assassinio em massa e na retirada forçada de terras que também era uma maneira de matá-los.

Vê-se que a colonização vai assumindo diferentes formas. Mesmo que não mais no Antigo Regime Colonial, quando, principalmente, Espanha e Portugal exerciam hegemonia enquanto metrópoles, o capitalismo continuou se expandindo por meio da colonização. Tanto o Antigo Regime Colonial quanto o imperialismo deixam marcas profundas nos povos e nações dominados e oprimidos. A seguir apresentaremos relatos de como a colonização imperialista foi cruel no sentido de promover fome e miséria devastadores nas colônias, de forma a aumentar cada vez mais os lucros obtidos pelas potências imperialistas, principalmente a Inglaterra.

1.9. Relatos das grandes fomes nas colônias do Império Britânico no fim do século XIX

A Modernidade promoveu fome e miséria em diferentes partes do globo. Milhões morreram no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema (DAVIS, 2002, p. 19). Os anos de 1877 a 1890, especialmente,

foram marcados por secas que mataram milhões de pessoas que não tinham o que comer.

Na Índia, na China, no Brasil extensas faixas de terra que outrora produziam alimentos viraram desertos, em que nem as plantas, nem os animais e nem os homens conseguiam sobreviver. Naqueles anos, o El Niño, que consiste em uma vasta oscilação na massa de ar e na temperatura oceânica em toda a extensão da Bacia do Pacífico, provocouseca em grande parte dos trópicos chuvosos e no norte da China (DAVIS, 2002, 27).

A visão eurocêntrica do mundo, ao tratar sobre a miséria, fome e morte de milhões nos anos de 1877 a 1890, considera apenas as secas como sua causa. Assim, atribui a um fator climático, natural, a desgraça a que foram submetidos os povos do nordeste brasileiro, Índia, China, dentre outros⁶ (DAVIS, 2002). No entanto, com base em toda a discussão que realizamos anteriormente, analisamos a miséria e fome desses anos tendo como elementos centrais não fatores naturais como a seca ou uma suposta superpopulação das regiões famintas (argumento muito utilizado para justificar a fome na Índia nesse período), mas sim a colonização imperialista, que promoveu miséria e fome legitimada pelo discurso malthusiano e eurocêntrico.

Utilizaremos como base dos relatos a seguir principalmente a obra do americano Mike Davis “Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo”. O livro expressa com riqueza de detalhes o que foram esses anos de sofrimento para os povos dominados pelo imperialismo, em especial, britânico. Para os que têm interesse em conhecer a fundo esses relatos, sugere-se a leitura da referida obra.

Mike Davis (2002, p. 290) contrapõe “clima ruim” a “sistema ruim”: demonstra que as secas (portanto, o “clima ruim”) de fato existiram nas regiões colonizadas, mas não foi esse o motivo principal para a extensão tão grande de miséria e número tão alto de mortos. Em suas palavras, a colonização imperialista transformou “um simples desastre numa catástrofe” (DAVIS, 2002, p. 95).

O impacto da seca do El Niño foi agravado por uma recessão global que atingiu em cheio os agricultores tropicais, que haviam sido recém-incorporados às redes do comércio mundial, principalmente a partir de 1870 (DAVIS, 2002, p. 75). Em países como o Brasil, Índia, Argélia, Egito, dentre outros, o Império Britânico orquestrou a

⁶ As grandes fomes do fim do século XIX também ocorreram no antigo Ceilão (onde hoje é Sri Lanka), Coréia, Java e Bornéu (grandes ilhas da Ásia, hoje pertencentes, em sua maior parte, à Indonésia), Visayas (na atual Filipinas), Egito, Marrocos, Angola e África do Sul (DAVIS, 2002, p. 73).

conversão de áreas de agricultura de subsistência em áreas de monocultura de algodão, para substituir o algodão que ia dos Estados Unidos da América para a Grã-Bretanha, mas que foi interrompido durante a Guerra Civil americana (DAVIS, 2002, p. 75). Após referida guerra, com o retorno da exportação de algodão do sul dos EUA, a Inglaterra suspendeu a importação daqueles países, afundando os produtores em pobreza e dívidas (DAVIS, 2002, p. 75).

Também os produtores de açúcar do Brasil, Filipinas e Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia) foram atingidos pelos impactos por estarem inseridos no comércio mundial: o preço do açúcar destes países despencou ante a competição com o açúcar de beterraba europeu (DAVIS, 2002, p. 75). O Marrocos viu sua economia declinar quando as suas tradicionais exportações de grãos, lã e couro começaram a competir com a Austrália e Índia, que tiveram suas exportações à Europa facilitadas pela recente abertura do Canal de Suez, o qual foi inaugurado em 1869 (DAVIS, 2002, p. 75). Os produtores de chá chineses também, repentinamente, tiveram que lidar com a competição com Assam (província da Índia) e Ceilão (atual Sri Lanka) (DAVIS, 2002, pp. 75-76).

Além de terem que enfrentar os “ventos frios do livre comércio”, cruéis eram os “ventos frios das dívidas” (DAVIS, 2002, p. 75). Os empréstimos concedidos pela Inglaterra às regiões colonizadas – movimento típico do imperialismo – submetiam as colônias a dívidas imensas, de forma que praticamente toda a produção ia diretamente para o seu pagamento, e não para a subsistência dos povos que a produziam. John Russel Young, jornalista estadunidense do *New York Herald*, em viagem à Índia na década de 1870 salientava que o “dinheiro que a Inglaterra tira da Índia todos os anos é um sério dreno no país, e está entre as causas de sua pobreza” (DAVIS, 2002, p. 14).

Também no Brasil, apesar das classes dominantes locais aspirarem um moderno império tropical, a autonomia do desenvolvimento do Estado brasileiro estava obstaculizada pela dívida externa, sistema bancário primitivo e inconstância das receitas de exportação (refém dos movimentos ditados principalmente pela Inglaterra) (DAVIS, 2002, p. 391).

Apoiado no malthusianismo, liberalismo e eurocentrismo, o Império Britânico, tal como Malthus ensinou os ricos a tratarem os pobres, praticava o “desdém benigno” (HARVEY, 1981, p. 7). Isto é, impôs a povos de todo o mundo a inserção destes no comércio mundial, e uma vez que esta inserção prejudicava suas economias, causando

dívidas, pobreza e fome, a Inglaterra nada fazia para ajudar suas colônias a saírem da miséria – pelo contrário, como veremos nos relatos a seguir.

Esse é o contexto geral da situação de miséria e fome que as populações do mundo foram submetidas durante a colonização imperialista, e segue o relato especificamente da situação calamitosa nos anos de seca entre 1877 a 1890 na Índia, China e nordeste brasileiro, todas essas regiões sob o domínio britânico.

1.9.1. O caso da Índia

Um dos exemplos mais importantes de como a imposição da economia colonial devastou países inteiros, gerando fome e mortes, é o da Índia dos fins do século XIX. Os britânicos se vangloriavam e legitimavam a colonização indiana insistindo que havia salvado a Índia da “fome eterna”, quando, na verdade, de acordo com um estudo publicado em 1878 pelo *Journal of the Statistical Society*, trinta e uma fomes sérias ocorreram em 120 anos de governo britânico, contra apenas dezessete fomes registradas nos dois milênios anteriores (DAVIS, 2002, p. 297).

Durante o governo inglês imposto à Índia, milhões de pessoas foram mortas pela fome, famílias inteiras foram assassinadas, grandes regiões eram devastadas enquanto humanos e animais faleciam pela falta de alimento (DAVIS, 2002). A fome, no entanto, não era causada pela falta absoluta de comida, visto que outras regiões produziam arroz e trigo, mas estes eram exportados para a Inglaterra. Ironicamente, enquanto milhões de indianos morriam de fome, os ingleses comiam pão da Índia (DAVIS, 2002, p. 38).

Os princípios malthusianos eram frequentemente utilizados pela Inglaterra para legitimar a política de fome que impunham à Índia: Robert Bulwer-Lytton, que exerceu o cargo de Governador-Geral da Índia de 1876 a 1880, durante a Era Vitoriana, argumentou ao Conselho Legislativo em 1877 que a sua rigidez, ao não socorrer os famintos, se dava porque a população indiana teria uma tendência a crescer mais rápido que o alimento que obtém do solo (DAVIS, 2002, p. 44). A fome na Índia, portanto, de acordo com o governante inglês, tinha causa natural, nada podendo ele fazer para mudar a situação.

Um relatório elaborado pelo governo inglês sobre a situação da fome na Índia em 1881 concluía que

“[...] 80% da mortalidade por desnutrição vinham dos 20% mais pobres da população e, se essas mortes fossem evitadas, esse estrato da população continuaria incapaz de adotar uma prudente contenção. Portanto, se o governo gastasse mais da sua receita na redução da fome, uma proporção ainda maior da população ficaria na penúria” (DAVIS, 2002, p. 44).

Além de o relatório apontar como positivo as milhões de mortes por fome, - considerando-as necessárias ao equilíbrio populacional – identificava que a causa da fome era a seca (DAVIS, 2002, p. 71). Críticos da política inglesa da época, dentre eles o matemático indiano Naoroji, combateram o relatório afirmando que se atribuiu à natureza a causa da fome, quando na verdade era causada pela sangria de riquezas que a Inglaterra impunha à Índia (DAVIS, 2002, p. 71).

É verdade que no final do século XIX, principalmente a partir de 1876, o mundo passou por secas fortíssimas, mas não é o clima “em si” que condena populações à fome, mas as relações sociais e econômicas existentes, que garantirão ou não aos povos passar pelos períodos de secas sobrevivendo (DAVIS, 2002, p. 290).

O tenente governador de Bengala, distrito da Índia, Richard Temple, foi responsável por prestar socorro aos famintos em 1873-1874, tendo importado meio milhão de grãos da Birmânia para impedir a mortandade em massa (DAVIS, 2000). Além disso, estipulou salários aos trabalhadores tendo por base as necessidades alimentares diárias e os preços dos alimentos. Este foi o único socorro britânico bem sucedido, mas, em vez de ser elogiado e usado como parâmetro para posteriores socorros, o tenente governador foi duramente criticado pelo governo de Londres, que considerou uma “extravagância” que os salários fossem pagos aos indianos de acordo com as necessidades diárias de comida do trabalhador e os preços dos alimentos, e não pela quantia que o Governo teria condições de pagar (DAVIS, 2002, p. 48). O jornal britânico *The Economist* foi um dos responsáveis por censurá-lo, pois o socorro encorajava os indianos a acreditarem que era dever do Governo mantê-los vivos (DAVIS, 2002, p. 49).

Para recuperar sua reputação, arruinada aos olhos dos ingleses por ter promovido socorro aos indianos famintos, Richard Temple tornou-se implacável, mais rígido que outros governantes, e a sua tarefa passou a ser a de “tornar o socorro tão repugnante e ineficaz quanto possível” (DAVIS, 2002, p. 49). Em excursões pela Índia, expulsava centenas de milhares de pessoas das obras de socorro, e obrigava-as à caminharem longas distâncias, a pretexto de serem abrigadas em obras de outras localidades. As

caminhadas serviram para assassinar um grande número de pessoas. Além disso, foi o precursor do que posteriormente foram as experiências nazistas de dieta de subsistência humana mínima nos campos de concentração: diminuiu significativamente a porção das rações dadas aos famintos, levando-os a uma morte mais lenta (DAVIS, 2002, p. 50). O fornecimento de alimento abaixo do necessário nas obras de socorro passaram a ser chamados de “salário de Temple” e este senhor passou a representar para a história da Índia “a personificação da economia de livre mercado como uma máscara para o genocídio colonial” (DAVIS, 2002, p. 50).

Na verdade, as preocupações do governo inglês é que nenhum centavo fosse desviado de seu plano de invasão do Afeganistão e que não houvesse diminuição das riquezas enviadas à Inglaterra (DAVIS, 2002). Em 1878, o governo inglês invadiu o Afeganistão no que ficou conhecido como II Guerra Anglo-Afegã, conflito que estava inserido no contexto de disputa entre Grã-Bretanha e Rússia por áreas na Ásia, especialmente no Oriente Médio. A Inglaterra contava com as riquezas da colônia (Índia) para sustentar suas guerras e conquistar novas colônias (DAVIS, 2002).

Em 1877, o governador geral Lytton preocupava-se que “a falta de chuvas [...] ameaçava desviar mais 10 milhões de libras para a salvação do que ele via por seus óculos malthusianos como um estrato imensamente redundante da população” (DAVIS, 2002, p. 59). Para Lytton o que importava era obrigar os camponeses a darem dinheiro ao governo, e não o contrário (DAVIS, 2002, p. 65). Sendo assim, os tributos arrecadados na Índia deveriam ser enviados para a Coroa inglesa, e não desviados para a construção de obras de socorro aos famintos (DAVIS, 2002, p. 65).

A Inglaterra sugava todas as riquezas dos indianos de maneira tão voraz que não sobrava capital para a manutenção da estrutura básica necessária para a prática da agricultura, como animais para arado e irrigação. Em 1878, a fome e seca ferrenhas mataram os bois, de forma que os próprios camponeses tiveram que fazer o arado com galhos de árvores; homens levavam as carroças com grãos – mesmo onde havia bois, era mais barato contratar homens para esse serviço! – e a cólera matava famílias inteiras (DAVIS, 2002, p. 62). E mesmo em meio a tudo isso, o governo britânico organizou uma campanha militarizada de cobrança de impostos em atraso, acumulados durante a seca (DAVIS, 2002, p. 62). Nesse período, houve críticas de um setor dos liberais do parlamento inglês que afirmavam que a melhor prevenção da fome seria liberar os indianos da dívida à Grã-Bretanha, mas, ainda assim, a campanha foi instaurada, com

medidas coercitivas, como os leilões de terras daqueles que não conseguiam arcar com os tributos (DAVIS, 2002, p. 63).

Percebe-se que existia sim uma condição desfavorável para o desenvolvimento da agricultura – a seca – mas essa condição poderia ser superada se não fossem as ingerências do governo inglês que freavam qualquer tentativa de desenvolvimento autônomo dos indianos (DAVIS, 2002). Há indícios, por exemplo, de que na Índia pré-britânica, antes da criação de um mercado nacional de grãos dotado de ferrovias, os estoques de comida nas aldeias eram muito maiores, garantindo o bem-estar do povo em períodos de adversidades climáticas (DAVIS, 2002, p. 295). Há indícios também de que os camponeses ficaram mais vulneráveis aos desastres naturais após 1850, quando as economias locais foram violentamente incorporadas ao mercado mundial (DAVIS, 2002, p. 298).

A incorporação ao mercado mundial e ao chamado “livre comércio” era propagandeado pela Inglaterra como o “progresso” sendo levado à Índia (DAVIS, 2002). No entanto, com a Inglaterra impondo as regras, o livre comércio significou a ruína da economia e autonomia indianas: a Inglaterra impunha uma carga de impostos aos indianos de quase o dobro em relação aos ingleses; a renda dos indianos era, em média, um quinze avos a dos ingleses; a sangria extenuante a que estavam submetidos os impediam de desenvolver tecnologias ou mesmo manter estruturas básicas de produção (DAVIS, 2002, p. 69). Assim, nas palavras do matemático indiano Naoroji (*apud* DAVIS, 2002, p. 69), “[o livre comércio entre a Índia e a Inglaterra era] uma corrida entre um inválido faminto e exausto e um homem forte montado a cavalo”.

A colonização da Índia permaneceu até 1947, quando, a partir daí, foi proclamada a sua independência formal. A independência indiana não representou melhoria de vida para as massas mais pobres: de acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD de 2010, a Índia abriga o maior número de crianças subnutridas do mundo (em números absolutos e relativos), número este maior que todos os países da África Subsaariana juntos (ZIEGLER, 2013, p. 159). E ainda, um terço das crianças que nascem na Índia tem peso insuficiente, o que causa danos cerebrais irreversíveis em milhões de bebês subnutridos, e até os dois anos de idade grande parte dessas crianças morre (ZIEGLER, 2013, p. 159). Ainda hoje, mais de um terço de todas as pessoas gravemente subnutridas do mundo residem na Índia (ZIEGLER, 2013, p. 163).

Os problemas das dívidas ainda são uma constante na vida do camponês pobre indiano: de acordo com o ministro da agricultura Sharad Pawar, mais de 150.000 produtores agrícolas pobres se suicidaram entre 1997 e 2005 para escapar das dívidas e em 2010 mais de 11.000 camponeses endividados se suicidaram (ZIEGLER, 2013, pp. 159-160).

Em 2001 a fome assolou gravemente o país após uma seca de cinco anos. A sociedade estatal *Food Corporation of India* ficou responsável por distribuir os excedentes de grãos, que estavam armazenados, aos famintos. No entanto, representantes corruptos da companhia decidiram reter o estoque para favorecer os comerciantes locais a venderem seus grãos a preços altos (ZIEGLER, 2013, p. 2013). Como se vê, a independência não veio acompanhada de mudanças radicais na estrutura econômica que favorecessem os mais pobres, os quais continuam subjugados, se não diretamente pelas classes dominantes inglesas, agora por classes dirigentes indianas que também têm interesses econômicos que sobrepõem ao interesse de tirar da miséria milhões de indianos e de efetivar direitos.

1.9.2. O caso da China

As mudanças climáticas ocasionadas pelo El Niño também foram percebidas na China no ano de 1876, quando não houve chuvas durante o verão no norte do país. Os três anos anteriores haviam sido secos, mas foi em 1876 que a seca foi total, e iniciou a preocupação oficial do governo para com a questão (DAVIS, 2002, p. 77). Provisões foram enviadas a algumas províncias, mas não era suficiente. A situação era tão grave, que a seca havia impossibilitado a produção, levando milhões de camponeses à fome terrível (DAVIS, 2002, p. 77). Centenas de milhares de pessoas deixavam o campo em direção às grandes cidades, como Xangai, em busca de auxílio (DAVIS, 2002, p. 77).

A situação de calamidade levou a que os camponeses comessem suas próprias casas: não restando mais nenhum alimento como opção, demoliam suas casas para venderem a madeira e comiam os talos de sorgo que tinham em seus telhados; depois, vendiam as roupas e os filhos (DAVIS, 2002, p. 79). Chegando o inverno, que atingia temperaturas muito baixas no norte da China, e sem um teto, eram obrigados a queimar o que sobrava de suas casas em grandes fogueiras para trazer o calor. Quando não sobrava nem mais o que queimar, aglomeraram-se em grandes covas subterrâneas na

tentativa desesperada de aquecer-se (DAVIS, 2002, p. 79). Em algumas dessas covas, cabiam cerca de 240 pessoas. À medida que as pessoas morriam – de fome, frio, doenças – abriam-se novas vagas (DAVIS, 2002, p. 79).

Em Shandong foi relatado a postura ativa e militante de várias mulheres que protestavam exigindo dos ricos melhor distribuição dos alimentos. Grupos de mulheres marchavam de casa em casa dos ricos, apossando-se das casas, preparando uma refeição, e dali partindo para outra casa (DAVIS, 2002, p. 80). Em outra localidade, foi relatado que um grupo de cerca de 100 mulheres foram até o Yamen – residência e/ou escritório administrativo do burocrata local enviado pelo poder central da China – munidas com seu cutelo, para dizer-lhe que “o magistrado que rouba o dinheiro dos pobres, em vez de dá-lo quando eles estão morrendo de fome, merece ser cortado em pedaços assim!”. As mulheres se referiam à corrupção que existia dos auxílios enviados de Pequim (DAVIS, 2002, p. 80).

Essa organização militante, no entanto, foi impossibilitada pelo agravamento da situação. Cada vez mais aumentava o número de mortos nas aldeias, as famílias eram desmanteladas, o sofrimento pelas perdas e a fome a que todos estavam submetidos eram obstáculos para a organização (DAVIS, 2002, p. 80). O desespero fazia com que os homens vendessem em servidão as mulheres e crianças aos empreiteiros do sul (DAVIS, 2002, p. 80). Posteriormente, o governo anulou as vendas forçadas de mulheres e crianças durante a fome, mas enquanto isso, mais de 100 mil pessoas haviam sido vendidas em apenas um município (DAVIS, 2002, p. 80). Em outras aldeias, para evitarem referida situação de ter que vender mulheres e crianças, famílias inteiras se suicidaram (DAVIS, 2002, p. 80).

Outra opção para as pessoas das aldeias famintas do norte da China era a migração para as cidades do sul. “Aldeias inteiras fugiam para as cidades ricas do sul” (DAVIS, 2002, p. 82). Para evitar a peregrinação a esmo dessas populações, e todos os perigos que isso acarretava, o governo decidiu canalizar e arregimentar as migrações com ajuda das elites urbanas (DAVIS, 2002, p. 82). Assim, as pessoas vindas do norte eram registradas, abrigadas e “recebiam cupons para mingau de arroz, roupas usadas e até cuidados médicos básicos” (DAVIS, 2002, p. 82). Mais tarde, quando a seca abrandou, receberam verba para a viagem de volta para casa e a autoridade local concedeu-lhes empréstimo de sementes e bois para que retomassem a produção (DAVIS, 2002, p. 80). Notadamente, as leis gerais sobre “vagabundagem” não se aplicavam às “pessoas de bem” vindas de Shandong (DAVIS, 2002, p. 82).

Esse bom tratamento, no entanto, não foi destinado pelo governo a todos os flagelados pela fome. Quando o governo considerou que o êxodo das províncias do norte estava exagerado, enviou tropas para rechaçar ou mesmo massacrar os refugiados (DAVIS, 2002, p. 82). Com dinheiro sendo gasto com as tropas, principalmente na fronteira das províncias de Shandong e Kiangsu, sobrava muito pouco ou nada para enviar ajuda para outras províncias ou regiões. Em vários locais, a seca foi acompanhada de praga de gafanhotos. Mais de 90 milhões de pessoas sucumbiram à fome no norte da China, num território maior do que a França (DAVIS, 2002, p. 82).

A ajuda do governo era insuficiente: missionários calcularam que o socorro oficial alcançou apenas de 20 a 40 por cento da população atingida nas cinco principais províncias. O império chinês estava afundado em dívidas, por ter contraído empréstimos a taxas de juros altíssimas com potências estrangeiras (DAVIS, 2002, p. 81). Assim, os governos das províncias foram deixados à própria sorte, e estes também estavam quebrados desde o início da seca (DAVIS, 2002, p. 81). O pouco que havia para o socorro ainda era apropriado indevidamente por autoridades corruptas (DAVIS, 2002, p. 81).

Em Shanxi, província extremamente pobre, do tamanho da Inglaterra e País de Gales juntos, que contava com uma população de 15 milhões de habitantes, foram milhões de mortos pela fome. O sistema de transporte mais usual, o fluvial, foi quase completamente dissolvido pela seca, o que impossibilitou a chegada de parte da ajuda e retardou em meses a chegada de outra parte. Um correspondente do *New York Times* na China da década de 1870 informou que

“o mais extenso e importante canal do mundo é agora não navegável por centenas de milhas, os antigos canais invadidos pelo mato e obstruídos pelos cascos apodrecidos de centenas de juncos imperiais que antes transportavam seu tributo anual de grãos para a capital” (DAVIS, 2002, p. 84).

Os cais e depósitos do governo estavam abarrotados de grãos para serem enviados às províncias mais afetadas, mas o transporte era um problema. Os cursos d'água que resistiam à seca lotaram de embarcações e as estradas de carroças que levavam as provisões (DAVIS, 2002, p. 86).

Enquanto isso, em Shanxi, mais de mil pessoas morriam de fome por dia. Autoridades que viajaram pelas províncias mais atingidas relatam que os caminhos estavam cheios de carcaças de homens e animais; lobos, cachorros e raposas comiam os

cadáveres e também doentes que paravam para dormir durante as viagens de peregrinação; as mulheres e meninas eram vendidas em grupos a traficantes; chegavam notícias de que crianças abandonadas por seus pais eram levadas a locais secretos, mortas e consumidas; carne humana era abertamente vendida nas ruas; pais trocavam seus filhos por outras crianças, pois não podiam matar e comer seus próprios filhos; “e o suicídio era tão comum que raras vezes chamava a atenção” (DAVIS, 2002, pp. 86).

Dois anos após o início da seca, em maio de 1878, a situação ainda não havia melhorado (DAVIS, 2002, p. 88). O bispo católico romano de Shanxi escreveu em uma carta posteriormente publicada no jornal *The Times*:

“Antes, as pessoas se restringiam ao canibalismo dos mortos; agora matam os vivos para comer. O marido devora a esposa, os pais comem os filhos ou os filhos comem os pais: isso agora é a notícia diária” (DAVIS, 2002, p. 88).

A essa altura, a situação calamitosa já era de conhecimento de todo o mundo. Na Inglaterra foi formado um Fundo de Combate à Fome na China, um comitê que organizaria a ajuda humanitária às províncias famintas do norte do país. Os missionários cristãos viram o comitê “como uma oportunidade enviada pelo céu para disseminar o evangelho” (DAVIS, 2002, p. 89). Os governantes britânicos também viram a fome na China como uma grande oportunidade, tendo o cônsul britânico afirmado que “a distribuição de verbas por homens valentes e judiciosos [ingleses], que se dedicam ao trabalho [de socorro] [...] fará mais para abrir-nos a China que dezenas de guerras” (DAVIS, 2002, p. 89).

Dentre as causas da fome na China vimos estar a sua altíssima dívida externa, a qual só cresceu a partir do desenvolvimento do imperialismo britânico, já que esta era uma das formas da Inglaterra impor seu poder a várias regiões do mundo: por meio dos empréstimos (DAVIS, 2002). E ainda, além disso, os políticos ingleses viram na calamidade da fome chinesa uma oportunidade de abrir ainda mais a China para seus negócios e interesses, afinal, a fome deixou o país enfraquecido, vulnerável, e portanto mais propício para a inserção britânica. O imperialismo não via a fome como um problema, portanto, mas como uma oportunidade de extensão do seu poder (DAVID, 2002, p. 89).

1.9.3. O caso do Brasil

De 1877 a 1879 as condições climáticas, provocadas pelo fenômeno do El Niño, não eram as mais favoráveis para a agricultura (DAVIS, 2002). No nordeste brasileiro, o fenômeno causou uma seca que se estendeu até outono de 1879 (DAVIS, 2002, p. 74). No Brasil, desde o início do ano de 1877 a seca já causava impactos no Nordeste, especialmente no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte (VILLA, 2000). Quando, em 1877, o Nordeste chegou ao dia 19 de março – dia de São José – sem nenhuma chuva, foi quando o sertanejo viu anunciada a sua sentença de morte, e foi declarada a situação de seca (VILLA, 2000, p.45). Os jornais da época alardeavam: “Estamos com uma terrível seca em perspectiva e só Deus sabe quanto nos será doloroso este flagelo” (VILLA, 2000, p. 45).

Além do problema da seca, por si só, o nordeste brasileiro tinha o grave problema de não ter estrutura suficiente para suportar períodos de seca. Isto é, não havia sistemas de irrigação eficientes, açudes, não possuía infraestrutura para transportar comida do sul para o norte do país de maneira suficiente e a pobreza extrema da maioria das pessoas fazia com que não tivessem recurso algum para se livrar da trágica situação imposta pela seca. Essa situação ocorria tanto pela desigualdade interna, em que, de um lado, poucas famílias, detinham a maior parte das riquezas, eram os donos das terras e dos escravos e em geral produziam cana-de-açúcar; e do outro, uma grande massa de pessoas vivia na miséria, produzindo para subsistência e/ou trabalhando nos latifúndios que produziam a cana (DAVIS, 2002, p. 398).

Além da desigualdade entre as famílias do Nordeste, havia desigualdade também entre as regiões do Brasil. No final do século XIX o Nordeste já vivia uma decadência já que a principal atividade econômica do Brasil não era mais a exportação do açúcar, e sim do café produzido na região sudeste. Assim, os investimentos para infraestrutura estavam localizados principalmente nesta região e não naquela (DAVIS, 2002).

E, por fim, outra situação que colocava o Nordeste em desvantagem era a própria interferência do imperialismo, principalmente britânico (DAVIS, 2002). Apesar do país já ter proclamado a independência em 1822, no final do século XIX a região nordeste era tão dominada por investidores e credores ingleses que fazia com que a região fosse uma “colônia formal” da Inglaterra (DAVIS, 2002, p. 389). As tentativas das elites brasileiras em tornar o Império mais moderno, promovendo um desenvolvimento do Estado, por meio da industrialização ou o próprio desenvolvimento

de infraestrutura do país eram sabotadas pelos ingleses (DAVIS, 2002, p. 391). Exemplo da ingerência britânica na região nordeste brasileira é o do industrial inglês Warren Dean, que comprou uma fábrica de linha de costura em Alagoas com o propósito de desmantelá-la e jogar a maquinaria no rio São Francisco (DAVIS, 2002, p. 391).

O povo nordestino, de acordo com o jornal da época *O Cearense*, ora dirigia sua angústia à prática exagerada da superstição, ora lamentava ao governo (VILLA, 2000, p. 46). O bispo do Ceará, dom Luís Antônio dos Santos, divulgou uma carta, em 22 de abril de 1877, em que apontava como causa da fome o castigo de Deus, devido o esquecimento dos seus ensinamentos e de suas leis pelos homens. A fome fez com que grupos de pessoas começassem a roubar gado e saquear fazendas (DAVIS, 2002, p. 92) e o jornal *O Cearense* noticiava que “alguns salteadores querem aproveitar o pretexto para dar largas à rapinagem e já dizerem de público que hão de brevemente saquear as casas que têm dinheiro” (VILLA, 2000, p. 45).

Com o Sertão extremamente seco, a população faminta e miserável começou a migrar para as cidades maiores, em busca de alimentos e ajuda (VILLA, 2000). Andavam milhares de quilômetros a pé, esfarrapados ou, muitas vezes, sem roupa alguma, queimando no sol. Alguns dos retirantes relataram à imprensa cearense que trocaram a roupa do corpo por comida. As moças paupérrimas que viajavam nuas, além do cansaço da viagem em si, no sol quente e com os pés no chão, ainda ficavam embaraçadas pela nudez, procurando moita para se esconderem e sendo obrigadas a viajar apenas a noite (VILLA, 2000). Muitos morriam pelo caminho, de fome e sede, ou por ingerirem plantas tóxicas, principalmente as crianças (VILLA, 2000, p. 49). Outros, não suportando o sofrimento imposto pela miséria, se suicidaram (VILLA, 2000, p. 49).

Também os pequenos comerciantes e agricultores foram atingidos pela seca. Fecharam seus comércios, abandonaram suas terras – que neste momento não possuíam nenhuma valor comercial -, os que tinham escravo o trocaram por farinha, e também saíram andando para as cidades maiores em busca de ajuda (VILLA, 2000). O jornal *O Cearense* fez uma reportagem em que descrevia qual era a situação do sertão:

“[os sertões cearenses estão com] o aspecto sombrio de vastos cemitérios. Tudo deserto e silencioso, as casas abandonadas servindo de morada às aves e às feras que aí vão procurar abrigo aos ardores de um sol de fogo”. As estradas estavam “intransitáveis, não somente pela falta absoluta d’água, como pela quantidade incalculável de cadáveres de animais em putrefação, que exalam um fétido insuportável!” (VILLA, 2000, pp. 48-49).

As cidades de Sobral e Fortaleza, dentre outras, receberam milhares de retirantes em poucos meses, o que gerou preocupação sobre os impactos que isso geraria (VILLA, 2000). Um leitor escreveu ao jornal *O Retirante* a situação da cidade de Sobral:

“Pavorosa é a nossa atual situação! [...] Por toda a parte o silêncio; em todos os semblantes a tristeza! Longos anos serão precisos para a reparação de tamanhos estragos. [...] Impossível é contar-se as caravanas de emigrantes que aqui chegam vindos de diversos pontos da província, descalços, andrajosos, imundos, macilentos, desenhados na fisionomia os horribos sintomas da miséria! [...] Que desespero; que horror; quanta indiferença e desumanidade! [...] O povo quer pão. E o seu clamor é como um grito de socorro da sentinela perdida. Ninguém ouve” (VILLA, 2000, p. 48).

A situação difícilima que enfrentavam nas estradas, sem comida, sem água, com o sol a pino, descalços, deixava o corpo do sertanejo muito fraco e mais propício a toda sorte de doenças. Uma das doenças comuns foi a cegueira noturna, ocasionada pelo enfraquecimento prolongado do organismo (VILLA, 2000, p. 49). Também a cólera, febre amarela e varíola atacaram grupos de retirantes, e a situação se agravava devido a contaminação das águas (VILLA, 2000, p. 49).

O Ceará foi a província mais atingida pela seca. Em 1878, dos 130 mil habitantes de Fortaleza, 110 mil eram retirantes. Estes ficavam nos chamados abarracamentos, “‘morando’ debaixo dos cajueiros e em barracas improvisadas, dejetos espalhados ao ar livre, doentes dormindo ao relento, alimentação – quando havia – de péssima qualidade, subnutridos e sem assistência médica” (VILLA, 2000, p. 70). Em setembro daquele ano, Fortaleza viveu a maior epidemia de varíola da sua história. Um terço da população da cidade foi infectada, muitos morriam 24 horas após o contágio. Com o alto número de mortos, não se sabia o que fazer com os corpos. Aumentaram o número de pessoas contratadas para enterrar as vítimas fatais, mas ainda assim não conseguiam enterrar todos os mortos, de forma que alguns viravam comida de cachorros e urubus (VILLA, 2000, pp. 71-72).

Marco Antonio Villa relata sobre o número de mortos apenas na cidade de Fortaleza durante a epidemia de varíola:

O mês de dezembro trouxe ainda mais mortes. Não houve dia com menos de 500 óbitos. [...] Só no dia 10 foram conduzidos para o cemitério da Lagoa Funda 1.004 cadáveres. [...] O mês de dezembro registrou na cidade cerca de 16 mil óbitos, cifra oficial mas que pode ser ampliada, pois muitos mortos foram enterrados em cemitérios clandestinos ou queimados. Só no cemitério de Lagoa Santa, entre setembro e dezembro, segundo Rodolfo Teófilo, foram

enterrados 24.849 cadáveres. Em janeiro de 1879 a epidemia começou a ceder. Mesmo assim, o número de mortes atingiu pouco mais de 2.200. Em fevereiro foram 176. Nos meses seguintes a epidemia se extinguiu deixando no seu rastro 30 mil mortos, milhares de órfãos, centenas de cegos e defeituosos. Ainda restavam sobrevivendo nos abarracamentos 80 mil pessoas (VILLA, 2000, pp. 71-72).

Também no Rio Grande do Norte era grave a situação de seca, tendo o presidente da província recomendado que os sertanejos fossem para o litoral para “não serem vítimas de privações que não se poderiam evitar” (VILLA, 2000, p. 50). As cidades do litoral ficaram lotadas e com isso muitas doenças se propagavam como epidemias (VILLA, 2000, p. 50).

Em Alagoas, relatos apontam que o sertão ficou tomado por “verdadeiros esqueletos, a pé, seminus, com as trouxas e os filhinhos gritando nas costas” (VILLA, 2000, p. 50). O jornal *O Monitor*, de Salvador, relatou em 09 de outubro de 1877 que “é tal a penúria que ali há, que alguns especuladores retalham uma rapadura em 80 pedaços e vendem-se a 20 réis cada um, fazendo portanto 1\$600 numa rapadura!” (VILLA, 2000, p. 51).

Na Paraíba, desde maio de 1877 os jornais já noticiavam a situação calamitosa do sertão (VILLA, 2000, p. 51). Em abril, o presidente da província reconheceu o estado de seca e de miséria a que a população estava submetida, mas adiou medidas governamentais para cuidar da questão, afirmando que ainda havia esperanças de que a chuva cairia (VILLA, 2000, p. 51). O número de retirantes que chegavam à capital era muito grande, obrigando o governo a empregá-los de alguma maneira, tendo eles sido utilizados na construção da igreja matriz (VILLA, 2000, p. 51). Já em dezembro, passado um ano inteiro sem chuvas e sem nenhuma esperança de mudança, um jornal de Cajazeiras, cidade do sertão da Paraíba, relatou a situação da seguinte forma: “em todas as ruas veem-se cadáveres ambulantes e nus, sem forças para implorarem uma esmola; e a morte tem arrebatado muitas vítimas da seca. Tudo é consternação, miséria e desespero” (VILLA, 2000, p. 52).

José Américo da Almeida escreveu o clássico *A bagaceira* em que descrevia a situação de seca, fome e miséria deste período. Descreveu da seguinte maneira uma coluna de retirantes:

Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa de chegar, porque não sabiam aonde iam. [...] Fugiam do sol e o sol guiava-os nesse forçado nomadismo. [...] Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais (ALMEIDA, 1978, p. 5).

O Piauí foi atingido principalmente pelo grande número de migrantes que chegaram às suas cidades (VILLA, 2000, p. 55). Pelo fato de sua principal atividade econômica ser a pecuária, e a seca não ter atingido tão profundamente os pastos, foi menos abalado do que as outras províncias (VILLA, 2000, p. 55). Mas são vários relatos das famílias fugindo da seca que chegavam em suas cidades, inclusive de famílias abastadas que iam para o Piauí fugindo dos horrores da seca, trazendo os móveis na cabeça dos escravos, por falta de animais de carga (VILLA, 2000, p. 55). O grande número de migrantes levou a economia ao colapso, e então o governo promoveu medidas de expulsão dos retirantes, colocando-os em vapores no rio Parnaíba que os conduziam à Amazônia (VILLA, 2000, p. 55).

Também no Ceará, o número grande de retirantes fez com que ainda na metade de 1877 alguns já começassem a defender propostas de emigração dos retirantes para outras províncias, principalmente o Amazonas e Pará (VILLA, 2000, p. 57). O governo, a Igreja e grandes proprietários e comerciantes não queriam partilhar seus recursos socorrendo os milhares de retirantes que acumulavam nas grandes cidades, principalmente na capital Fortaleza (VILLA, 2000, p. 57). Em março de 1877, *O Cearense* publicou uma correspondência de morador de Sobral, grande cidade do sertão, que solicitava do governo medidas de expulsão dos retirantes, principalmente por meio de uma corrente migratória para a Amazônia (VILLA, 2000, p. 57). De acordo com a correspondência, a medida satisfaria a mais urgente necessidade da região e prestaria relevante serviço à população e à ordem pública (VILLA, 2000, p. 57).

Nos anos que seguiram, milhares de cearenses se viram obrigados a emigrar para a Amazônia (VILLA, 2000, p. 62). Iam com a promessa de que aquelas terras de abundância e subpovoadas fariam um homem trabalhador enriquecer da noite para o dia. A expectativa, no entanto, já era quebrada nos vapores que iam de Fortaleza à Belém: várias denúncias foram feitas de que faltava alimento; as moças, viajando com suas famílias, eram estupradas pela tripulação, que andava armada; sofriam com as doenças epidêmicas (tifo, varíola, cólera) causadas pela falta de higiene. Muitos morriam e os corpos eram jogados no mar (VILLA, 2000, pp. 62-63). Para estimular a emigração para a Amazônia, o governo cearense diminuiu as rações distribuídas aos flagelados permaneciam nas cidades enquanto pagavam passagens só de ida para Belém (VILLA, 2000, p. 63).

Em Pernambuco, a situação de seca também atingiu o sertão, tendo os rios secado e a população migrado para a região açucareira e grandes cidades do litoral, principalmente Recife (VILLA, 2000, p. 53). A região açucareira, mais rica e politicamente influente da província, no entanto, não foi atingida pela seca e foi favorecida pela migração dos flagelados. Os retirantes aceitavam trabalhar nos canaviais por um preço ínfimo, insuficiente para sustentar suas famílias. Aproveitando-se dessa situação, os barões do açúcar intensificaram as vendas de escravos para as províncias cafeeiras (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) por altos preços e aumentaram a superexploração da mão de obra “livre”, composta pelos flagelados da fome. Essa movimentação fez aumentar os lucros dos senhores do açúcar (VILLA, 2000, p. 54).

Da mesma forma, na Bahia a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra “livre” passou a ser vista pelas classes dominantes como uma oportunidade de negócio (VILLA, 2000, p. 57). Lucrava-se com a venda do escravo para as províncias do Sul, substituí-o por um trabalhador que era adquirido de graça e aceitava qualquer forma de pagamento por sua mão de obra, e ainda se passavam por filantropos por estarem “ajudando” os migrantes recém-chegados na província (VILLA, 2000, p. 57).

Durante todo esse período de miséria e sofrimento de grande parte da população do nordeste, o Imperador Dom Pedro Segundo estava viajando pelo mundo, tendo ficado no exterior desde 26 de março de 1876, quando embarcou para os Estados Unidos da América, até 26 de setembro de 1877, quando retornou ao Brasil. Nesse meio tempo, visitou os EUA, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Rússia, Grécia, Egito, Itália, França, Holanda, Suíça e Portugal. A viagem de dezoito meses durante o auge da seca no Brasil revoltou muitos brasileiros, especialmente os nordestinos, como foi expresso em uma carta assinada por Manuel Alves Ferreira, publicada no jornal *O Monitor*, da Bahia:

“Enquanto Vossa Majestade Imperial examinava no Egito as múmias de 3 mil anos, o povo do Norte do Brasil se tornava também múmia pela fome, nudez e vergonha. No tempo em que Vossa Majestade Imperial contemplava as ruínas das grandes cidades que floresceram em outros tempos e que fizeram a glória do Oriente; as cidades e povoações do Norte caíam em ruínas por ter sido delas espavorido o seu povo” (VILLA, 2000, p. 59).

Ao retornar da Europa, existia a expectativa de que o Imperador viajasse pelas províncias do Nordeste para verificar a situação de seca e fome e tomar providências para resolver a situação. Essa expectativa, no entanto, não se concretizou. O Imperador

foi para o Rio de Janeiro, onde realizava bailes e banquetes e voltava às suas “atividades habituais” (VILLA, 2000). Tudo isso gerou um desgaste muito grande de Dom Pedro Segundo para com os flagelados, que o tinham como um último recurso de salvação terrena, e a viram se dissipar.

Nem mesmo a divulgação dos números impressionantes de pessoas atingidas diretamente pela seca e miséria conseguiram fazer com que o governo central tivesse uma postura mais ativa quanto a essa questão (VILLA, 2000, p. 61). Em 1877, segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, o número de flagelados era de 700 mil no Ceará, 150 mil no Piauí, 117 mil no Rio Grande do Norte, 400 mil na Paraíba, 200 mil em Pernambuco, 50 mil em Alagoas, 30 mil em Sergipe e 500 mil na Bahia (VILLA, 2000, p. 61), totalizando mais de 2 milhões de pessoas em pungente sofrimento.

E ainda, mesmo quando era enviada alguma ajuda do Rio de Janeiro, os responsáveis por entregá-las aos flagelados nas províncias não o faziam, ou dificultavam o acesso às provisões (VILLA, 2000). Os retirantes famintos, nus ou seminus, se arrastavam pelas ruas em grupos, e foram se formando lideranças espontâneas que exigiam a entrega da ajuda alimentar. Era comum ouvir os gritos de “farinha ou revolução!” (VILLA, 2000, p. 75).

Em Mossoró, cidade do sertão que contava já com 80 mil habitantes, em sua maioria, recém-chegada, fugida da seca, cansados de esperar pela entrega dos alimentos, milhares de velhos, crianças, mulheres e homens saquearam um carregamento de farinha, milho e arroz que chegava na cidade antes que fosse estocado no armazém. Dias depois, saquearam novamente novo carregamento. A providência do presidente da província foi o de suspender o envio de alimentos à cidade (VILLA, 2000, p. 75).

Eram muitas denúncias em face dos diretores das colônias, padres e demais responsáveis pela distribuição de alimentos que entregavam as provisões esporadicamente e em quantidade pequena, pois a maioria dos alimentos era desviada para o comércio (VILLA, 2000, p. 75). Enquanto milhares padeciam de fome, alguns lucravam com a situação. Denúncias foram feitas também contra aqueles que obrigavam as mulheres a trocarem sexo por comida, ou mesmo exigiam deflorar as moças das famílias em troca de comida. Muitos desses eram padres, o que fez surgir um sentimento anticlerical entre os retirantes (VILLA, 2000).

Devido às inúmeras denúncias da imprensa local sobre corrupção, o governo central nomeou um funcionário do Rio de Janeiro para que fosse investigar o destino dos recursos enviados aos retirantes pelo governo (VILLA, 2000, p. 79). Este

permaneceu por cinco meses no Ceará, analisando os livros e registros. Relatou casos já denunciados pela imprensa local e propôs como solução: a diminuição da ração diária em 20%, por meio da retirada do arroz; diminuição do número de funcionários nos abarracamentos; alterações contábeis. No seu relatório não constava o grande número de funcionários, padres, comerciantes que lucraram com o desvio dos gêneros alimentícios, e nenhum deles chegou a ser indiciado (VILLA, 2000, pp. 79-80).

A situação de sofrimento e humilhação era enorme para todos os retirantes, mas especialmente para as mulheres e crianças (VILLA, 2000). Os homens caçoavam dos seios das mulheres famintas, murchos e caídos por falta de nutrientes que os sustentassem; as viúvas eram obrigadas a oferecerem sexo em troca de comida; os pais estimulavam as meninas de 12 e 13 anos a prostituírem-se, como única esperança de conseguirem alimento; as crianças órfãs andavam nuas pelas cidades, sem cuidados, e quando morriam, urubus se encarregavam de comê-las (VILLA, 2000). O aspecto das cidades do Nordeste era de guerra (VILLA, 2000).

A calamidade era tanta que a imprensa revelou diversos casos de antropofagia, o que foi reproduzido na literatura sobre essa época (VILLA, 2000, p. 68). Dentre inúmeros outros casos, o jornal cearense *Os Retirantes* noticiou o caso de uma mulher que foi presa na cidade de Quixadá, Ceará, após ter matado e comido seu filho de 4 anos de idade no dia seguinte em que sua mãe e outros dois filhos haviam morrido de fome (VILLA, 2000, p. 69). O *Jornal do Comércio* noticiou o caso de uma mulher que foi levada ao Tribunal do Júri por ter matado e comido duas crianças. O júri absolveu a mulher, sob a fundamentação de que a mulher havia agido arrastada pelo medo irresistível de morrer de fome (VILLA, 2000, p. 69). No dia seguinte, o então parlamentar Joaquim Nabuco apresentou projeto à Câmara visando a supressão do parágrafo terceiro do artigo 10 do Código Criminal, o qual incluía o “medo irresistível” como como excludente de culpabilidade (VILLA, 2000, p. 69). Interessante observar que medidas para dirimir o flagelo da fome eram inexistentes ou demoradas, já a medida para punir a vítima da fome foi imediata.

As notícias da calamidade do Nordeste chegavam à Corte, no Rio de Janeiro, e a visão expressa pela maioria dos representantes do governo era a de que os retirantes haviam “perdido o hábito do trabalho”, como foi expresso pelo ministro da época, Carlos Leôncio de Carvalho (VILLA, 2000, p. 76). Teixeira Júnior, senador por Minas Gerais, afirmou que muitos haviam habituado a receber a caridade do governo e por isso

não querem mais sujeitar-se à “condição absoluta que rege a humanidade – o trabalho”, e que isso tinha que acabar (VILLA, 2000, p. 81).

Os governantes e funcionários sulistas não escondiam o desprezo que sentiam pelos flagelados da fome, e consideravam que, com a volta da chuva, a vida e economia nordestinas voltariam ao normal, desconsiderando os três anos de absoluta calamidade a que estiveram submetidos (VILLA, 2000, p. 82). Em 1880, com a volta das chuvas, foi possível computar as perdas humanas: somente em 1878 morreram no Ceará 120 mil pessoas – incluídas nesse número apenas os mortos registrados oficialmente, excluindo os que morreram nas estradas, fazendas, vilarejos, periferias das cidades (VILLA, 2000, p. 82). Considerando todas as províncias do nordeste, nos três anos de seca, é possível estimar a morte de 500 mil pessoas, o que representa 4% da população brasileira da época (VILLA, 2000, p. 83).

Ao analisar a forma como as classes dominantes brasileiras trataram o problema da seca e conseqüente fome no Nordeste, fica claro que os conservadores seguiam o pensamento majoritário da igreja de que a seca era resultante de castigo divino (DAVIS, 2002, p. 94). Enquanto todo o sofrimento já relatado infringia a vida de milhares de pessoas, os governantes perdiam tempo em debates filosóficos e adiavam as medidas necessárias, e que, para serem efetivas, deveriam ser imediatas e urgentes (DAVIS, 2002, p. 95). Provavelmente as ideias de Thomas Malthus também já grassavam por aqui, de modo que deixar o povo pobre morrer na penúria não era nada além de obedecer às leis naturais.

A preocupação maior das classes dominantes, locais e do governo central, era menos de extirpar a fome, e mais de como realocar essa população excedente que ia para as cidades. As oligarquias locais discordavam se o melhor destino dos retirantes seria a Amazônia (proposta presente no jornal *O Cearense*) ou para as províncias cafeeiras do sul (proposta constante no jornal *O Retirante*) (VILLA, 2000). De toda forma, o governo central agia com proposital demora na efetivação dos planos de migração dos refugiados, pois, principalmente os latifundiários do nordeste, temiam um êxodo maciço de trabalhadores⁷ (DAVIS, 2002, p. 96).

⁷ Como já demonstrado no tópico “1.5. A teoria marxista sobre a população: crítica à superpopulação absoluta de Maltbus” da presente dissertação, o excedente populacional é útil aos donos dos meios de produção, pois que a alta oferta de mão-de-obra possibilita a diminuição dos salários. E ainda, na produção agropecuária, em determinadas épocas do ano é preciso empregar um número maior de mão-de-obra, o que poderia ser obstaculizado pelo êxodo maciço dos trabalhadores.

Os liberais do parlamento brasileiro tinham Lytton, Governador-Geral da Índia de 1876 a 1880, como exemplo a ser seguido e propuseram restaurar a ordem no Ceará com os severos “métodos científicos britânicos” (DAVIS, 2002, p. 99). André Rebouças, engenheiro e ideólogo liberal, que participou de uma comissão indicada pelo Imperador para investigar sobre a seca e fome no Nordeste, afirmou em um debate realizado no Instituto Politécnico no Rio de Janeiro que, apesar de reconhecer que o governo tinha a obrigação constitucional de prestar socorro a todo cidadão, considerava que esse socorro não devia ser na forma de doativo (DAVIS, 2002). Afirmava que existia uma tendência latina de confundir socorro com caridade, e defendia o modelo adotado pelo Império Britânico na seca que atingiu a Índia, de promover o emprego assalariado em obras públicas, por ser o remédio mais eficiente e moralmente adequado (DAVIS, 2002, p. 99). Com base nesse entendimento, o presidente da província do Ceará começou a orientar que só fosse prestado auxílio àqueles que prestassem algum trabalho em contrapartida (DAVIS, 2002, p. 99).

No meio de tamanho horror e sofrimento que foi imposto a centenas de milhares de pessoas durante os três anos de seca no Nordeste, uma minoria descobriu a “indústria da seca”, extremamente lucrativa (DAVIS, 2002, p. 101). Foi o caso das classes governantes, com sua corrupção extremamente lucrativa; da *Singlehurst, Brocklehurst and Company*, empresa britânica que forneceu imensas quantidades de mantimentos para o governo e transportou milhares de retirantes do Nordeste para a Amazônia; dos latifundiários, que aproveitaram a construção de açudes com recursos públicos e apropriaram-se deles de maneira privada; também os latifundiários lucraram com a venda de escravos para as províncias cafeeiras do sul, pois tinham a “mão-de-obra livre” do retirante ao seu dispor, extremamente barata (DAVIS, 2002, p. 101).

A contradição aparente: de um lado milhões de famintos, de outro, uma minoria se enriquecendo, confirma os pressupostos da presente dissertação, de que Modernidade e colonização são faces de uma mesma realidade. Os relatos das experiências indiana, chinesa e brasileira demonstram cabalmente que miséria e riqueza convivem; bem como atraso e “modernidade”. A fome, portanto, não é causada por fatores naturais intransponíveis, mas sim por ações humanas, daqueles que detêm poder para tanto, de forma a beneficiá-los cada vez mais, de forma a atingirem lucros extraordinários às custas do suor e sangue de grande parte da população do mundo.

CAPÍTULO 2 – COLONIALIDADE: A PERSISTÊNCIA DE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO E DOMINAÇÃO NO CHAMADO TERCEIRO MUNDO

Até o século XIX os territórios de fome eram, em geral, colônias das potências imperialistas. Hoje, a maioria dessas colônias são países independentes, os chamados Estados-nação. No entanto, as suas independências não significaram a solução para os problemas de desigualdade, pobreza e fome. A colonização, mesmo que não da sua forma típica, permanece ainda por outros meios. A hegemonia inglesa, como potência imperialista, acabou em 1945, com o fim da II Guerra Mundial. A partir daí, novas formas de dominação pelas potências – agora tendo os Estados Unidos da América como potência hegemônica – foram estabelecidas. Ou seja, houve um rearranjo nas formas de dominação e nas instituições oficiais responsáveis por fazê-lo (QUIJANO, 2005).

O Terceiro Mundo é o mundo colonial renovado (CASANOVA, 1995, p. 9). O capítulo anterior serviu para que investigássemos sobre as relações de dominação no mundo colonial e durante o assenso do imperialismo, e são justamente essas relações que são as bases do que hoje é chamado de Terceiro Mundo. A história do Terceiro Mundo é marcada por se tratar de países que outrora foram colônias de potências imperialistas, que usurpavam suas riquezas e deixavam suas populações na mais profunda miséria, provocando fomes massivas. Essa exploração era legitimada por algumas teorias, dentre elas, a malthusiana. Qualquer análise sobre a política e a democracia dos países do chamado Terceiro Mundo, portanto, de todos os países da América Latina, atualmente, que não considerem esse contexto e essa história está condenada ao fracasso (CASANOVA, 1995).

Desde 1492, ano que marca a “descoberta” da América e o início de uma história mundial, quando a Europa impõe a colonização aos povos originários da América e desenvolve sua modernidade, foram criadas teorias e argumentações para justificarem e legitimarem a exploração de regiões e povos por outros (QUIJANO, 2005). Discursos e tecnologias foram desenvolvidos para, principalmente, naturalizar a exploração (PORTO-GONÇALVES, 2006). Dentre essas teorias e tecnologias, destacaremos: a classificação social mundial por meio da racialidade (QUIJANO, 2005), o mito da globalização e as teses dos neomalthusianos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A classificação social mundial por meio das raças foi uma invenção do europeu para, diferenciando os povos de acordo com seus traços fenotípicos, principalmente cor

da pele e do cabelo e formato e cor dos olhos, criar um papel social para cada um deles: o africano, negro, seria o escravo; o índio, vermelho, e o asiático, amarelo, seriam servos; o europeu, branco, seria o dominador (QUIJANO, 2005).

A globalização, processo de criação de uma interdependência cada vez maior entre os povos e as regiões, que ocorreu desde 1492, mas que a partir da década de 1970 apresenta-se com esse nome, é explicada pelos grupos que detêm o poder político e econômico como o fim das fronteiras entre países, potencializando relações entre todos. Oculta-se, no entanto, que essas relações de interdependência e as relações estabelecidas entre “todos” são hierárquicas, de forma que determinados países e povos são submetidos a relações de exploração e dominação por outros (PORTO-GONÇALVES, 2006).

E, por fim, o malthusianismo, já estudado no capítulo anterior, se atualizou. Os seguidores de Malthus, chamados de neomalthusianos, relacionam o subdesenvolvimento a uma suposta superpopulação da Ásia, África e América Latina. Essa visão culpa os próprios famintos pela fome a que estão submetidos, ignoram a sua história de colonização secular e também as formas de dominação a que estão submetidos hoje. Por isso, suas principais propostas para solução do subdesenvolvimento são políticas de “planejamento familiar”, direcionadas aos pobres para que estes tenham menos filhos (DAMIANI, 2015).

O que essas teorias, discursos e tecnologias desenvolvidas pelos grupos dominantes têm em comum é: ocultam as relações de exploração e dominação que se estabeleceram desde a descoberta da América pela Europa. Quando analisamos o mundo pós II Guerra Mundial verificamos que as relações de exploração só se aprofundaram, resultando em maior desigualdade entre os países e também internamente em cada país (PORTO-GONÇALVES, 2006). Ao mesmo tempo, cada vez mais os discursos de naturalização e legitimação dessa exploração tornam-se mais sofisticados, e são eles que pretendemos apresentar neste capítulo.

Jean Ziegler, tendo como principal referencial teórico Josué de Castro, escreveu a obra “Destruição em massa: geopolítica da fome” em que demonstra como hoje são estabelecidas as relações violentas de dominação pelas potências capitalistas em face dos países do chamado Terceiro Mundo, promovendo fome e miséria em todo o globo. Cumprem papel fundamental na promoção da fome por meio de dominação a OMC (Organização Mundial do Comércio), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, os quais Jean Ziegler (2013, p. 131) chama de “os cavaleiros do

apocalipse”. Assim como a Rainha Vitória, em mensagem à Assembleia Imperial nos fins do século XIX, garantiu aos indianos que a “prosperidade, felicidade e bem-estar” deles eram as metas e objetivos presentes do Império britânico (DAVIS, 2002, p. 48), também os “cavaleiros do apocalipse” garantem estar levando a modernização e o bem-estar aos países dominados de hoje (ZIEGLER, 2013).

Mas se esses países são independentes, porque se submetem à dominação? Ou melhor, como funciona esse mecanismo de dominação sobre países, ou sobre os povos desses países, que já conquistaram a independência? A seguir veremos como a independência das colônias da América Latina não foi um processo democrático, que efetivasse os direitos fundamentais da maioria da população. Na verdade, a independência nesse continente foi um processo vanguardado por uma minoria que tinha por interesse manter seus privilégios e manter a maioria da população na escravidão ou servidão. Houve, na verdade, a independência formal dos Estados, e foi mantido um novo colonialismo nas sociedades. As bases desse processo é o que iremos abordar a seguir.

2.1. As relações de poder entre potências capitalistas e o Terceiro Mundo: a naturalização da exploração

“A melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3). A frase do geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves demonstra bem como se dá a dominação por um ínfimo grupo de donos das grandes corporações capitalistas sobre a maioria dos povos do mundo hoje. De acordo com o discurso hegemônico das potências imperialistas, não existe mais colonialismo. As antigas colônias hoje são os chamados Estados-nação independentes e, devido sua condição de independentes, os mais desavisados podem concluir que não há mais exploração e dominação de uns em face de outros. Em virtude da independência dos Estados, pode-se imaginar que os povos outrora oprimidos e dominados, submetidos à miséria e à fome, finalmente são donos de si, de suas escolhas e de seu futuro. Em resumo, imagina-se que se as colônias conquistaram a independência e hoje são Estados-nação soberanos, cujo marco dessa transformação tenha sido justamente o fim da dominação colonial, por meio das “independências”. Ledo engano (CASANOVA, 1995).

Primeiro, é falso que hoje não existem mais colônias (PORTO-GONÇALVES, p. 23, 2006). Ainda nos dias de hoje a Inglaterra e a França são as potências que lideram em número de colônias⁸. Muitas dessas colônias não recebem essa denominação oficialmente, passam a ser chamadas de Estados livres associados (como é o caso de Porto Rico, em relação aos EUA), ou Território Ultramarino (como Anguilla e Bermudas em relação ao Reino Unido), dentre outras denominações que visam “disfarçar” a essência da relação entre esses territórios e as potências que as dominam, qual seja, a natureza colonial dessas relações.

Segundo, é um engano pensar que o surgimento dos Estados-nação independentes marcou o fim das relações de dominação, uma vez que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 04). Assim, além desses Estados ainda estarem submetidos a relações de dominação pelas potências capitalistas – relações essas que explicaremos melhor a seguir – existem relações internas de dominação, por parte de uma minoria local que submete a maioria da população a seus ditames (CASANOVA, 1995).

Essas relações de dominação, que ainda hoje são estabelecidas, e sob as quais a maioria da população do mundo está submetida, são fundamentais de serem estudadas para compreendermos o porquê de mais de 800 milhões de pessoas ainda viverem com fome hoje (FAO, 2017). Estudar sobre a fome – isto é, a negação completa do direito à alimentação – é estudar acerca da sobrevivência das pessoas e dos povos. E para compreender a fundo as ameaças a uma política efetiva de sobrevivência e, mais que isso, de vida digna, é questão chave estudar sobre a *exploração* que estrangula esses povos (CASANOVA, 1995, p. 33).

Compreender a exploração significa ir a fundo aos problemas de miséria e fome, descobrir suas causas. Um estudo desse tipo favorece principalmente aquele que está submetido à situação de miséria e fome, pois é principalmente do seu interesse compreender as razões que o levam a essa situação para, potencialmente, transformá-la. Já para aqueles que se beneficiam com a situação de miséria e fome, principalmente porque essa situação, de maneira dialética, significa o seu próprio enriquecimento ou a manutenção de seus privilégios, não é de seu interesse que as investigações avancem

⁸Guadalupe, Martinica, São Bartolomeu, Saint Martin, Guiana Francesa são algumas das colônias da França apenas na América. Já Anguilla, Bermudas, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Virgens Britânicas e Montserrat são exemplos de colônias do Reino Unido na América. Além dessas potências, também os Estados Unidos da América, Austrália, Nova Zelândia, Países Baixos, Dinamarca, dentre outras potências também possuem colônias no século XXI.

para revelar as reais causas da miséria no mundo. Esses últimos, pelo contrário, fomentam estudos que abordem o tema de maneira superficial ou incompleta, de maneira que não sejam reveladas as reais razões da miséria de grande parte da população – ou seja, as relações de exploração impostas (CASANOVA, 1995).

Assim, os grupos que não tem interesse no estudo da exploração desenvolveram tecnologias e formas de *naturalizar* própria exploração, de maneira que ela seja legitimada e, o menos possível, confrontada. E estes estudos, sob um invólucro científico, econômico, técnico e racional são disseminados entre os povos das potências imperialistas e dos países dominados, para convencê-los de que a situação atual é natural, justa e correta. A seguir, abordaremos algumas quatro formas e teorias que foram utilizadas para naturalizar a dominação de povos ou regiões sobre outros: a globalização, a racialidade e colonialidade, o neomalthusianismo e a financeirização. Esses aspectos não esgotam o tema, mas são de extrema relevância para compreender as relações hierárquicas de dominação e exploração atuais.

2.2. Globalização: as relações de exploração se estendem ao mundo todo

O ano de 1492 é conhecido como o da “descoberta” da América, o que marca também o início da “história mundial”. Antes disso, havia várias histórias justapostas (Império Chinês, Hindu, dentre outros), mas que não eram interdependentes. O Império Romano, propagado como o mais poderoso e civilizado de todos no Ocidente, era apenas mais uma história que se somava a outras. Foi apenas com a dominação da América pela Europa que esta adquiriu riquezas que lhe possibilitaram colocar em posição estratégica central no comércio mundial. Com o controle e aperfeiçoamento de técnicas de construção de navios e de armamento, os reinos europeus puderam superar fronteiras e barreiras comerciais estabelecidas pelos outros impérios. Com seus navios alcançavam todos os continentes e com suas armas e canhões conquistavam territórios, massacravam povos, impunham obrigações comerciais, reorganizavam sociedades à sua satisfação e estabeleciam a colonização (DUSSEL, 1993).

Por isso, pode-se dizer também que a invasão da América e as Grandes Navegações são o início de um processo de globalização, em que passamos a ter uma história e geografia mundiais, que cada vez mais se impõem ou, ao menos, condicionam, as histórias e geografias regionais (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24).

Immanuel Wallerstein (1974) chama de *sistema-mundo* padrão de poder que se estabelece a partir dessa data, reconhecendo que a descoberta da América faz nascer a modernidade, a qual nasce simultaneamente com a colonialidade. Razão pela qual o *sistema-mundo* é *colonial-moderno* (QUIJANO, 2005).

Muitos autores referem-se ao novo mundo, pós-descoberta da América, como *mundo moderno*. Ao utilizarem essa nomenclatura, dão ênfase ao *moderno* e, portanto, ao papel de protagonista que a Europa assumia nesse processo de mundialização da história (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24). Com frequência, autores “esquecem” de reconhecer que junto ao processo de modernização desenvolveu-se simultaneamente e necessariamente o processo de *colonização*. Só foi possível a Europa conseguir acumular forças para impor seu poder a outras regiões do mundo devido o processo de colonização a que submeteu os povos da América (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24). Antes de 1492, a Europa possuía papel secundário nas rotas de comércio que eram centradas, principalmente, no Oriente (DUSSEL, 1993).

Assim, quando se dá ênfase ao *moderno* evidencia-se o avanço pelo qual a Europa passou a partir de 1492, os progressos atingidos ao alçar papel central no mundo, estendendo suas relações de domínio e poder. Por outro, a evidência do *moderno* acaba por ocultar o *colonial*, isto é, as relações de escravidão e servidão, a exploração de homens e da natureza, a que os europeus impuseram aos povos da América. Importante, portanto, ressaltar: não existe modernidade sem colonização (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24).

O processo de globalização que teve início no mundo marcou, por um lado, a extensão do domínio e exploração dos europeus; e por outro, a submissão e exploração de povos e regiões de todo o mundo. Forçoso reconhecer, portanto, que a história da globalização está necessariamente ligada a uma história de exploração e dominação. O *sistema-mundo moderno-colonial* é um mundo cada vez mais interdependente, em que esta interdependência está assentada em relações hierárquicas de poder, as quais são relações moderno-coloniais (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25).

Desde o início desse processo de globalização foram criados argumentos para justificar a exploração do sistema-mundo moderno-colonial como *naturais*. Para este fim, a modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade, que são práticas sociais e de poder que reforçam relações de exploração e dominação legitimadas sobre pressupostos pretensamente racionais, científicos e naturais (QUIJANO, 2005). Essas razões naturais seriam, dentre outras coisas, a posição geográfica e histórica de alguns

povos, os quais seriam, segundo essa tônica, inferiores à posição histórica e geográfica da Europa. Isto é, o argumento de que a história e geografia europeia são superiores a todas as outras: a Europa teria atingido um patamar de sociedade e humanidade tão avançado que isso lhe daria certos direitos sobre os outros povos e regiões. E o argumento da racialidade se assenta em que algumas raças (estabelecidas de acordo com os traços fenotípicos dos povos) são superiores a outras. Em especial, o branco europeu é superior a todos os outros (africanos, indígenas, asiáticos) (QUIJANO, 2005).

Essas tecnologias foram criadas pelas classes que dominam e exploram para justificar e legitimar a exploração que perpetuam. E, assim, essa tríade modernidade-colonialidade-racialidade “continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25). Ainda hoje, repetem e reinventam os mesmos argumentos que desde 1492 visam naturalizar e legitimar essas práticas.

Esse processo de globalização (entendido como a extensão do domínio de uns povos sobre outros e regiões sobre outras) não se desenvolveu de maneira unilinear, mas sim de maneira dinâmica, com movimentos que muitas vezes tornam-se justapostos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 23). Um dos movimentos vai do século XV-XVI ao século XVIII, com o início do colonialismo e implantação da modernidade-colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 23). É comum que os teóricos refiram-se ao início do colonialismo como Antigo Regime Colonial, como Mariutti (2003), mas é importante reconhecer que as práticas típicas dessa etapa se estendem também aos dias de hoje, uma vez que as potências capitalistas ainda mantêm colônias. Nesse diapasão, Inglaterra e França lideram em números de colônias, mantendo nessa condição principalmente algumas pequenas ilhas da América Central (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Outra etapa do *sistema-mundo moderno-colonial* vai da Revolução Industrial até o imperialismo (século XVIII ao início do século XX) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 26). A descoberta da máquina a vapor produz mudanças significativas no mundo, dentre outras coisas, na geografia, aproximando regiões e concentrando a população. Isto ocorre, pois, até então, a energia necessária para alimentar os homens e os animais de tração, que eram o principal meio de transporte, demandavam amplos espaços de pastos e plantações (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 27).

Com o desenvolvimento de maquinário e de novas técnicas agrícolas, a produção foi intensificada, de modo que os cultivos passaram a produzir mais com o menor uso de terra. A energia consumida pela máquina não é biomassa, mas fóssil

(carvão, gás natural ou petróleo). Na prática, a necessidade de alimentar humanos e animais sob as circunstâncias anteriores a criação da máquina a vapor impediam, ou dificultavam, a existência de cidades mais populosas, visto que a aglomeração de muitas pessoas num mesmo espaço demandaria áreas muito grandes de prados para produção de energia (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 27).

A invenção da máquina a vapor, com uso do carvão, possibilitou a produção de muito mais energia com muito menos matéria. Uma caldeira passou a produzir energia que antes necessitaria de um grande pasto e de muitos animais de tração. Além disso, a máquina a vapor possibilita a produção em local que não necessita ser o mesmo em que está localizada a matéria-prima, o que é potencializado ainda mais pelo desenvolvimento do transporte (em especial, ferrovias e navegação oceânica). Essas características transformaram a geografia e as relações de poder mundialmente, principalmente porque essa revolução técnica possibilitou o poder de manipular a matéria, de forma a extrair matérias-primas de determinadas regiões, mas produzir e consumir em outras (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28).

Resultado dessa revolução foi, dentre outras coisas, o desenvolvimento da monocultura como uma das bases da agricultura capitalista moderna, sobretudo nos países e regiões coloniais exportadores (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28). A monocultura, desde quando é instituída, tem como razão de ser a satisfação não de necessidades locais, de quem a produz, mas está relacionada à exportação, revelando assim sua dimensão política (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28). As metrópoles europeias podiam organizar suas colônias de maneira que cada uma produzisse, por meio da monocultura, determinado produto, e, os exportasse à Europa (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28).

A economia colonial, baseada na monocultura e exportação, obriga a todo o globo produzir em prol das necessidades europeias, por isso, neste continente se verificaria variedade de matérias-primas. Enquanto que, nas colônias, com a exportação do que era produzido e diante da falta de diversidade de cultivos, a população vivia sempre no umbral da fome. Ademais, a monocultura imposta às colônias não ocorria nas metrópoles, as quais, além de receber alimentos e matérias-primas de todo o mundo, ainda mantinham sua própria e muito bem diversificada produção agropecuária (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28).

Um terceiro movimento do *sistema-mundo* que destacaremos, ocorre principalmente a partir de 1870, concretizando-se em 1901, sendo este o surgimento do

imperialismo, o qual marca o início do capitalismo monopolista (LENIN, 2012). O desenvolvimento das máquinas fez com que houvesse aumentona exploração de matérias, as quais garantirão a produção dos mais variados produtos: ferro, cobre, zinco, café, banana, cacau, algodão, açúcar, etc. Essas matérias passam a ser retiradas de seus locais de origem e transportadas pelo globo, sob o comando dos monopólios industriais financiados pelos grandes bancos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 31). Os diversos imperialismos nacionais (inglês, estadunidense, francês, holandês, japonês, dentre outros) passam a disputar as chamadas áreas de influência, isto é, os locais onde exploram referidas matérias para garantir a sua produção industrial. O lucro passa a depender da exploração de referidas matérias e as disputas entre os imperialismos por essas regiões leva a grandes guerras, como foram, dentre outras, as duas grandes guerras mundiais (de 1914-1918 e 1939-1945, respectivamente) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 31).

É marcante no imperialismo a sua característica de pilhar recursos naturais da África, da Ásia, da América Latina e Caribe, deixando devastação e desordem social e ecológica por onde passa (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 32). O imperialismo necessariamente atua mediante guerras, pois que a busca pelo lucro máximo está relacionada à conquista (e disputa) de mercado (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 32). E ainda hoje é possível perceber que existem monopólios, em constante pugna, no controle de vários ramos da economia, como é o caso da indústria agroquímica, em que apenas seis empresas controlam o comércio internacional de agrotóxicos, sementes transgênicas, etc., são elas: Bayer, Basf, Syngenta, Dow, DuPont e Monsanto⁹.

Já no século XX, o qual foi marcado por grandes guerras, em especial, as duas grandes guerras mundiais, são observados novos rearranjos nas relações dos poderes hegemônicos do capitalismo mundial colonial-moderno. Principalmente a Segunda Guerra Mundial marcou o fim da hegemonia da Inglaterra como potência imperialista, emergindo os Estados Unidos da América, em disputa ideológica e política com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (CASANOVA, 1995).

A partir da II Guerra Mundial foram estabelecidas novas relações de poder e foram criadas novas instituições que lidariam com questões como desigualdades e fome (CASANOVA, 1995). Foi nesse contexto, por exemplo, que foi fundada a Organização

⁹ Essas empresas são as chamadas transnacionais, todas elas são sediadas em países que são potências capitalistas: Bayer (Alemanha), Basf (Alemanha), Syngenta (Suíça), Dow (Estados Unidos da América), DuPont (Estados Unidos da América) e Monsanto (Estados Unidos da América).

das Nações Unidas (ONU), em fevereiro de 1945 em São Francisco, Estados Unidos, e assinada pelos países a Carta das Nações Unidas. Foram também fundados nesse mesmo período o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (CASANOVA, 1995).

Não participaram da fundação da ONU os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), derrotados na II Guerra Mundial. Apesar de os Estados Unidos terem conseguido conquistar uma hegemonia mundial nesse novo sistema de dominação existente, a disputa política e ideológica com a União Soviética era uma constante, no que ficou conhecido, desde o fim da II Guerra Mundial até início da década de 1990 como “Guerra Fria”.

Apesar de termos afirmado, baseando-se em Carlos Walter Porto-Gonçalves, que a globalização é um processo que teve início ainda em 1492, no sentido que é nesse ano que se inicia uma “história mundial”, é apenas no contexto do pós II Guerra Mundial e, mais precisamente, na década de 1970 que há um consenso na utilização da expressão *globalização* (PORTO-GONÇALVES, 2006). Esse termo não é um termo neutro, mas que é valorizado justamente pelos que se valem dessa escala global do poder: as grandes corporações *transnacionais*, o Banco *Mundial*, o Fundo Monetário *Internacional*, a Organização *Mundial* do Comércio, dentre outros (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12).

Os protagonistas da globalização não são os camponeses, ou os indígenas, ou afrodescendentes, ou os povos originários da África, da Ásia e da Oceania. Pelo contrário, a maioria desses povos têm as suas culturas ligadas à natureza e com fortes relações e singularidades locais (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12). A ideia de um mundo integrado, que superasse as limitações locais, acompanhou os ideários humanistas dos europeus, principalmente após a instauração do *sistema-mundo moderno-colonial* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13). Esteve, assim, sempre associado à condição de dominação sobre as outras regiões e outros povos.

E ainda, a partir da década de 1970 inicia-se também a etapa da globalização neoliberal (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 38). Percebe-se um aprofundamento das desigualdades entre os países e uma desigualdade maior dentro dos países. Desde as etapas anteriores os países do Sul acumulam dívidas externas – sobre as quais decorreremos mais detidamente em tópico a seguir – mas nessa etapa da chamada *globalização*, essas dívidas aumentam em proporções gigantes: de 1971 a 1999, a dívida externa da América Latina aumentou em 21 vezes; da África aumentou 22 vezes; da

África subsaariana aumentou 55 vezes (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 35). A dívida externa, veremos, foi mais um mecanismo criado e desenvolvido para submeter os países às potências capitalistas (CASANOVA, 1995).

Quanto às desigualdades no interior dos países, estas também aumentaram a partir da década de 1970: nos EUA, considerado o país mais rico do mundo, em 1970, havia 24,7 milhões de pessoas em situação de pobreza (11,6% da população) e em 1997 essa cifra havia aumentado para 35,6 milhões (13,3% da população) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 36); na América Latina, de 1973 até o início dos anos 2000 também houve pioras quanto à desigualdade de renda: 20% da população vivem de rendas (ou seja, do patrimônio) e a renda que obtêm é, em média, 16 vezes maior que o do restante da população. No Brasil, os números são mais desiguais do que a média latino-americana: as pessoas que vivem de patrimônio obtêm rendas 25 vezes superiores ao restante da população (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 37).

Quando analisamos os dados mais atualizados, vemos também um aprofundamento da desigualdade. Estudo baseado nos dados do banco *CreditSuisse*, relativos a outubro de 2015, apontam que 1% da população mundial detém a mesma riqueza dos 99% restantes¹⁰. Também houve uma piora quanto ao número de famintos no mundo: o documento da FAO divulgado em 2017 sobre a situação de segurança alimentar do mundo identificou que há 815 milhões de pessoas em situação de fome, o que significa um retrocesso em relação aos relatórios anteriores, já que o relatório anterior (de 2015) comemorava-se que o número de famintos estava abaixo de 800 milhões (FAO, 2017).

Para todo esse histórico apresentado, que relaciona o processo de globalização, desde 1492 até os dias de hoje, como processo de ampliação do domínio e exploração de regiões e povos contra outros, sempre foram criadas justificativas e argumentos que visavam legitimar essas relações, naturalizando-as (PORTO-GONÇALVES, 2006). Sobre as últimas etapas do processo de globalização, especialmente após a segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, como parte dos planos de dominação da maior parte do globo que lhe fosse possível, instituiu a necessidade de serem realizados estudos “técnicos” e “funcionais” para que fosse possível alcançar os objetivos da Carta das Nações (CASANOVA, 1995, p. 24). Qualquer solução “política” para os problemas

¹⁰ O estudo foi realizado pela organização não-governamental britânica Oxfam e amplamente divulgado pela imprensa internacional. Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn>. Acesso em 01 de março de 2018.

do Terceiro Mundo (dentre eles, a fome) era descartada e desqualificada. A “técnica” e o “funcionalismo”, por seu caráter “científico”, eram as formas corretas a serem adotadas em quaisquer planos de ajuda e de desenvolvimento aos países da Ásia, África e América Latina (CASANOVA, 1995, p. 24).

Essa medida era oposta à proposta do “bloco socialista”, liderado pela URSS, de que os problemas de fome nos países do Terceiro Mundo se resolveriam por meio de uma revolução “vermelha” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 160). Neste contexto, a Revolução Comunista de 1949 na China teve papel sem igual, porque mostrava ser possível a mobilização dos mais pobres, em especial os camponeses, para resolverem um problema tão básico como a fome, por meio de uma revolução social (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 159).

Posteriores à experiência chinesa, os triunfos no Vietnã, Angola, Moçambique, Etiópia e Nicarágua colocavam cada vez mais a necessidade de uma revolução social como medida que se impunha para resolver o problema da fome e desenvolvimento no Terceiro Mundo. Pelo fato da ONU não se posicionar expressamente contra esses movimentos, em razão do equilíbrio de forças no período da “Guerra Fria”, os Estados Unidos da América lançaram acusações contra esse organismo, aludindo que nele haveria uma excessiva politização (CASANOVA, 1995, p. 25). A ofensiva estadunidense para cumprimento de seus planos de dominação centralizou-se, então, principalmente no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (CASANOVA, 1995, p. 25).

Outro organismo internacional criado com o propósito específico de ajuda técnica para “promover o desenvolvimento” do Terceiro Mundo foi o BIRD, e posteriormente, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), os quais pretendiam ajudar o desenvolvimento em uma escala global (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 34). O objetivo desses bancos era fazer frente à influência da União Soviética, aos partidos e organizações comunistas e nacionalistas crescentes nos países de Terceiro Mundo e aos próprios líderes forjados pelo/no Terceiro Mundo, frutos do mundo colonial, tais como Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tsé-tung, Getúlio Vargas, Juan Domingo Péron, dentre outros (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 34).

Mas se os Estados Unidos tinham problema em estabelecer sua hegemonia, o mesmo ocorria com a União Soviética e os demais países socialistas ou novos governos populares e democráticos, tanto é que no fim da década de 1980 esses últimos entrariam em um declive terminal, com o desmoronamento da URSS e do bloco socialista

(CASANOVA, 1995, p. 26). Desde então, os EUA surgiram como potência capitalista preponderante, seja no sentido político, econômico, militar, cultural ou científico. A Europa e o Japão, nesse contexto, até apresentavam algumas ressalvas à hegemonia estadunidense, mas tinham como centro de suas políticas o fortalecimento do “bom” funcionamento capitalista mundial e os interesses das grandes corporações, muitas delas sediadas em seus solos, e, cujos interesses se alinhavam com a proposta neoliberal estadunidense (CASANOVA, 1995, p. 26). Desta forma, de maneira geral, ante ao fim do “bloco socialista”, nos anos 1990 o poder dominante de uma estrutura global passa às mãos do chamado Grupo dos Sete (G-7), tendo Estados Unidos como principal potência militar e países da Europa, Canadá e Japão como sede das grandes empresas (CASANOVA, 1995, p. 28).

A derrocada do chamado socialismo real e a hegemonia crescente dos Estados Unidos repercutiu também nos estudos, investigações e pesquisas que se realizavam nos centros universitários. Enquanto os Estados Unidos promoviam e financiavam estudos “técnicos” e “funcionais” para solução dos problemas do mundo, os socialistas centravam as suas análises nas lutas de classes e na exploração. O fim do “bloco socialista” fez com que os Estados Unidos conseguissem hegemonizar também o conteúdo das investigações das principais universidades, de maneira que, cada vez mais, a centralidade estivesse nos problemas da “globalidade”, sob a perspectiva dos países “pós-industriais”, num contexto de divisão do mundo entre “Norte” e “Sul” (CASANOVA, 1995, p. 30).

Esse ponto de vista estabelecia o Norte como avançado, e sua “segurança” estaria em risco devido aos países do Sul e seus “fundamentalismos”, os seus nacionalismos e etnicismos primitivos, as suas organizações terroristas, seu autoritarismo, a corrupção de seus líderes, e uma certa inferioridade cultural e racial que o Sul não consegue superar (CASANOVA, 1995, p. 30). Assim, além dos estudos estabelecerem o Sul como “inferior” em relação ao Norte, os “males” que afligiriam uma “segurança mundial” estariam localizados no Sul (CASANOVA, 1995, p. 30). E ainda, para dar respostas à miséria e à fome extremas que assolavam os países do Sul, atribuíam a uma crise “global”, que “naturalmente” atinge de maneira pior esses países. Assim, rejeitam qualquer relação entre a pobreza e a fome do Sul com o sistema secular de exploração a que estiveram submetidos, bem como às relações de exploração que ainda hoje os submetem às empresas transnacionais do Norte e seus associados locais (CASANOVA, 1995, p. 30).

Essas análises sobre os problemas do mundo chamam a atenção pela supressão, a invisibilidade total, do termo e conceito “exploração” (CASANOVA, 1995, p. 30). Os estudos fomentados pelos Estados Unidos seguiam uma tradição liberal e, no contexto em que apresentamos, apontavam o neoliberalismo como a melhor alternativa para um mundo sem disputas políticas ou ideológicas (já que o bloco socialista havia sucumbido). Assim, nesse contexto de derrota dos regimes e movimentos que disputavam uma hegemonia mundial ou confrontavam com o próprio capitalismo, “facilitou a imposição do discurso neoliberal do capitalismo como um tipo de sentido comum universal, que desde então, (...) se tornou não só dominante, como virtualmente único” (QUIJANO, 2010, p. 100). Logo, a maioria dos estudos realizados em instituições dos países desenvolvidos descartou a possibilidade de se estudar cientificamente a exploração, suprimindo esse conceito de todo o seu campo epistemológico (CASANOVA, 1995, p. 31).

A supressão do conceito e do fenômeno tornou-se de tal modo natural que só a referência à exploração como um problema científico causa estranheza e, na ordem emocional, uma certa irritação, que se manifesta como desgosto e desdém, evidenciando clara indiferença (CASANOVA, 1995, p. 31).

As relações contraditórias passam a ser explicadas pelos cientistas sociais, em sua maioria, como lutas por poder ou disputas de mercados, nas quais não existe exploração de homens sobre homens, nem se fala sobre a possibilidade de uma luta contra a exploração sistêmica, visto que essa “não existe” (CASANOVA, 1995, p. 31). Apoiados na tese do economista estadunidense, que lecionava na Universidade de Chicago, Milton Friedman, os cientistas replicam que a ideia de que o capitalismo é um sistema no qual os ricos exploram os pobres é um mito, portanto, qualquer análise sobre *exploração* não é científica, e sim mítica (CASANOVA, 1995, p. 31).

Se a exploração não existe, nenhum fenômeno sistêmico poderá ser estudado tendo ela como base. Logo, a pobreza “nada tem a ver com um fenômeno que ‘não existe’, como a exploração. Todo o conhecimento científico se organizou para ver a pobreza sem ver a exploração” (CASANOVA, 1995, p. 32). No entanto, é preciso ressaltar que

A “exploração” deve ser parte da problematidade ou da visibilidade epistemológica. Sem seu estudo e consideração, nem as grandes potências que dominam a “globalidade”, nem os especialistas do Banco Mundial, ou o Fundo Monetário Internacional e as Nações Unidas, nem sequer os

estudiosos “críticos”, que buscam resolver “o problema social”, ou a crescente “desigualdade”, ou alcançar a “justiça”, todos, sem sequer mencionar a exploração não poderão aproximar-se dos problemas básicos da sobrevivência (CASANOVA, 1995, pp. 33-34).

Mas, se a *exploração* não está no centro das investigações e pesquisas realizadas para se explicar os fenômenos sistêmicos tais como pobreza, miséria e fome, quais são os conceitos utilizados para a explicação desses “males”? É preciso, primeiro, voltar à frase de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005, p.03), pequena, mas que diz muito: “A melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal”. A seguir iremos explorar uma série de ideias e conceitos que foram criados e desenvolvidos para, principalmente, naturalizar as relações de dominação que existem desde o início do mundo colonial e que se reinventam e atualizam para naturalizar as relações de dominação que persistem até os dias de hoje.

2.3. A colonialidade do poder: as relações hierárquicas de dominação

Aníbal Quijano, teórico político peruano, é um dos principais estudiosos que analisa o mundo a partir da colonialidade, entendendo esta como “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” (QUIJANO, 2010, p. 84). Para ele, a colonialidade sustenta-se na imposição de uma classificação étnica e racial da população do mundo de maneira a determinar as condições da existência social (QUIJANO, 2010, p. 84). Esse elemento teria surgido e desenvolvido-se mundialmente a partir da conquista da América pelos europeus e se perpetua até hoje (QUIJANO, 2010, p. 84).

Desde 1492, uma nova tecnologia de dominação/exploração foi desenvolvida quando os europeus conquistaram e dominaram a América, sendo esta a invenção da ideia de raça, relacionando-a com o trabalho (QUIJANO, 2005, p. 109). Os europeus construíram as ideias de raças tendo por referência supostas estruturas fenotípicas que diferenciavam os conquistadores dos conquistados (QUIJANO, 2005, p. 107). A classificação das populações em raças tornou-se o elemento mais específico do padrão mundial do poder capitalista, colonial-moderno, e foi o sustento e referência legitimadora fundamental para a imposição da colonialidade eurocêntrica (QUIJANO, 2010, p. 120).

A classificação racial que teve início na América foi mundialmente imposta (QUIJANO, 2010, p. 120). O europeu classifica a população humana mundial de acordo com seus traços fenotípicos, em especial a cor da pele e do cabelo e a forma e cor dos olhos, dividindo-os em: os negros (africanos), os vermelhos (indígenas), os amarelos (asiáticos) e os brancos (europeus) (QUIJANO, 2005, p. 107). Mas essa divisão não servia apenas para diferenciar a “cor” de cada um dos grupos, senão para criar um papel social de cada um deles dentro de uma hierarquia dessa nova sociedade – entendendo como “nova sociedade” esta em que a Europa passa a ser o centro do mundo a partir do descobrimento da América (QUIJANO, 2005).

É assim que é atribuído ao negro o papel social de ser o escravo, o índio seria o servo, o branco seria o dominador (QUIJANO, 2005, p. 107). A ideia de raça, que foi uma construção do europeu, foi utilizada como uma maneira de legitimar as relações de dominação impostas pelos conquistadores. Visava naturalizar a compreensão de que determinadas raças são essencialmente inferiores, enquanto a raça branca, os europeus, são superiores (QUIJANO, 2005, p. 108). Basicamente, a partir de então, as raças, que foram estabelecidas a partir de traços fenotípicos, transformaram-se no modo básico de classificação social da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 108).

Como exemplo de como a ideia de raças superiores (branco) e inferiores (negros, índios, mestiços) foram aceitas e difundidas pelas classes dominantes, é o da república brasileira ter promovido, nos fins do século XIX, política pública racista que visava o “embranquecimento” da população, por meio do incentivo da imigração em massa de europeus para o Brasil (DAVIS, 2002, p. 395). Os governos nacional e locais começaram a subsidiar a vinda de imigrantes da Itália, Alemanha e Portugal, ao que as oligarquias do Nordeste abraçaram e chamavam de “europeização” do Brasil (DAVIS, 2002, p. 395). Vários intelectuais, dentre eles o baiano Nino Rodrigues, temiam que “a mistura racial” fosse a responsável por todo o “desvio social, banditismo, heresia religiosa e problemas afins” do Brasil. Assim, buscavam uma “desafricanização” do Brasil (DAVIS, 2002, p. 395).

A Europa, ao descobrir e conquistar a América, cria um mito sobre sua própria história, reconhecendo a si mesma como herdeira única do que afirma terem sido grandes e avançadas civilizações (Grécia Antiga e Império Romano). Ao mesmo tempo, desconsideram todas as outras civilizações, relegando a elas papéis secundários, já que Grécia e Roma teriam papel centralizado e superior. Na história mundial inventada pelos europeus, os grandes impérios da Ásia são a pré-história europeia, a verdadeira

história começaria com o Mundo Grego, passaria pelo Mundo Romano Pagão e Cristão, então pelo Mundo Cristão Medieval, chegando por fim à Europa Cristã Moderna, experiência mais avançada da civilização que a humanidade poderia alcançar (DUSSEL, 2005, p. 26).

Segundo Enrique Dussel (2005, p. 26), esta história inventada pelos europeus pretende “raptar” as culturas grega e romana como exclusivamente europeias e ocidentais e, ainda, colocar tanto a cultura grega quanto a romana no centro de uma história mundial. No entanto, essa invenção é falsa, visto que não existia uma história mundial, mas sim várias histórias justapostas (a romana, a persa, a chinesa, dos incas, etc.) (DUSSEL, 2005, p. 26). A invenção deste mito é parte da construção da raça branca. O mito serve a reforçar a ideia de que os brancos sempre tiveram domínio sobre os outros povos do mundo. E, ao estabelecerem determinadas culturas como centro, as outras são, em consequência, secundárias, inferiores – como é o caso da Ásia e África -, ou mesmo inexistente – pela forma como tratam a América antes de 1492 (DUSSEL, 1993).

A essa visão de mundo é dado o nome de “eurocentrismo”, por justamente colocar no centro da análise – e da história do mundo – a Europa, e reforçar que o europeu, branco, é dominante em relação a todos os outros povos e culturas. O etnocentrismo, isto é, colocar sua própria cultura no centro, não é uma novidade e, tampouco, exclusividade do europeu, todas as culturas tendem ao etnocentrismo; a novidade aqui é que o eurocentrismo não é uma visão exclusiva do europeu ou dos dominantes no capitalismo mundial, mas sim a visão do conjunto das populações que são educadas sob a sua hegemonia (QUIJANO, 2010, p. 86). O eurocentrismo, assim, é uma perspectiva cognitiva construída e aprofundada ao longo dos anos no mundo eurocentrado capitalista colonial-moderno, o qual naturaliza as relações e experiências dos indivíduos nesse padrão de poder (QUIJANO, 2010, p. 86). Logo, o eurocentrismo é um etnocentrismo que se pretende universal.

Ao criar um mito sobre sua própria história, a Europa se colocou como a experiência mais avançada que a humanidade poderia alcançar, dividindo as populações do mundo entre superiores e inferiores, racionais e irracionais, civilizados e primitivos, modernos e tradicionais (QUIJANO, 2010, p. 86). O capitalismo, que era emergente em 1492, foi alcançando cada vez mais povos e regiões, fazendo expandir as suas relações de dominação e a perspectiva eurocêntrica do mundo. No capítulo anterior, ao tratarmos sobre o imperialismo, explicitamos que esse fenômeno logrou êxito em aumentar as

zonas de influência e dominação das potências capitalistas, de forma que por volta do ano de 1800, a Europa e as suas possessões ocupavam aproximadamente 55% do território terrestre; já em 1878 esta cifra subiu para 67%, e em 1914 atingiu o ápice, em que 84% da superfície mundial era de domínio europeu (MARIUTTI, 2003, p. 145). Assim, o avanço do domínio europeu sobre essas áreas representava o avanço também da visão eurocêntrica do mundo, já que era essa a forma como educavam as populações que dominavam – sem desconsiderar, é claro, a resistência desses povos, tanto à dominação imposta pelo europeu, quanto a essa perspectiva de análise do mundo¹¹.

O capitalismo passou por mudanças. As relações impostas até o início do imperialismo se davam principalmente entre metrópoles (Estados-nação europeus) e colônias (principalmente da América Latina, Ásia e África), mas com os processos de independência das colônias deram lugar às relações entre Estados-nação, já que as antigas colônias agora, tal como o modelo europeu, também se reivindicavam Estado-nação¹² (QUIJANO, 2010, p. 87). Mas essas novas relações entre Estados-nação europeus e dos demais cantos do mundo não implicaram mudanças na perspectiva eurocêntrica e na classificação social das populações, de maneira que os brancos continuaram ocupando a posição de dominantes; bem como os negros de escravos; os índios e asiáticos de servos – segundo a visão eurocêntrica, ainda hegemônica. As relações interdependentes entre os Estados-nação foram, desde o seu início e assim permanecem até hoje, relações hierárquicas, em que as principais potências capitalistas continuam impondo seu modo de ver e viver o mundo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Ainda hoje, como há 500 anos, todas as formas historicamente conhecidas de trabalho coexistem, ao mesmo tempo (salário, escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade, etc.), todas elas a serviço do capital, articulando-se com ele (QUIJANO, 2010, p. 91). A emergência do capitalismo não significou o fim da escravatura, pelo contrário. Como demonstrado na obra “Capitalismo e Escravidão”, de Eric Williams (1975, p. 232), “o capitalismo comercial do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio”. Isto é, a escravidão em si,

¹¹ Aníbal Quijano (2010, p. 87) cita o trabalho *El Antimperialismo y el APRA*, escrito em 1924 por Haya de la Torre e os estudos realizados por José Carlos Mariátegui, sendo o primeiro os *7 Ensaíos de Interpretación de la Realidad Peruana*, como embriões de conceitos, como o da colonialidade do poder, que só viriam a ser melhor desenvolvidos décadas mais tarde e que rompem com a visão unilinear proposta pelos europeus.

¹² Mais adiante no texto apresentaremos a teoria de Aníbal Quijano (2005) de que, apesar de se reivindicarem Estados-nações, as antigas colônias, em sua maioria, não são Estados-nações autênticos.

bem como o tráfico de escravos, foi fundamental para o desenvolvimento capitalista, sendo, portanto, parte dele.

Da mesma maneira, as relações de servidão presentes desde 1500 até hoje na América Latina não representam relações “atrasadas”, marcadamente de locais aonde, supostamente, o “capitalismo não chegou”. Pelo contrário, as relações servis presentes, por exemplo, no campo brasileiro, são marcas do capitalismo aqui desenvolvido, em que servidão e escravidão convivem com o trabalho assalariado, todos servindo aos interesses do capital. Mas, é imperioso perceber que no capitalismo mundial colonial-moderno, os indivíduos são classificados não somente de acordo com o seu trabalho, mas também de acordo com sua raça e gênero (QUIJANO, 2010, p. 113).

É importante não perder de vista o papel importantíssimo que cumpriram e cumprem a classificação social por meio das raças, as quais servem para *naturalizar* a exploração. Ao relacionar a exploração/dominação com aspectos da natureza, foi facilitado ao capitalismo mundial, colonial-moderno, articular o poder entre os continentes: as categorias impostas foram aceitas pela maioria como decorrentes da “natureza” e da geografia, e não como resultado da história do poder no planeta (QUIJANO, 2010, p. 121). Assim, “Europa”, “América”, “África”, “Ásia” e mais tarde “Oceania” cumprem papéis específicos no capitalismo mundial colonial-moderno (QUIJANO, 2010, p. 121). Entre esses continentes são desenvolvidas relações de interdependência, relações essas hierárquicas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Toda essa invenção ideológica dos europeus foi desenvolvida por inúmeros teóricos, que reforçaram tais mitos – como os das raças - por meio de uma infinidade de livros publicados e por pesquisas realizadas em Universidades. Ou seja, um verdadeiro movimento de toda uma intelectualidade eurocêntrica que reforça o mito como verdadeiro e científico. Assim, autores renomados, adeptos do eurocentrismo e da “soberba europeia”, ao analisarem a história mundial identificam a Europa como *centro*, a África e Ásia como locais periféricos e subalternos, e a América Latina como inexistente (DUSSEL, 1993).

Numa relação dialética, assim como a centralidade e superioridade da Europa implica em, necessariamente, secundariedade e inferioridade dos outros povos, culturas e civilizações, também a afirmação do direito do dominador implica na negação do direito do dominado (CLAVERO, 1994, p. 21). E entramos, então, em outro aspecto das formas que o europeu criou para legitimar a sua dominação sobre os outros povos: a afirmação dos seus direitos em detrimento dos direitos dos povos dominados.

A concepção de propriedade desenvolvida por John Locke, teórico base do liberalismo, é a da propriedade individual, subjetiva, pessoal, do indivíduo que reivindica a propriedade para si, ocupando-a e trabalhando-a. A propriedade individual é a única reconhecida como um direito, qualquer concepção diferente desta não é legítima (CLAVERO, 1994, p. 21). Daí que, ao chegarem à América, os europeus a consideraram um território juridicamente vazio, visto que não havia nenhum indivíduo que a reivindicava como sua propriedade, nos moldes do que os europeus definiram do que é a propriedade. A “mera” ocupação dos indígenas nestas terras, sem plantio e colheita individual e organizado nas terras, não configuraram, para os europeus, um direito legítimo dos indígenas (CLAVERO, 1994). Esse enorme continente, a América, estava, por conseguinte, aberto para a exploração dos europeus, únicos detentores da razão, do conhecimento, e, portanto, da capacidade de se tornar proprietários legítimos das terras americanas.

Esse direito do europeu de possuir essas terras juridicamente vazias, segundo a concepção que desenvolveram do que era a propriedade, possibilitou que a Europa enviasse os seus pobres – fruto do capitalismo – às terras americanas para que se tornassem proprietários capitalistas nas colônias (DUSSEL, 1993, p. 23). A colonização, dessa maneira, é vista como uma forma de resolver os problemas de fome e miséria que a Europa enfrentava (movimento observado, principalmente, a partir do século XVIII). A legitimação para essa etapa da colonização era a própria concepção europeia de que os europeus, “brancos”, tinham pleno e inquestionável direito de propriedade sobre as terras, especialmente, da América.

Vale dizer, portanto, que a suposta universalização dos direitos humanos serviu, na verdade, para a exclusão de direitos da maioria dos povos do mundo, que não possuíam as mesmas concepções que o europeu moderno. A universalização dos direitos humanos significou a extensão dos direitos do branco para todos os continentes do mundo, de forma a legitimar ele, o branco, a conquistar terras em todo o mundo, e não a levar os direitos aos povos de todo o globo (CLAVERO, 1994). Esta foi mais uma forma utilizada, após a conquista da América, para colocar o branco numa posição de superioridade em relação a todos os outros povos e raças.

Na verdade, a Europa precisou mobilizar boa parte de seus grandes pensadores para justificar, em termos religiosos e mundanos, a conquista da América e a colonização de todo o mundo. Para isso, argumentavam, por exemplo, que o comércio e a propriedade eram direitos naturais e que quem agisse contra sua implantação, em

qualquer parte do globo, lutava contra os direitos mais sagrados para a humanidade e, por isso, deveria ser aniquilado. O resultado de tal filosofia foi o genocídio (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13). A expansão do capitalismo apresentava-se, desta forma, como uma missão civilizatória que estaria a destruir povos considerados primitivos e atrasados, e o genocídio, por isso, estaria devidamente legitimado (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13).

Vemos que a conquista da América pela Europa colocou este continente num patamar que nunca antes havia estado: de principal economia do mundo. Mas isso só foi possível a partir da exploração das riquezas da América, por meio da dominação dos índios e da escravização e tráfico dos africanos. Para justificar essa dominação, o europeu criou mecanismos e tecnologias que a legitimavam e naturalizavam-na, sendo elas – dentre outras – a invenção das raças (QUIJANO, 2005); da “história mundial” em que a Europa se torna herdeira legítima dos Mundos Grego e Romano (DUSSEL, 2005; 1993); dos direitos humanos, em especial do direito à propriedade individual (CLAVERO, 1994).

Essas são as concepções bases do colonialismo e, mesmo com a criação dos Estados-nação independentes – que outrora foram colônias – percebemos que referidas ideias eurocêntricas não foram superadas, sendo estas as bases também da colonialidade, que ainda estão presentes nestas sociedades. Os processos bem sucedidos de nacionalização de sociedades e Estados na Europa tiveram a democratização como condição básica, já nas colônias os Estados-nação surgiram e mantiveram as estruturas do mundo colonial, em que o negro continua sendo escravo, o índio continua na condição de servo, e, portanto, não houve nenhuma democratização para a maioria da população, constituída por não brancos¹³(QUIJANO, 2005, p. 120).

No Brasil pós-independência, por exemplo, os negros continuaram sendo escravos e os índios, em sua maioria povos da Amazônia (os demais foram dizimados) eram estrangeiros no novo Estado (QUIJANO, 2005, p. 122). A independência não representou interesses nacionais e muito menos democráticos e criou uma situação aparentemente paradoxal: “Estados independentes e sociedades coloniais” (QUIJANO, 2005, p. 122). Os interesses defendidos pelo Estado independente não eram nacionais por não representarem os anseios de todo um povo, ou da maioria de um povo, mas apenas de uma minoria branca. Isso resta muito claro no exemplo brasileiro em que um

¹³ Mais adiante veremos que a oligarquia dos países latino-americanos não possibilitou a democratização nem mesmo entre todos os brancos.

número enorme da população era escrava, e sua situação não mudou depois da independência¹⁴.

Assim, além de não haver um interesse *nacional*, os interesses da minoria branca – que vanguardaram o processo de independência – não eram só diferentes, como também antagônicos aos da maioria da população – negros, índios e mestiços – uma vez que a manutenção dos privilégios daqueles dependia da dominação e exploração destes (QUIJANO, 2005, p. 123). Do ponto de vista da minoria branca dominadora, inclusive, os seus interesses estavam muito mais alinhados ao da burguesia europeia do que ao restante da população – subjugada – de seu país (QUIJANO, 2005, p. 123).

Vale ainda ressaltar que quando se afirma que estes Estados defendiam o interesse de uma minoria branca não se deve acreditar que se defendia toda, ou a maioria da população branca. Na verdade, mesmo os brancos pobres foram alijados do poder econômico e político nesses países. Isso vale para o Brasil e torna-se ainda emblemático no Cone Sul americano. Uruguai, Chile e Argentina, mesmo constituídos de população majoritariamente branca em razão do extermínio indígena e negro, não conseguiram formar um Estado-nação soberano e democrático. A primeira e principal razão é que a minoria branca latifundiária, para manter seus poderes, não abriu mão do oligopólio da terra nem mesmo para dividi-los com outros brancos descendentes de europeus. Sem essa questão básica, a divisão da terra, não foi possível vencer a fome, a pobreza, nem garantir democracia¹⁵ (QUIJANO, 2005, p. 120).

A falta de democratização nos Estados da América Latina levou à manutenção de uma sociedade colonial, logo, o processo de desenvolvimento dos Estados-nação não foi no sentido de efetivação de uma democracia, mas sim de “uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais”, desenvolvendo, desta forma, Estados oligárquicos (QUIJANO, 2005, p. 123).

2.3.1.Estados nação-modernos x Estados oligárquicos

A colonialidade é elemento essencial que constitui o capitalismo moderno-colonial, consistindo nas práticas sociais e de poder que, associadas ao racismo próprio

¹⁴ Enquanto a independência do Brasil ocorreu em 1822, a abolição da escravidão só ocorreu em 1888, num lapso temporal de 66 anos. O Censo realizado em 1872 no Brasil aponta um total de 10 milhões de habitantes no Brasil, correspondendo a população escrava a 15,24% desse total. Fonte: <<http://www.palmares.gov.br/archives/25817>>. Acesso em 23 de março de 2018.

¹⁵ O exemplo do Brasil é salutar, a independência e transformação em Império com um monarca português, tem como elemento importante a repressão às revoltas populares, quase sempre de caráter liberal, anti-escravistas e anti-absolutistas.

do eurocentrismo, reforçam relações de exploração e dominação legitimadas por razões, supostamente, naturais (QUIJANO, 2005). Partindo da hipótese de que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 4), existem ainda hoje relações sociais e de poder que reproduzem uma lógica colonial que perpetuam dominação e exploração, tanto nas relações de alguns países sobre outros, quanto internamente em cada um dos países. As teorias que escondem as relações de dominação existentes ou que as naturalizam, invariavelmente são defendidas e difundidas por aqueles que se beneficiam da exploração e não querem que se pense nela (CASANOVA, 1995, p. 41).

Pesquisar sobre exploração e dominação, desta forma, pressupõe esforço para desnudar e desmascarar qualquer teoria que sirva a quem se beneficia dessa exploração, mesmo que essas teorias, às vezes, possuam aparência “progressista”. Isto posto, explicitaremos a tese de Aníbal Quijano de que os países do Terceiro Mundo não constituem autênticos Estado-nação modernos, visto que este é um conceito específico que pressupõe como requisito essencial o desenvolvimento de instituições modernas de cidadania e de democracia política. Em síntese, que tenham desenvolvido um grau de democratização do controle do trabalho, dos recursos produtivos e controle da geração e gestão das instituições públicas, mesmo que relativa (haja vista os limites impostos pelo capitalismo), mas real (QUIJANO, 2005, p. 118). Democratização esta que nunca foi alcançada pelos países latino-americanos e, no nosso caso específico, no Brasil.

O Estado-nação moderno se caracteriza como uma estrutura de poder em uma região determinada, que possua um povo que compartilha uma identidade, a qual está assentada na participação mais ou menos democrática dos seus membros no controle do poder, bem como no controle da gestão das instituições públicas (QUIJANO, 2005, p. 119). Essa identidade não seria possível se todas as relações estabelecidas fossem totalmente antidemocráticas. A democracia dos Estados-nação não pressupõe que não haja desigualdade social, mas a existência de um poder político estável e centralizado que permite a participação política democrática mesmo entre os socialmente desiguais (QUIJANO, 2005, p. 119).

A democracia conquistada também não significa que o processo não seja violento: para instituir um poder político centralizado o primeiro passo, no caso dos Estados-nação europeus, tal como França e Espanha, foi o de colonizar povos de identidades diferentes, ou até mesmo expulsar culturas indesejadas (como fez a Espanha ao expulsar judeus e muçulmanos de seu território) (QUIJANO, 2005, p. 119). Ou seja,

é realizado um processo de colonização/dominação interna nos territórios que viriam a se transformar em Estados-nação modernos. Concomitantemente e paralelamente, procedeu-se a colonização imperial, ou externa, de povos que não só tinham identidades diferentes como viviam em territórios que não eram o mesmo onde futuramente o Estado-nação moderno se constituiria (QUIJANO, 2005, p. 119).

O colonialismo interno que existira, no entanto, foi superado pelas revoluções que impuseram, de maneira radical, a democracia, a exemplo da Revolução Francesa de 1789. O processo revolucionário e seus resultados – maior democratização do controle do poder político – criou a identidade necessária para que os povos que habitavam o território originalmente passassem a se identificar, compartilhando uma história comum, assentada na participação ativa de todos eles no processo revolucionário. No caso da França, por exemplo, o prévio colonialismo interno, imposto aos bascos, occitanos, navarros, e tantos outros, evoluiu para um “afrancesamento”, de modo que todos eles, mesmo que originalmente com histórias e culturas tão distintas uma das outras, passassem a identificar-se como, primeiramente, franceses (QUIJANO, 2005, p. 120).

De todos os países europeus, pode-se considerar a França como o mais bem-sucedido caso de conformação de um Estado-nação moderno, no sentido de conseguir o mais elevado grau de identidade entre povos originalmente de culturas distintas, se comparado com outros países. Por outro lado, a Espanha é o caso menos bem-sucedido, não tendo êxito em unificar todos esses povos em torno de uma mesma identidade, ou seja, não conseguindo de fato nacionalizar todos os povos do seu território. A diferença entre França e Espanha consiste em que o primeiro foi quem promoveu a revolução mais radical, no sentido de ter sido quem mais amplamente conseguiu alcançar a democracia; já o segundo manteve relações sociais e de poder hierárquicas que não correspondem a uma democratização, mantendo uma Monarquia e Igreja Católica ainda muito poderosas. E ainda, todas as tentativas na Espanha de forçar uma maior democratização restaram derrotadas, como a revolução liberal de 1810-12 (QUIJANO, 2005, pp. 119-120). Enfim, em síntese:

Em cada um dos casos de nacionalização bem-sucedida de sociedades e Estados na Europa, a experiência é a mesma: um importante processo de democratização da sociedade é a condição básica para a nacionalização dessa sociedade e de sua organização política num Estado-moderno. Não há, na verdade, exceção conhecida a essa trajetória histórica do processo que conduz à formação do Estado-nação (QUIJANO, 2005, p. 120).

Mas não foi apenas na Europa que se desenvolveram autênticos Estados-nação modernos, sendo talvez o caso dos Estados Unidos da América o principal exemplo para estudarmos comparativamente aos demais Estados da América Latina, de maneira a demonstrar os elementos que fazem com que os Estados Unidos sejam um autêntico Estado-nação moderno, enquanto os países da América Latina nunca tenham alcançado esse patamar, uma vez que nunca atingiram um nível de nacionalização, e muito menos de democratização, internos (QUIJANO, 2005, p. 123).

No processo de colonização do norte da América, o império britânico não impôs a colonização aos indígenas, e sim os reconheceu como nações autônomas, com as quais estabeleceu relações de comércio e, inclusive, alianças na guerra, principalmente contra a França. Assim, no período pré independência, isto é, antes da Revolução Americana, o território colonizado, situado na costa leste dos Estados Unidos, era habitado por uma maioria branca e uma relativa minoria negra – usada como mão-de-obra escrava. Por esse motivo, o processo de formação do Estado-nação que se chamaria Estados Unidos da América contava com a maioria branca (provocada pelas migrações de europeus a essa região da América) e por uma minoria de negros; enquanto os índios foram excluídos (QUIJANO, 2005, p. 120).

O processo de formação do Estado-nação dos Estados Unidos foi marcado também por muita violência: a expansão do território significou o extermínio de várias etnias indígenas. Essa expansão possibilitou, ainda, a abundância do recurso básico para produção: a terra, que, desta forma, pôde ser parcialmente distribuída em latifúndios, mas também, parcialmente, em pequenas e médias propriedades. O acesso relativamente democrático à terra possibilitou, assim, a participação relativamente democrática dos brancos ao controle da geração e da gestão da autoridade pública. A democracia era percebida pelo incentivo da participação dos brancos na política, e também pela liberdade que estes possuíam de participar dela ou não. Dessa maneira, os brancos imigrantes, mesmo que preservassem aspectos de suas culturas originais – europeias – rapidamente se identificavam como “estadunidenses” (QUIJANO, 2005, p. 120).

No entanto, a democratização não se estendia a outras duas raças que viviam no território: os índios e os negros. Assim que os Estados Unidos se lançou a oeste com o objetivo de expansão de seu território, promoveu a matança de índios e, aqueles que sobreviviam, eram colonizados. A colonialidade interna, portanto, era mantida em relação a estes que constituíam a minoria da população. Mas, para a maioria, branca, a

democracia era real, possibilitada, principalmente, pela política de distribuição de recursos, em especial a terra (QUIJANO, 2005, p. 121).

Em suma, a colonialidade das relações de dominação/exploração/conflito entre brancos e não-brancos, não obstante sua intensa vigência, dada a condição vastamente majoritária dos primeiros não foi forte o suficiente para impedir a relativa, mas real e importante, democratização do controle de recursos de produção e do Estado, entre brancos, é verdade, mas com o vigor necessário para que pudesse ser reclamada mais tarde também pelos não-brancos. O poder pôde ser configurado na trajetória e na orientação de um Estado-nação. É a isso que se refere, sem dúvida, a ideia da Revolução Americana (QUIJANO, 2005, p. 121).

A realidade colonial do Cone Sul (países do extremo Sul da América Latina: Argentina, Chile e Uruguai) foi parecida com a dos Estados Unidos da América: os índios não foram integrados nas relações coloniais, os brancos eram maioria e os negros uma minoria (QUIJANO, 2005, p. 121). A expansão de seus territórios para a formação de Estados-nação modernos (seguindo os moldes europeus), assim como nos Estados Unidos, se deu mediante violento extermínio dos indígenas e colonização daqueles que permaneceram no território. A maioria branca foi reforçada por milhões de europeus que, durante esse processo, continuavam migrando para esses países. No entanto, apenas a identidade de raça, por si só, não é suficiente para a formação de um autêntico Estado-nação moderno (QUIJANO, 2005, p. 121).

Ao contrário dos Estados Unidos, nos países do Cone Sul e, especialmente, na Argentina, optou-se por um modelo fundiário concentrado, isto é, não foi realizada a distribuição do recurso básico de produção, a terra (QUIJANO, 2005, p. 121). Desta forma, mesmo entre os brancos, não foi promovida a democratização do controle da geração e gestão da autoridade pública, isto é, do poder. A opção dos países do Cone Sul foi pela criação de uma oligarquia que se apossou das terras conquistadas dos índios. Mesmo que no Uruguai o processo de concentração fundiária não tenha sido tão radical quanto fora na Argentina e no Chile, ainda assim, não foi também democrático. A falta de democracia, mesmo entre os brancos, fez surgir, em lugar de um Estado-nação moderno, um Estado oligárquico (QUIJANO, 2005, p. 121).

E por fim, ao analisamos o restante dos países latino-americanos, após as derrotas de TupacAmaru no Peru e do processo revolucionário descolonizador do Haiti¹⁶, somente México e Bolívia chegaram perto de um processo de descolonização da

¹⁶“O Haiti foi um caso excepcional onde se produziu, no mesmo movimento histórico, uma revolução nacional, social e racial. Quer dizer, uma descolonização real e global do poder. Sua derrota produziu-se

sociedade, mas que também foram derrotados (QUIJANO, 2005, p. 121). Em todos esses países, incluindo o Brasil, ao contrário da realidade norte-americana e do Cone Sul, mais de 90% da população era formada por índios, negros e mestiços. Contudo, no processo de formação dos Estados, foi negada a essas raças qualquer participação na tomada de decisões políticas e sociais. Uma minoria branca vanguardou o processo de formação do Estado mantendo os negros escravizados e mantendo os índios também colonizados (QUIJANO, 2005, p. 121).

Por esses motivos, a formação dos Estados nos demais países latino-americanos não foi baseada em interesses nacionais, e muito menos, democráticos (QUIJANO, 2005, p. 121). Deu-se, assim, a formação de Estados oligárquicos, em que uma minoria branca detinha todo o controle do poder político, da geração e gestão das instituições públicas, dos recursos, e, é claro, da terra (QUIJANO, 2005, p. 121). Os senhores donos do poder nos Estados latino-americanos não tinha interesses em comum com os negros, índios e mestiços colonizados, pelo contrário, seus interesses eram (são) antagônicos (QUIJANO, 2005, p. 121).

2.2. O neomalthusianismo: a justificativa das classes dominantes para a miséria nos países do Terceiro Mundo no pós Segunda Guerra Mundial

No capítulo anterior vimos que o malthusianismo foi a doutrina e ideologia desenvolvidas pelo economista inglês Thomas Malthus que, em conjunto com outras, serviu para justificar a fome e a miséria causadas pela colonização imperialista, principalmente da Inglaterra, em diferentes regiões do mundo, e que anteriormente exemplificamos com os casos da Índia, Brasil e China.

De maneira bastante sintética, podemos afirmar que o malthusianismo consistia na teoria de que a população crescería em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos só aumentaria em progressão aritmética, de maneira que, inexorável e inevitavelmente, uma parcela da população mundial padeceria de fome. Segundo esta ideologia, a luta contra a fome se tornava inútil e ainda prejudicial à humanidade. Malthus, ao enunciar referida teoria, além de naturalizar a morte por fome no mundo, defende que a fome e miséria é um mecanismo importante de controle populacional.

pelas repetidas intervenções militares por parte dos Estados Unidos. O outro processo nacional na América Latina, no Vice-reino do Peru, liderado por TupacAmaru II em 1780, foi derrotado cedo. Desde então, em todas as demais colônias ibéricas os grupos dominantes tiveram êxito precisamente em evitar a descolonização da sociedade enquanto lutavam por Estados independentes” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Sendo assim, o malthusianismo, assim como as teorias expostas no tópico anterior, *naturaliza* as relações de opressão e dominação que existem no mundo capitalista moderno-colonial. Enquanto no primeiro capítulo exploramos o pensamento do fundador dessa doutrina, neste tópico iremos abordar como os seus continuadores, chamados neomalthusianos, atualizaram a teoria para justificarem, de maneira a naturalizar, a fome e miséria no mundo hoje.

O pensamento neomalthusiano foi desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial e analisa o crescimento populacional dos países de Terceiro Mundo e seus impactos mundiais (DAMIANI, 2015, p. 20). De acordo com esse entendimento, houve um crescimento populacional, especialmente a partir da década de 1950, nos países ditos subdesenvolvidos, que determinou a existência de uma população excedente, sendo esta a principal causa do seu subdesenvolvimento (DAMIANI, 2015, p. 23).

A partir desta década houve, até mesmo, uma generalização de expressões que faziam verdadeiro terrorismo verbal, associando a alta da taxa de natalidade a bombas (portanto, relacionando a perigo): bomba populacional (*populationbomb*), explosão demográfica (*demographicexplosion*) e até mesmo o *babyboom* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 159).

Segundo os neomalthusianos, o aumento populacional obstaculiza o desenvolvimento por expandir justamente a população cuja faixa etária (crianças e adolescentes) exige investimentos não produtivos – hospitais, escolas, etc. -, desviando os recursos que poderiam ser empregados em meios produtivos – como a construção de fábricas. Além disso, estas crianças e adolescentes, em médio prazo, farão com que a população adulta cresça significativamente, o que vai gerar aumento da oferta de mão-de-obra e conseqüente diminuição do preço da mão-de-obra e aumento do preço de alimentos, já que haverá uma demanda maior pelos alimentos sem necessariamente aumentar a oferta (DAMIANI, 2015, p. 23).

Além disso, a partir dos anos 1970 o discurso neomalthusiano passa a ser adotado por correntes ambientalistas, embasados na obra de um dos principais expoentes do neomalthusianismo, o ecologista estadunidense William Vogt (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 160). Vogt viveu de 1902 a 1968, e publicou sua principal obra, o *best-seller* estadunidense “O Caminho da Sobrevivência”, em 1948. A obra foi um dos principais responsáveis por reviver o malthusianismo nas décadas de 1950 e 1960, e nela Vogt dá as bases do pensamento que hoje está presente nos discursos da ONU, FMI, Banco Mundial, diversos governantes e ONGs. Segundo Pearl

Sydenstricher Buck, a Nobel de Literatura de 1938, em prefácio à obra de Josué de Castro “Geopolítica da Fome”, afirma que este pensamento é apoiado e difundido “por todos aqueles que gozam e tiram proveito do colonialismo e da guerra, assim como pelos que vivem na atitude indolente de apenas cuidar da própria vida” (BUCK, 1965, p. 10).

Os governos do Terceiro Mundo, influenciados pelas ideias neomalthusianas, desenvolveram e têm desenvolvido diversas políticas para controle de natalidade, comumente chamadas, eufemisticamente, de “planejamento familiar” (DAMIANI, 2015, p. 24). A Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são grandes propagadores dessas políticas, que são voltadas para os países africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 161). A ONU realiza periodicamente conferências sobre população, voltadas principalmente para os países de Terceiro Mundo; o Banco Mundial dispensa recursos específicos para tal intento; e o FMI, ainda hoje, ao realizar empréstimos aos países de Terceiro Mundo, tem como exigência o controle de natalidade (DAMIANI, 2015, p. 24).

Alguns países de Terceiro Mundo, como a Índia e a Colômbia, promoveram política de esterilização maciça da população pobre, especialmente com a ajuda norte-americana (DAMIANI, 2015, p. 25). Muitos outros, como o Brasil, não adotaram essa prática, mas promovem campanhas pelo uso de contraceptivos e estimulam a ampla venda desses produtos em farmácias, distribuição de preservativos nos postos de saúde públicos, etc. Além de exercer controle populacional, referidas políticas são de grande interesse das empresas transnacionais farmacêuticas, principalmente estadunidenses, alemãs e suíças, dentre outras, as quais detêm, pelo menos, 50% desses produtos encontrados à venda no Brasil (DAMIANI, 2015, p. 25).

Não olvidamos que o desenvolvimento e popularização dos métodos contraceptivos significaram muito avanço para os direitos das mulheres, impactando significativamente sua liberdade sexual. Mas a discussão que se coloca aqui é qual a justificativa dos neomalthusianos para a popularização desses métodos: para eles, o centro não está no direito das mulheres, mas sim no controle populacional especialmente da população pobre. Exemplo disso foi o discurso proferido pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em 2007, no qual defendeu o direito ao aborto, afirmando que a mulher da favela é uma “fábrica de marginal”, e que, portanto,

o aborto resolveria o problema da violência pública¹⁷. O ex-governador afirmou ainda que as mães moradoras de favelas “estão produzindo crianças, sem estrutura, sem conforto familiar e material” e lamentou que essas mulheres não receberam “orientação do governo sobre planejamento familiar”.

O ex-governador do Rio de Janeiro, ao relacionar o nascimento de crianças nas favelas ao aumento da violência, profere um discurso essencialmente neomalthusiano. Isto é, ele analisa um problema concreto de sua época – a violência no Brasil do século XXI – relacionando aumento da população e pobreza (afinal, sua fala não é sobre o nascimento de qualquer criança, mas a criança da favela, necessariamente pobre).

O discurso de Cabral – que poderia ser de inúmeros outros governantes, não só do Brasil – atenta para outro fator muito difundido por Malthus: o de que o pobre é o grande culpado pela miséria existente no mundo. Enquanto revistas e jornais no mundo inteiro propagandeam o modelo da família nuclear, com um ou dois filhos como ideal, o governo, auxiliado pelos programas da ONU e outras ONGs, promove campanhas de “planejamento familiar”; preservativos são distribuídos gratuitamente; mesmo assim, para os olhares neomalthusianos, o pobre insiste em ter muitos filhos e, assim, perpetua a sua pobreza, de toda a sua classe e, em última escala, de seu país (DAMIANI, 2015).

Em “O Caminho da Sobrevivência” Vogt aborda sobre a questão da superpopulação de maneira a elencá-la dentre os principais motivos de fome hoje no mundo. O autor parte do pressuposto de que a capacidade de produção do planeta é limitada e pode ser representada pela equação $C = P : R$, em que C é a capacidade de produção; P é o potencial biótico; e R é a resistência do meio. Isto é, a capacidade de produção é resultante da média entre o potencial biótico (sendo este os recursos naturais disponíveis) e a resistência do meio (sendo esta a dificuldade a ser transposta para se conseguir uma boa produção). Quanto maior for o potencial biótico e menor for a resistência do meio, maior será a capacidade de produção (VOGT, 1951, p. 35).

O desenvolvimento da obra de William Vogt é o seu esforço em identificar o que influencia o aumento ou a diminuição desses fatores; o que, conseqüentemente, faz aumentar ou diminuir a capacidade de produção do planeta. A superpopulação é encarada como uma forma de aumento da degradação do meio ambiente, o que levaria a

¹⁷A fala de Sérgio Cabral foi amplamente divulgada pela imprensa nacional à época, podendo ser verificada, dentre outros veículos de comunicação, no portal de notícias da Folha de São Paulo: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm>>. Acesso em 19 out. 2017.

diminuição dos recursos naturais, logo, diminuição do potencial biótico e, em consequência, diminuição da capacidade de produção.

No entanto, ao contrário do que sugerem os neomalthusianos, esses não são fatores que podem ser analisados isoladamente e de maneira absoluta. O crescimento demográfico não é geograficamente homogêneo: 20% dos mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% dos gastos de consumo privado, 58% da energia mundial, 45% do consumo de toda carne e pescados, 84% do consumo de papel, possuem 87% dos automóveis e 74% dos aparelhos telefônicos¹⁸ (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 162). Além disso, a expectativa de vida dos países desenvolvidos difere da dos países do Terceiro Mundo em até 12 anos¹⁹. Ou seja, no Japão, EUA, Europa Norte-Occidental se vive, em regra, mais de uma década que na África, Ásia, América Latina e Caribe. Logo, são 12 anos a mais de demanda por recursos do planeta pelas populações do Primeiro Mundo (PORTO-GONÇALVES, 2006, pp. 162-163). Dessa maneira, pode-se afirmar que:

[...] O planeta sofre muito mais quando nasce um bebê nos Estados Unidos, ou quando nasce um filho de rico nos países pobres, do que quando nasce um paquistanês, um tanzaniano, um etíope ou um chinês (que não seja filho dos ricos desses países pobres, sublinhe-se) (PORTO-GONÇALVES, 2006, pp. 164-165).

Além disso, do pós-segunda guerra até hoje, o mundo, de maneira geral, vivenciou quedas acentuadas de fecundidade e crescimento vegetativo, de forma que “a preocupação com a *explosão geográfica* já não mais se justifica, a não ser como ideologia” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 164). Os dados e a experiência histórica demonstram que na expressão *controle da população*, a ênfase é dada ao *controle* não à *população* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 164). O controle que FMI, Banco Mundial e OMC impõem às populações do Terceiro Mundo é de cunho político, mas esse controle é ocultado pela justificativa, de cientificidade duvidosa, de que o número de pessoas nesses países coloca em risco todo o planeta (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 164). Assim, além de culparem os povos do Terceiro Mundo por sua própria pobreza (culpados por “terem filhos demais”), os organismos internacionais – que servem aos

¹⁸ Dados retirados por PORTO-GONÇALVES (2006, p. 162) do documento Geo3. **Perpectivas do Meio Ambiente Mundial** (2002), Pnuma, Mundi-Prensa.

¹⁹ Dados da ONU, referente aos anos de 1995 a 2000 (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 162).

interesses das potências capitalistas – surgem como os salvadores, com suas políticas técnicas, “isentas” de posição política (CASTRO, 1965; CASANOVA, 1995).

Voltemos a William Vogt para compreender como ele aplica seus conceitos neomalthusianos especificamente à realidade latino-americana. Afinal, haja vista a importância que foi dada à sua obra, essa é a posição difundida pelos discursos daqueles que se beneficiam da dominação e exploração, enfim, das relações de colonialidade.

Vogt inicia a análise com a seguinte afirmação: “Todos os países latino-americanos, com exceção de três ou quatro, estão super-povoados” (VOGT, 1951, p. 175). Josué de Castro (1965, p. 167), na sua obra “Geopolítica da Fome”, que fora encomendada pela editora Brown, dos EUA, justamente para contrapor as ideias de Vogt cujo livro bateu recordes de venda naquele país, questiona a validade científica das afirmações do neomalthusiano. Na verdade, a América Latina possui uma baixa densidade demográfica: 90 milhões de habitantes em uma extensão de mais de mais de 18 milhões de quilômetros quadrados de superfície, correspondendo a 5 habitantes por quilômetro quadrado²⁰. A densidade demográfica dos países europeus bem-alimentados, nesse período (e ainda hoje) eram muito maiores que a da América Latina. Em seu trabalho “A Explosão demográfica e a fome no mundo”, escrito em 1968 e posteriormente publicado em “Fome – um tema proibido”, Josué de Castro compara os dados da densidade demográfica dos países de fome da América Latina com os países da Europa desenvolvida, chegando à conclusão que superpopulação não é fator que leva à fome.

A verdade é que não se pode, sem forçar por completo a realidade dos fatos, atribuir à superpopulação a existência da fome nos nossos dias, quando se sabe que não são os países mais densamente povoados os que mais passam fome. Longe disto. Há fome no Brasil com uma densidade relativa de apenas 9 habitantes por km² de superfície. Há ainda mais fome na Bolívia, com uma densidade ridícula de apenas 3 habitantes por km² de superfície, e não há, no entanto, fome na Bélgica e na Holanda, onde a densidade relativa atinge respectivamente 301 e 342 habitantes por km² de superfície – densidades centenas de vezes mais elevadas do que a dos países de fome do continente americano. Mesmo a China e a Índia, que sempre foram apresentados como países da fome, por excelência, possuem uma densidade de 70 a 145 habitantes por km², portanto bem mais baixa do que a dos países europeus que não sofrem deste tipo de calamidade (CASTRO, 2003, p. 35).

²⁰Dados de Josué de Castro, correspondente ao ano de 1957. No livro, o autor, por ter escrito principalmente para o público norte-americano, apresenta as milhas como unidade de medida: 90 milhões de habitantes numa extensão de 7 milhas quadradas, correspondendo a densidade demográfica de 13 indivíduos por milhas quadradas (CASTRO, 1965, p. 167).

A verdade é que a América Latina era uma região despovoada e de nenhuma maneira poderia se atribuir as causas de suas mazelas a uma superpopulação. Esse tipo de abordagem servia, como serve, para tirar o foco da discussão dos problemas político-sociais concretos que são a verdadeira causa da pobreza. Nesse sentido, se esconde a situação de exploração colonial e exploração das riquezas naturais que estes países ainda vivem; a falta de democracia mínima com o acesso a um bem básico como a terra, como ocorrera em vários países desenvolvidos, e vários outros problemas relevantes para os povos desses países. A repetição desses dogmas conservadores são uma arma para manutenção do *status quo*.

Em seus ensaios, tanto Vogt quanto Josué de Castro referiam-se às décadas de 1940 e 1950. Mas é possível verificar, com base em dados atuais, que permanece a realidade apontada por Josué de Castro, de que a América Latina não é um continente superpovoado. Em uma estimativa da ONU, a população latino-americana alcançou os 625 milhões de pessoas em 2016²¹. Se dividirmos esse número pela extensão da superfície da região de 18 milhões de quilômetros quadrados, obteremos a razão de cerca de 34,7 habitantes quilômetro quadrado. Entre 1950 e 2016 essa razão aumentou praticamente sete vezes. Mesmo com essa informação, nós poderíamos afirmar que a América Latina é uma região superpopulosa e atribuir a isto a explicação de sua pobreza?

Em seu tempo, para chegar à essência do problema, Josué de Castro comparou a América Latina com quem se devia comparar para verificar a cientificidade dos argumentos dos neomalthusianos, isto é, com os EUA e a Europa. Os EUA têm mais de 9,83 milhões de quilômetros quadrados e uma população de mais de 326 milhões de habitantes, correspondendo a uma densidade demográfica de 33,2 habitantes por quilômetro quadrado aproximadamente²². A Europa, atualmente, conta com uma população de mais de 740 milhões para uma área de 10,18 milhões de quilômetros quadrados, cuja densidade demográfica é de aproximadamente de 72,6 habitantes por quilômetro quadrado.²³ Observa-se, com os dados em mãos, que a densidade

²¹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-habitantes-na-america-latina-deve-chegar-a-625-milhoes-em-meios-de-2016-segundo-cepal/>>. Acesso em 08 maio 2018.

²² Disponível em: <<https://www.populationpyramid.net/pt/densidades-populacionais/estados-unidos/2017/>>. Acesso em 08 maio 2018.

²³ Disponível em: <<https://www.populationpyramid.net/pt/europa/2017/>>. Acesso em 08 maio 2018.

demográfica dos EUA é praticamente a mesma do que a da América Latina e a europeia é duas vezes superior!

Os dados ainda podem ser mais reveladores sobre a falsidade do discurso neomalthusiano. Países exaltados como campeões do bem comum e exemplos mundiais têm uma densidade demográfica muito maior. Os Países Baixos tem uma densidade demográfica de mais 410 hab/km², Coreia do Sul 505,6 hab/km², Bélgica de 374 hab/km², Japão 333.5 hab/km², Reino Unido tem 269 hab/km², Alemanha são 225,6 hab/km² e outros tantos países poderiam ser usados como exemplo.²⁴ As populações desses países capitalistas, mesmo que relativamente grandes, não foram empecilho para que possuíssem serviços públicos e direitos básicos e se vissem livres de miséria e fome crônica, o que demonstra que o critério da superpopulação absoluta não pode ser levado em conta.

Ao partir do pressuposto de que a superpopulação é um mau a ser combatido, assim como Malthus, William Vogt advogava que as doenças, muitas vezes frutos de miséria, são obstáculos eficazes para o crescimento da população, e os esforços dos cientistas em combatê-las não devem ser encorajados:

“(...) o farmacêutico Louis Pasteur fez com que o mundo compreendesse os micróbios e a parte que representavam nas doenças. Na Europa, aumentavam as expectativas de vida, o que, juntamente com melhores dietas, melhoria dos sistemas de esgoto e de suprimento de água, bem como alimentação mais abundante, constituíam uma elevação material do padrão de vida.

O controle de uma longa série de enfermidades ficou ao alcance do homem, desaparecendo, assim, um dos mais eficazes obstáculos que ainda restavam para o crescimento das populações. Chegara a Revolução Sanitária”(grifo nosso) (VOGT, 1951, p. 81).

Sobre o mesmo assunto, Vogt continua discorrendo, atacando a forma como a medicina moderna se desenvolve:

“A profissão médica moderna (...) continua a acreditar ser seu dever conservar vivo o maior número possível de indivíduos. (...) **Mediante assistência médica e melhoria das condições sanitárias, são responsáveis pelo fato de milhões de pessoas viverem mais tempo em crescente miséria**” (grifonosso) (VOGT, 1951, p. 67).

Na citação seguinte é possível verificar que, enquanto os avanços da Revolução Sanitária eram perceptíveis apenas na Europa e América do Norte, não há problema;

²⁴ Disponível em: <<https://www.populationpyramid.net/pt/densidades-populacionais/estados-unidos/2017/>>. Acesso em 08 maio 2018.

para Vogt, o problema consiste nesses avanços alcançarem também América Latina, África e Ásia, reforçando uma ideia de que os países de Terceiro Mundo e suas populações constituem uma ameaça a uma “segurança” mundial:

“As populações aumentavam cada vez mais rapidamente. Simples técnicas sanitárias, tais como ferver a água contaminada, estenderam-se com rapidez para além da Europa e América do Norte, abrangendo grande parte do mundo. Isso era tudo de que se precisava para acender o rastilho da explosão mundial.

Nos cem anos anteriores a 1940, a população do mundo mais do que duplicou: aumentou de 1.000.000.000 para 2.200.000.000 de indivíduos” (VOGT, 1951, p. 81).

Ao tratar especificamente sobre a América Latina, Vogt mais uma vez aborda a “ameaça da medicina” que faz nascerem novas bocas famintas “impossíveis” de serem alimentadas:

Autoridades bem intencionadas, ignorando completamente o problema referente à alimentação de milhões de latino-americanos que precisam comer, ajudaram a reduzir a média da mortalidade, a febre amarela foi banida da maior parte da América Latina. A malária foi significativamente reduzida em amplas áreas. A varíola está desaparecendo. (...) Como a maior parte do resto do mundo, a maioria dos países latino-americanos está enfrentando a urgente questão de saber como alimentar novas e famintas bocas” (VOGT, 1951, p. 187).

William Vogt elenca como causa central da fome de milhões de latino-americanos o desenvolvimento de técnicas da medicina que impedem que doenças se alastrem e, portanto, impedem a morte das pessoas. Com isso, a teoria neomalthusiana encobre as formas concretas e históricas de dominação e exploração; oculta as relações desiguais internas de cada país e também entre os diferentes países; não explica a existência concomitante e contraditória de miséria e riqueza, de superprodução de alimentos e fome. Assim, os olhares malthusiano e neomalthusiano fundamentam ações e guerras imperialistas e servem a uma política reacionária e extremamente agressiva (DAMIANI, 2015, p. 21).

A conclusão é: se se aceita a teoria da superpopulação e escassez de recursos sem questionar o modo de produção capitalista, os resultados inevitáveis são políticas internas de repressão étnica e de classe e políticas externas imperialistas (HARVEY, 1971, p. 29). Neste diapasão, quando as classes dominantes necessitam de um discurso para justificar políticas de repressão, o argumento da superpopulação é elaborado para se ajustar ao propósito. Invariavelmente, “o argumento da superpopulação é facilmente

usado como parte de uma apologia elaborada, através da qual a repressão de classe, étnica ou (neo-)colonial pode ser justificada” (HARVEY, 1971, pp. 29-30). Em resumo, a teoria da superpopulação é utilizada pelas classes dominantes para perpetuarem a exploração e dominação.

2.3.A Dívida Externa: o aprofundamento da dominação sobre os países do Terceiro Mundo a partir da década de 1970

Desde o fim da II Guerra Mundial, a exploração real de umas regiões e classes por outras só se aprofundou, acentuando a desigualdade (CASANOVA, 1995, p. 34). O endividamento dos países, que já ocorria desde o colonialismo, aumentou consideravelmente, por meio de mecanismos criados unilateralmente pelos organismos internacionais a serviço das potências capitalistas (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, principalmente) (CASANOVA, 1995, p. 34). Desde 1972, a dívida externa não parou de crescer (CASANOVA, 1995, p. 35).

As relações de exploração e dominação impostas por meio da colonização determinam que os países do Terceiro Mundo devam fazer transferência de seus excedentes aos países ricos, pois aqueles são devedores e estes são credores da chamada “dívida externa” (CASANOVA, 1995, p. 34). São os próprios credores que ditam as regras sobre como as dívidas externas deverão ser pagas – aos devedores cabe, simplesmente, pagar. As principais vítimas dessa política autoritária de dívida externa são os mais pobres dos países pobres; por outro lado, os principais beneficiários dessa política são as empresas transnacionais e os bancos do Norte (CASANOVA, 1995, p. 36). Logo, por um lado as dívidas externas aumentam a fome dos mais pobres (e aumentam também o número de pobres), e por outro enriquece consideravelmente uma parcela cada vez menor da sociedade (CASANOVA, 1995, p. 14).

A situação de aumento da fome no mundo foi identificada pelo próprio Banco Mundial, que em meados de 1988 informou: “Tanto a proporção como o número total de africanos sujeitos a regimes dietéticos deficientes aumentaram e seguirão aumentando, a menos que se tome uma atitude radical” (Banco mundial *apud* CASANOVA, 1995, p. 15). Ainda na década de 1990, Pablo González Casanova (1995, p. 15) concluía que a “atitude radical” para reverter a situação não havia sido tomada. Hoje, já na segunda metade da década de 2010, pode-se dizer, com base nos dados mais recentes divulgados pela FAO sobre o número de famintos no mundo, e

assentado no referencial teórico do presente trabalho, que a “atitude radical” para mudança desse cenário parece longe de ocorrer.

Em 2009, como resultado da crise econômica que eclodiu e, diante do processo de globalização, atingiu o mundo inteiro, a FAO apontava que havia 1,02 bilhões de pessoas em situação de fome crônica no mundo²⁵. Já nos anos de 2010 a 2012, relatório da mesma organização apontou uma diminuição no número dos famintos, mas ainda assim, bastante alarmante: 868 milhões²⁶. Nos anos de 2011 a 2013 houve mais diminuição: 842 milhões em situação de fome crônica, ou seja, uma em cada oito pessoas do mundo²⁷. No ano de 2014 o número de famintos foi menor que 800 milhões e com isso a FAO divulgou a notícia com certo “otimismo”, como pode ser visto pela manchete do seu sítio oficial: “Número de vítimas da fome cai para menos de 800 milhões: a erradicação é o próximo passo”²⁸. O otimismo, no entanto, não pôde durar muito tempo, e a meta de erradicação da fome torna-se agora mais distante: o relatório da FAO de 2017 aponta que o número de famintos voltou a ultrapassar os 800 milhões, sendo agora 815 milhões de pessoas com fome crônica.

O fato é que, conforme demonstrado por Josué de Castro, as causas da fome são as relações de dominação e exploração que existem historicamente e persistem nos dias atuais, ao qual a maioria dos povos do mundo está submetida. Seria uma ilusão pensar que o número de famintos no mundo diminuiria se não houvesse, de fato, como o próprio Banco Mundial anunciou, uma atitude radical para resolver o problema. Compreendendo que *radical* significa ir às causas da questão, a fome só poderia de fato ser erradicada se também fossem erradicadas as relações hierárquicas de dominação e exploração vigentes.

O que se radicalizou, no entanto, foi a globalização – no sentido apresentado em tópico anterior, como a extensão do domínio de uns povos sobre outros e regiões sobre outras. No contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos da América, como potência capitalista hegemônica, para manter seu domínio sobre a América Latina, incentivava

²⁵ O fato foi amplamente propagado pela imprensa internacional e nacional, como pode ser verificado no sítio do Estadão: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-numero-de-famintos-no-mundo-ultrapassa-1-bilhao,450396>>. Acesso em 20 fev. 2018.

²⁶ O número de pessoas em situação de fome crônica consta nos relatórios anuais da FAO e são divulgados no sítio oficial da organização: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/203952/icode/>>. Acesso em 20 fev. 2018.

²⁷ Conforme divulgado no sítio oficial da FAO: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/203952/icode/>>. Acesso em 20 fev. 2018.

²⁸ A reportagem completa pode ser conferida no sítio oficial da FAO: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/288582/icode/>>. Acesso em 20 fev. 2018.

as resoluções dos conflitos – inclusive os de cunho social – por meio da “técnica” (em detrimento de soluções políticas). Por exemplo, sancionava projetos de ajuda e de desenvolvimento ao Terceiro Mundo que cumprissem com o objetivo de que ele continuasse aberto ao comércio e fluxos de capital da economia capitalista mundial, o que levou a uma maior “conexão” da América Latina com o mundo capitalista hegemônico e sua dependência com este sistema (CASANOVA, 1995, pp. 24-25).

Essas “ajudas” muitas vezes consistiam em empréstimos dos bancos internacionais aos países subdesenvolvidos para que estes alcançassem o “progresso”. No Brasil, o chamado “milagre econômico”, ocorrido durante os governos militares, foi sustentado por quantias significativas de empréstimos. Esses empréstimos só eram concedidos mediante compromissos – políticos e econômicos – do país subdesenvolvido com o banco internacional (em regra, o FMI), o qual representa os interesses das potências capitalistas. Assim, as políticas econômicas dos países de Terceiro Mundo passam a ser ditadas pelas organizações parceiras de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial e OMC), que são extremamente perniciosas para as condições de vida da população em geral, causando impacto negativo mais significativo para a população mais empobrecida (VALENTE, 2002, p. 74).

No Brasil, nos anos 1990, a renegociação da dívida externa e a inserção da economia brasileira no mercado internacional tornaram-se principal prioridade política (VALENTE, 2002, p. 74). Isso significou a imposição da “abertura irrestrita do mercado brasileiro a produtos estrangeiros e a implementação de um programa nacional de ajuste estrutural” (VALENTE, 2002, pp. 74-75), o qual visava desestabilizações no Estado, eliminação de subsídios para a indústria e agricultura nacionais, redução dos gastos sociais, dentre outros (VALENTE, 2002, p. 74). Os impactos mais concretos dessas políticas foram: agravamento da situação da indústria nacional e aos produtores agrícolas (principalmente de menor porte), devido o aumento da entrada de produtos estrangeiros; redução progressiva do poder de compra do salário mínimo nacional; aumento do desemprego e do subemprego; privatização e desnacionalização do patrimônio público a preços abaixo do valor real; dentre outros (VALENTE, 2002, p. 75).

Essa realidade não é exclusiva dos anos de 1990, visto que é possível ver o seu agravamento nos anos 2000. É no mesmo contexto de submissão aos planos do FMI, mesmo que à custa dos direitos mais básicos da população – especialmente a pobre -, que o Senado Federal aprovou, em 2016, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

55/2016, conhecida como a “PEC da redução dos gastos públicos”. Em síntese, a PEC prevê que os gastos federais só poderão aumentar de acordo com os índices da inflação, não podendo haver aumento de investimentos federais em diversos setores públicos, dentre eles a saúde e educação²⁹.

É importante observar que essa situação só é possível devido uma articulação da exploração internacional com a exploração interna (CASANOVA, 1995, p. 37). A aprovação da PEC 55/2016 depende da mobilização de setores de uma oligarquia nacional que, assim como as transnacionais, também se beneficiam com as medidas de “saneamento” da economia; enquanto quem as “sentem” de maneira mais contundente são os pobres:

“As medidas de ‘saneamento’ da economia ‘batem’ nos mais pobres: implicam congelamento e diminuição dos salários da maioria dos assalariados, e da massa de salários; **congelamento, cancelamento e redução dos serviços sociais (escolas, hospitais, moradia)**; supressão dos subsídios alimentícios e assistenciais; aumento do preço dos remédios, dos transportes, dos materiais de construção, tudo com transferência do excedente ao setor privado empresarial, em especial o bancário, o exportador, e por seu intermédio, ou de forma direta, ao transnacional” (**grifo nosso**) (CASANOVA, 1995, p. 39).

Vê-se, assim, que o Estado, nos países subdesenvolvidos, dependente e associado, “atua sob as pressões dos países centrais e de seus sócios nativos, ‘internos’” (CASANOVA, 1995, p. 40). Se os “sócios nativos” decidem rechaçar as medidas impostas pelos países de capitalismo central, a resposta é a desestabilização econômico-política e a intervenção militar no Terceiro Mundo. Isso foi amplamente observado nos inúmeros casos de golpes militares ocorridos na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, quando, com apoio dos Estados Unidos, foram estabelecidas medidas rígidas para manter o alinhamento da América Latina com suas medidas capitalistas, temendo a influência do bloco socialista e, logo, uma possível “revolução vermelha” nos países latino-americanos (OLIVEIRA, 2007, p. 111).

Os golpes militares não teriam sido possíveis se não tivessem, no entanto, apoio das oligarquias nacionais, as quais também tinham interesse em “manter a ordem” como forma de manutenção de seus privilégios. Afinal, não era interesse apenas dos Estados Unidos barrar processos revolucionários na América Latina, mas também dos

²⁹ Informações retiradas do sítio oficial do Senado Federal, o qual pode ser conferido em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>. Acesso em 20 fev. 2018.

latifundiários, visto que, a exemplo da Revolução Chinesa de 1949, as revoluções de cunho socialista tinham como centro o campesinato, e as primeiras medidas após a tomada do poder foram o confisco e distribuição da terra (OLIVEIRA, 2007, p. 76).

Em todo o continente latino-americano, os golpes militares garantiram que os movimentos camponeses populares fossem freados, tanto por meio da instituição de leis de reforma agrária demagógicas, que nunca foram colocadas em prática (pelo menos não de maneira satisfatória, já que a realidade latino-americana continua sendo a da concentração fundiária) que amornaram a luta; como também por meio de violência sistemática, repressão, tortura e assassinato dos lutadores da causa camponesa e, principalmente, revolucionária (OLIVEIRA, 2007).

O FMI, dominado pelos países ricos, ao realizar empréstimos aos países subdesenvolvidos não tem visado com isso apenas o enriquecimento dos grupos privilegiados dos países ricos, lucrando com os juros exorbitantes destas dívidas, mas servem também para aumentar a dominação desses países sobre os países pobres e seus sistemas financeiros e bancários (CASANOVA, 1995, p. 59), bem como suas políticas. A dívida externa tem se provado um sistema muito efetivo para a dominação (CASANOVA, 1995, p. 60). Enfim,

A política da *dívida externa* é a mais recente estratégia para a exploração e dominação do Terceiro Mundo. Muito superior em cobertura quando a comparamos ao sistema de endividamento neocolonial imposto pela Inglaterra e a França no século XIX, também o é em sua articulação com as grandes empresas transnacionais e com os Estados Metropolitanos (CASANOVA, 1995, p. 64).

A pressão do capital para que os países subdesenvolvidos produzam produtos exportáveis, em detrimento da produção que vise o mercado interno, é uma forma de dominação. Ao não produzirem para o mercado interno, os países do Terceiro Mundo ficam mais vulneráveis e dependentes do capital internacional, representando diminuição de sua *soberania*, inclusive de sua *soberania alimentar*. Sendo assim, a alimentação das populações do Terceiro Mundo são profundamente impactadas pela dependência a que estão submetidos. Esta dependência se expressa nas suas dívidas externas e nas medidas político econômicas a eles impostas pelos bancos internacionais (CASANOVA, 1995, p. 59).

Essa realidade, no entanto, é ocultada pelo discurso desenvolvido pelos que se beneficiam de referida exploração, utilizando-se das teorias expostas neste capítulo para

legitimar as relações opressoras. A seguir apresentaremos relatos sobre a situação de fome de vários países do Terceiro Mundo, decorrentes, principalmente, dos planos de reajuste estrutural do FMI, isto é, imposição de medidas pelo FMI para que houvesse renegociação das dívidas.

Os planos de reajuste estrutural dos bancos internacionais, especialmente o FMI, são impostos aos países de Terceiro Mundo para renegociação de suas dívidas ou para que sejam concedidos novos empréstimos. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 46), referidos planos são mais importantes para o domínio político e econômico do Terceiro Mundo do que o próprio pagamento da dívida externa em si. Isso porque os planos de reajuste estrutural ditam como deve se dar a economia e política nos países do Terceiro Mundo, de maneira a favorecer os planos de dominação do Primeiro Mundo. Esses planos se assentam, ainda, nos interesses das oligarquias dos países subdesenvolvidos, que também podem ter vantagens econômicas e políticas com esses planos. Os relatos constantes no tópico a seguir deixarão mais clara a ideia para o leitor.

2.3.1. Relatos sobre o impacto da dívida externa nos países do Terceiro Mundo

O Haiti é o país mais miserável da América Latina e o terceiro país mais pobre do mundo (ZIEGLER, 2013, p. 174) e conquistou sua independência por meio da Revolução Haitiana, que durou de 1791 a 1804. Até a década de 1980 o Haiti era autossuficiente em arroz, e o governo conseguia manter a proteção da produção local com uma tarifa aduaneira de 30% que recaía sobre o arroz importado (ZIEGLER, 2013, pp. 174-175). Durante os anos 1980, no entanto, o Haiti passou por dois planos de ajustamento estrutural, impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), dos quais uma das medidas foi a diminuição da tarifa aduaneira de 30% para 3%. A medida fez o Haiti ser inundado por arroz norte americano importado, o que acabou por arruinar sua economia, levando a um processo de expulsão do camponês para as cidades, causando superpovoamento das grandes cidades do país e acarretando a desintegração dos serviços públicos (ZIEGLER, 2013, p. 175).

O FMI e o Banco Mundial foram criados em 1944 na cidade de Bretton Woods, no nordeste dos Estados Unidos da América (ZIEGLER, 2013, p.170). Atualmente, o FMI tem papel central no controle das dívidas externas da maioria dos países. Periodicamente, concede refinanciamentos a países superendividados, desde que

se submetam a seus planos de ajuste estrutural, como ocorreu com o Haiti. Os planos de ajuste estrutural do FMI são coordenados pelo Banco Mundial e têm se mostrado nefastos para o combate à fome, com exemplos ao redor do globo (VALENTE, 2002, p. 117). Os programas de ajuste estrutural baseiam-se na redução do controle sobre o mercado pelos Estados Nacionais; na redução dos gastos sociais, como saúde e educação; na redução dos gastos com funcionalismo público; na redução dos subsídios à indústria e agricultura nacionais e na abertura das fronteiras para a entrada de produtos, empresas e capital internacionais (VALENTE, 2002, p. 117).

Vários países africanos foram impactados pela política do FMI. O Níger, por exemplo, teve a privatização do seu Departamento Nacional de Veterinária. Isso significou que vacinas, vitaminas e antiparasitas que antes eram fornecidos pelo governo para os criadores de gado, passaram a ser comprados das empresas transnacionais privadas a preços exorbitantes. Disso resultou que muitos criadores perderam seus rebanhos por não terem condições de arcar com os altos preços, e hoje estão nas favelas das grandes cidades costeiras daquele país (ZIEGLER, 2013, p. 174).

Também a Zâmbia, país africano, sofreu com uma série de planos de ajuste estrutural a partir dos anos 1990 (ZIEGLER, 2013, p. 176). Até a década de 1980, o Estado zambiano subsidiava o consumo de milho em cerca de 70%, bem como fornecia subsídios aos seus produtores. No total, cerca de 20% do orçamento do Estado era utilizado em referidos subsídios, e o país era autossuficiente em milho e, nos melhores anos, exportava o excedente para a Europa. O FMI impôs, como parte do plano do refinanciamento da dívida, a redução dos subsídios e, logo em seguida, a suspensão total. Além disso, exigiu a privatização de escolas e hospitais, que até então eram públicos e gratuitos (ZIEGLER, 2013, p. 176). Resultado disso foi que a população mais pobre passou a fazer apenas uma refeição diária; os camponeses se viram obrigados a vender suas terras e começar a vender sua mão-de-obra por preços muito baixos nas plantações de algodão de sociedades estrangeiras (ZIEGLER, 2013, p. 176). Por fim, os dados já no século XXI são assombrosos: 86% da população zambiana vivia, em 2010, abaixo da linha da pobreza; 45% das pessoas estava em estado grave e permanentemente desnutridos; 42% das crianças menores de cinco anos estavam abaixo do peso “normal” definido pela Unicef (ZIEGLER, 2013, pp. 176-177).

Destino semelhante encontrou Gana, um dos primeiros países da África subsaariana a conquistar a independência: em 1970, os produtores locais garantiam a totalidade de arroz consumido no país. Em 1980, o FMI exigiu a redução da tarifa

aduaneira e que o Estado suprimisse todos os subsídios aos camponeses para compra de agrotóxicos, adubos e sementes. O resultado foi que Gana passou a importar 70% do arroz que consome, chegando em 2010 a gastar mais de quatrocentos milhões de dólares com importações alimentares (ZIEGLER, 2013, pp. 178-179).

Nos relatórios do FMI, ironicamente, celebravam o fato de que houve diminuição da desigualdade entre as condições de vida das populações urbana e rural no período de 1991-1997 (quando referidos planos estavam sendo executados “a pleno vapor”). Isso se deu, no entanto, porque a miséria no meio urbano aumentou drasticamente, igualando-se ao nível de miséria que antes era vivenciado principalmente no campo (ZIEGLER, 2013, p. 177). Enquanto os planos do FMI devastavam a produção e economia dos países do Terceiro Mundo, quem lucrava com esse processo eram os países de capitalismo avançado, que passavam a exportar seus produtos para todo o globo. E, vale ressaltar, enquanto os planos para os países pobres envolvia a diminuição do controle dos Estados Nacionais, por meio da redução das tarifas aduaneiras e até extinção dos subsídios para os produtores agrícolas locais, tais medidas não eram aplicadas aos países desenvolvidos, onde os governos continuavam a subsidiar largamente a produção agrícola e as tarifas alfandegárias não abaixavam (ZIEGLER, 2013).

Vê-se, assim, que até a metade do século XX as potências imperialistas impunham seu poder com ingerências diretas nas colônias, como é o exemplo da Índia, que tinha inclusive um governador geral inglês. A partir do pós II Guerra Mundial são criadas instituições que impõem medidas econômicas a países ditos independentes, atendendo aos interesses das potências imperialistas, tendo papel central nesse processo os bancos, destacadamente o FMI e o Banco Mundial (ZIEGLER, 2013).

Em todos os exemplos, seja dos séculos XIX, XX ou XXI, resta claro que a causa da fome não é a falta de alimentos causada por fatores naturais intransponíveis ou devido a uma suposta explosão demográfica (como pretendia Thomas Malthus e William Vogt), mas políticas econômicas impostas a povos subjugados que os levam a mais completa miséria. Nos exemplos trazidos, todos os países (Índia, Haiti, Zâmbia, Gana) tinham plenas condições de sustentar suas populações, mas suas produções diminuíram não por fatores naturais, mas por condições criadas e impostas por homens, por meio da imposição de uma lógica colonial. Josué de Castro foi assertivo em afirmar que “a fome derivava de políticas conduzidas pelos homens e que ela poderia ser

vencida, eliminada, pelos homens. Nenhuma fatalidade preside o massacre. Trata-se de pesquisar suas causas e combatê-las” (ZIEGLER, 2013, p. 112).

CAPÍTULO 3 – OS IMPACTOS DO MODELO HEGEMÔNICO DE AGRICULTURA NO BRASIL SOBRE O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

A globalização foi o processo de expansão do mundo europeu, isto é, do mundo *moderno-colonial*, a partir do descobrimento da América em 1492, o qual propiciou, dialeticamente, de um lado a modernidade para a Europa e, do outro, a colonização e dominação dos outros continentes e povos do mundo, conforme explicitado no tópico “2.1.1. Globalização: as relações de exploração se estendem ao mundo todo” do segundo capítulo deste trabalho. Os capítulos anteriores, ao explorarem os processos de dominação impostos pelas potências imperialistas no século XIX (primeiro capítulo) e na passagem do século XX para o século XXI (segundo capítulo) demonstraram como o processo de globalização provocou fome em grandes populações do mundo.

No século XIX, as políticas de dominação do império britânico causaram a morte por fome de milhões de pessoas ao redor do mundo. Já na segunda metade do século XX e início do século XXI as políticas passaram a ser ditadas pelos bancos internacionais, destacadamente o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, representando os interesses das novas potências capitalistas hegemônicas, tendo os Estados Unidos da América papel destacado como principal potência e, portanto, principal beneficiador das políticas de fome impostas ao restante do globo.

As políticas econômicas colonialistas, de domínio de alguns países sobre outros, no entanto, nem sempre foram (e nem sempre são) identificadas dessa maneira, pois os maiores beneficiários das políticas criam uma série de argumentos e teorias que visam justificar e naturalizar a desigualdade social e exploração a que a maioria da população mundial está submetida. No segundo capítulo, vimos que desde o início da colonização – isto é, 1492 – essas teorias foram se desenvolvendo e até hoje se aprimoram. A classificação social de acordo com as raças é um exemplo de teoria que permanece até os dias de hoje. Oras, no tópico “2.3.1. Relatos sobre o impacto da dívida externa nos países do Terceiro Mundo”, do segundo capítulo, todos os exemplos de dominação e fome nos dias atuais são de países da África ou América Latina, com população de maioria negra e mestiça.

Justamente por serem países dos “continentes subalternos”, combinado com suas populações que não são brancas, a situação de fome é naturalizada, como se esses continentes fossem naturalmente famintos, uma vez que povoados por “raças

inferiores”, incapazes de desenvolver técnicas que os livrem da fome. Essa visão “ameniza” ou descarta completamente o papel da colonização histórica e atual a que estão submetidos como fator de causa da fome. Inclusive, as políticas de dominação das potências capitalistas muitas vezes são apresentadas como parte da missão civilizatória para salvar esses povos da fome, quando na verdade são o que causam e aprofundam a situação de fome crônica. Exemplo disso são as políticas de reajuste estrutural propostas pelo FMI aos países de Terceiro Mundo.

Desde o início da colonização europeia na América Latina, a produção agrícola passou a ser imposta pela metrópole, pois essa se tornaria uma das principais atividades das colônias, para satisfazer as necessidades europeias (associada à exploração dos metais preciosos) (MARIUTTI, 2003). No Brasil, por exemplo, por muitos anos o nordeste brasileiro desenvolveu a produção de cana-de-açúcar, não por necessidade local, mas para suprir a necessidade de açúcar das potências europeias. Da mesma forma, em momento posterior, o café passou a ser o principal produto do Brasil, e este também era exportado, não servindo a suprir as necessidades locais, mas sim das potências capitalistas. Essas produções tinham formas específicas de serem realizadas, a produção de cana, por exemplo, era realizada em latifúndios e a mão-de-obra empregada era a de escravos. Tudo pensado de maneira a dar mais lucro à metrópole e também às oligarquias locais que se beneficiavam com esse processo (MARIUTTI, 2003).

Hoje, a dominação é exercida, dentre outros, pelos bancos internacionais, representando os interesses das potências capitalistas, principalmente Estados Unidos, que desde o fim da segunda Guerra Mundial ascendeu como superpotência. O presente capítulo tem como objetivo identificar se o modelo de produção agrícola hegemônico no país atualmente, o agronegócio, amplamente defendido pelos governos e representantes das classes dominantes locais, em especial pelos chamados latifundiários, representados no Congresso Nacional por meio da “bancada ruralista” e na sociedade por meio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e também pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), rompeu com a lógica colonial ou se representa, justamente, a continuidade da colonização e colonialidade em nosso país.

Para isso, analisaremos os contextos de surgimento e desenvolvimento do agronegócio brasileiro relacionando-os com as teorias expostas no segundo capítulo, da globalização, racialidade, neomalthusianismo e financeirização, para verificar se rompem ou se promovem essas visões de mundo.

3.1. A Revolução Verde no Brasil: a gênese do agronegócio

Para se compreender o modelo hegemônico de produção agrícola no Brasil, o chamado agronegócio, o qual se desenvolveu principalmente a partir da década de 1960, durante o regime militar, é preciso aprofundar sobre as bases que o compõem. Ao compreender as bases que possibilitam a existência e no qual se apoia o agronegócio, poderemos analisá-las, de maneira a verificar se reproduzem ou não uma lógica colonial.

O modelo agrícola hegemônico hoje no Brasil foi desenvolvido a partir dos preceitos da Revolução Verde, que consistiu na resposta capitalista ao “perigo vermelho” das revoluções sociais, de cunho socialista ou de libertação nacional, que ocorriam no mundo, a partir dos anos finais da década de 1940, tendo como maior expoente a Revolução Chinesa (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 160). Revoluções sociais foram deflagradas como forma de ruptura com a lógica colonial, visando solucionar os problemas graves de fome e miséria extremas. Nas palavras de Porto-Gonçalves (2006, p. 159),

A Revolução Comunista de 1949 na China teve um papel extremamente importante nesse contexto, na medida em que tornava real a possibilidade de que populações pobres, sobretudo camponesas, se mobilizassem para resolver um problema tão básico, como a fome, por meio de uma revolução social (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 159).

No período em que a Revolução Chinesa concretizava o seu êxito, em 1949-1950, estava sendo escrito e publicado a primeira edição de “Geopolítica da Fome”, de Josué de Castro. Na primeira edição, a China é apresentada como “o país da fome milenária”, no entanto, já no prefácio do autor à terceira edição, publicada em 1954, Josué de Castro pontua que da primeira edição (publicada em 1951) à terceira, a fisionomia do mundo da fome não era menos sombria (CASTRO, 1965, p. 36). Mas apenas um país havia mudado de cara, e era justamente a China. Sobre o assunto, Josué de Castro expõe:

Numa rápida revisão dos quadros que traçamos, das várias áreas da fome no mundo, há uma área onde realmente se processou uma mudança quase radical – uma verdadeira transmutação – e esta área é a da velha China. Da China que descrevemos como o país da fome milenária e que, acossada por esta fome, se lançou numa terrível revolução social. Ao terminarmos de escrever o nosso livro, em 1950, estabelecia-se em todo o território continental da China a soberania da Nova República Popular Chinesa. O retrato que

apresentamos em nosso livro era o da China de Chiang-Kai-Shek, da China semi-colonial, dilacerada pelos apetites mercantilistas das potências imperialistas estrangeiras. E este retrato não pode corresponder ao da nova China de Mao-Tse-Tung, reorganizada dentro de nova estrutura econômica, baseada num novo sistema de equilíbrio das forças sociais. (...) Deixando de lado as considerações de caráter estritamente político, que não se enquadrariam no âmbito do nosso trabalho, resolvemos apresentar alguns elementos informativos, colhidos de fontes seguras e que permitem um juízo objetivo do que se passou na China pós-revolucionária, transformando o panorama das condições de vida do povo chinês” (CASTRO, 1965, pp. 36-37).

A apresentação da Revolução Chinesa como experiência bem-sucedida de tomada do poder pelo povo de maneira a resolver problemas sociais básicos como a fome exigiu do bloco capitalista, encabeçado pela sua principal potência, os Estados Unidos da América, uma resposta rápida e que fosse eficiente em barrar a influência chinesa nos povos dos outros países colonizados para que fizessem o mesmo. A proposta capitalista foi, então, a Revolução Verde, “expressão que carrega em si o medo da *revolução vermelha*, não sendo, portanto, uma expressão nada técnica, embora se trate de uma revolução que se apresenta como tal” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 160).

A Revolução Verde iniciou com o incentivo e financiamento de pesquisas pelas Fundação Rockefeller e Fundação Ford, ambas norte-americanas, que visavam o aumento da produtividade nos trópicos, principalmente de arroz e trigo, por meio da incorporação de alguns insumos na produção (basicamente, fertilizantes solúveis, agrotóxicos e irrigação). Experiências exitosas no aumento da produtividade de trigo ainda na década de 1940 no México motivou que a Fundação Ford e Fundação Rockefeller se unissem, em 1962, para criarem o IRRI (Instituto Internacional de Pesquisas Arrazoeiras) em Baños, Filipinas. As tecnologias desenvolvidas atravessaram as fronteiras nacionais por meio da internacionalização dos centros de pesquisas apoiados pelas fundações e pelas operações financeiras das sociedades agrocomerciais, que cada vez atingiam mais países, com o aprofundamento da globalização do sistema financeiro (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, pp. 52-53).

A Revolução Verde buscava deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria no mundo, principalmente após a Revolução Chinesa de 1949 (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 226). Ela tentava, assim, “despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 226). Ou seja, prometia transformações nas relações de poder por meio do desenvolvimento da tecnologia. O discurso que a legitimava era o de levar o

desenvolvimento e, por meio dele, aumentar a produção agrícola e diminuir o número de famintos nos chamados “continentes da fome”, sendo eles, Ásia, África e América Latina. Essa solução para o problema da fome se assentava na crença acrítica, propagada pelas potências capitalistas que se beneficiam do capitalismo moderno-colonial, de que para tudo há uma solução técnica (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15).

A Revolução Verde é, assim, uma proposta conservadora, no sentido que se apresenta como solução para aumento da produtividade e diminuição da fome sem a necessidade de uma revolução social, mas sim mantendo as estruturas de poder moderno-coloniais intactas. Não é à toa que o processo de implantação da Revolução Verde ficou conhecido no Brasil como *modernização conservadora* do campo (PALMEIRA, 1989, p. 87). A Revolução Verde foi, portanto, um processo de “*mudar para que tudo fique como está*”³⁰. No tópico a seguir, explicitamos o sentido dessa frase no contexto brasileiro.

3.2. Década de 1950 no Brasil: o debate público sobre qual caminho tomar

A proposta da Revolução Verde, como vimos no tópico anterior, estava inserida num contexto de disputa política e ideológica da chamada Guerra Fria em que, de um lado, o “bloco capitalista”, vanguardado pelos Estados Unidos da América, apresentava uma solução técnica para enfrentar a fome e a miséria no mundo; e de outro, o “bloco socialista” apoiava revoluções sociais e movimentos de libertação nacional que objetivavam romper com a realidade de fome crônica de grande parte da população por meio do levantamento massivo dos povos mais pobres, dentre eles os camponeses. Dos exemplos de revoluções, a mais significativa foi a Revolução Chinesa,

³⁰ PORTO-GONÇALVES (2006, pp. 18-19) afirma que as décadas de 1960 e 1970 foram de profunda agitação política, quando eclodiram revoltas estudantis em Paris, Berkeley, Milão, México e Rio de Janeiro-São Paulo, e os principais acontecimentos políticos eram a Revolução Cultural na China, os feitos de Che Guevara na América Latina, dentre outros processos de libertação nacional na África e Ásia. Em todo o mundo se via o levantamento de massas de jovens, operários, mulheres, negros que criticavam as relações hierárquicas da escola, da fábrica, do machismo, do eurocentrismo e seu racismo, do colonialismo, e que bradavam as palavras de ordem de “Viva a Diferença, Abaixo as Fronteiras” e “É proibido proibir”. A globalização neoliberal procurou assimilar essas reivindicações, negando grande parte de suas demandas. A partir disso, promoveu uma revolução tecnológica que teve como fim manter as hierárquicas relações sociais e de poder, promovendo o slogan conservador de “*mudar para que tudo fique como está*”.

na qual o campesinato se mobilizou para fazer uma revolução social de forma a acabar com o problema da fome (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 157).

No Brasil, a Revolução Verde foi implantada na década de 1960 pelos governos militares, apoiados pela potência imperialista hegemônica, os EUA, que apresentavam-na como o único modelo agropecuário viável para a nossa sociedade (CAMACHO, 2012, p. 2). Mas, assim como existia um contexto internacional de disputas políticas e ideológicas, também no nosso país essas disputas estavam postas, estando em lados opostos os camponeses e as oligarquias latifundiárias. Na década de 1950, principalmente, essas contradições tornaram-se mais explícitas, influenciadas pelas transformações pelas quais passavam todo o mundo, a partir do fim da II Guerra Mundial. O presente tópico tem por objetivo explorar quais eram as posições dos diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira, os quais propunham soluções diversas para os problemas da fome e da miséria do nosso povo, do qual a imposição da Revolução Verde resultou como posição “vitoriosa”.

A realidade concreta de pobreza a que estava submetida grande parte dos brasileiros, conforme demonstrado por Josué de Castro (1984) em sua obra “Geografia da Fome”, propiciou que no nosso território ideias democráticas e até mesmo revolucionárias fossem propagadas. Assim, do final dos anos de 1940 até início dos anos 1960, desenvolveu-se o trabalho das “Ligas Camponesas”, cuja atuação foi marcada pela luta pela terra e contra a exploração do trabalho (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

As Ligas Camponesas foram responsáveis por colocar a luta pela reforma agrária num patamar nacional, já que se desenvolveram em diversos estados brasileiros, principalmente na região Nordeste, aglutinando camponeses foreiros, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados contra o latifúndio (OLIVEIRA, 2007, p. 106). Os camponeses, muitos deles ex-escravos ou mantendo relações servis com os donos das grandes fazendas, iniciaram a sua organização por meio de associações, com o objetivo de contratar professores para seus filhos; comprar ferramentas de trabalho conjuntamente; ou até mesmo constituir um fundo funerário conjunto (prática comum na região Nordeste à época), já que a pobreza extrema obrigava os pobres a enterrarem seus entes queridos diretamente na terra, sem nem mesmo um caixão, como animais. Os camponeses miseráveis não tinham sua dignidade humana respeitada nem mesmo na morte (OLIVEIRA, 2007, p. 107).

A atuação das Ligas Camponesas fez avançar a compreensão dos camponeses sobre os motivos do subdesenvolvimento, principalmente, do Nordeste (OLIVEIRA, 2007, p. 110). De maneira geral, tornou-se uma luta contra o latifúndio. Isto é, um dos principais problemas que enfrentavam era a expulsão dos camponeses para as periferias de Recife ou para o sudeste do país. A compreensão que se tinha era que a razão da pobreza e da miséria do camponês nordestino se dava pela existência do latifúndio subutilizado, que obrigava o camponês a migrar para o sul, pois o latifúndio impedia que a terra fosse ocupada por quem dela precisa para viver (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

A organização e luta dos camponeses deixou as elites latifundiárias do país em uma “posição de confronto” (OLIVEIRA, 2007, p. 110). Isto é, a organização dos camponeses em torno da luta contra o latifúndio fez com que as classes dominantes, latifundiárias, também se organizassem para proporem medidas que visassem a diminuição da fome e da miséria a que grande parte da população estava submetida.

Do ponto de vista da geopolítica internacional, nos anos 1950 vários países realizavam revoluções socialistas e de libertação nacional que tinham, dentre outras pautas, a distribuição das terras entre os camponeses. Os Estados Unidos da América, por outro lado, estimulavam o desenvolvimento de tecnologias, como forma de promover aumento da produtividade, e assim resolver o problema da fome. Diante destas duas forças opostas, pode-se dizer que existia certo alinhamento da política e ideologia dos camponeses para com o bloco “socialista” (inclusive porque o Partido Comunista do Brasil teve papel central na fundação e desenvolvimento das Ligas Camponesas), bem como as elites latifundiárias se alinhavam mais à ideologia e políticas imperialistas (OLIVEIRA, 2007, p. 111).

As relações entre os camponeses/países socialistas e oligarquias latifundiárias/potências imperialistas, no entanto, eram também contraditórias entre si, visto que os interesses se aproximavam, mas também não eram exatamente idênticos. De acordo com Porto-Gonçalves (2006, p. 226), na década de 1950, os EUA tentaram avançar na direção de uma reforma agrária no Brasil – tal como impuseram no Japão para tentar “barrar” a influência da Revolução Chinesa– mas encontraram obstáculos por parte das oligarquias latifundiárias, que não aceitavam referida reforma. Os EUA tinham preocupação com o desenvolvimento das Ligas Camponesas no Brasil e também com a influência da Revolução Cubana na América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 226). A reforma agrária imposta pela potência imperialista hegemônica significaria satisfazer o interesse imediato dos camponeses (acesso à terra), de maneira a frear suas

aspirações revolucionárias. Do ponto de vista interno do Brasil, a medida não agradava aos latifundiários, que queriam manter seus privilégios; mas, para o imperialismo, era a medida necessária para manter o Brasil – tal como fizeram com o Japão – em sua “zona de influência”, mantendo o país dentro de suas relações coloniais (PORTO-GONÇALVES, 2006). Além disso, a reforma agrária serviria como uma forma de reprodução e circulação do capital, se associada a um processo de maior controle do capital financeiro no campo, por meio do controle das sementes e dos fertilizantes utilizados (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 54).

A pressão dos EUA para a realização de reforma agrária no Brasil – que cumpriria com o objetivo de efetivar reforma que satisfaria os camponeses e barraria um possível avanço das organizações camponesas num sentido de promoção de revolução de cunho socialista, bem como realizaria a reprodução do capital num novo segmento – resultou apenas em leis que continham a “reforma agrária” em seus textos, mas que nunca foram colocadas em prática, uma vez que as oligarquias latifundiárias inadmitiram a reforma e manejaram politicamente para que ela não ocorresse (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 226).

A proposta do imperialismo estadunidense seguia uma lógica clara e pragmática, em um momento de crise política tão profunda em que revoluções eclodiam em todo o globo: era melhor perder alguns anéis do que perder os dedos, era melhor o Estado fazer essas reformas do que o povo as fazer como parte de processos transformadores ainda mais profundos. Mas, como já anotamos, nem mesmo a proposta que na prática visava a manutenção da ordem capitalista com controle de conflitos sociais potencialmente explosivos como a reforma agrária foi aceita pelas classes dominantes locais.

O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, durante o regime militar, é exemplo de lei que prevê a reforma agrária, mas que nunca foi colocada em prática. Porto-Gonçalves (2006, p. 226) conta que “o então ministro Roberto Campos dissera que o Estatuto da Terra deveria ser promulgado para atender às pressões dos EUA, mas que não deveria ser aplicado”. Neste mesmo sentido é que havia sido aprovada pelo Estado de São Paulo a Lei da Revisão Agrária, em 1960, a qual autorizava o Poder Executivo a comprar terras para fins de reforma agrária (OLIVEIRA, 2007, p. 112). Essas leis tiveram, portanto, um caráter demagógico, haja vista não terem efetivado a reforma agrária.

É importante observar que a reforma agrária proposta pelos EUA não coincide com as pautas das Ligas Camponesas, muito mais influenciadas pelos processos de

revolução agrária pelos quais passaram a China, Vietnã, Coreia e outros, os quais realizaram a distribuição de terras tendo o camponês como protagonista do processo e num contexto de guerra contra a dominação colonial³¹ (OLIVEIRA, 2007, pp. 77/80). No Brasil, não havia a situação de dominação colonial direta, como nesses países que estavam invadidos por potências capitalistas – como o Vietnã e a Argélia, que foram invadidos pela França, ou a China, invadida pelo Japão e disputada por potências europeias. Mas a luta pela reforma agrária era contra um sistema oligárquico com fortes bases no sistema colonial, tendo em vista que o latifúndio no Brasil foi constituído para atender uma demanda da metrópole num primeiro momento e que esses laços foram reforçados mesmo com a independência, tendo o Brasil “independente” continuado a cumprir internacionalmente um papel de fornecedor de matérias primas para as potências capitalistas.

No início dos anos 1960 há avanço no trabalho de organização e mobilização das Ligas Camponesas, aglutinando cada vez mais camponeses em torno de suas bandeiras de luta, inclusive com a realização de várias greves (OLIVEIRA, 2007, p. 110). Entre os anos de 1954 e 1962, ocorreu apenas uma greve de trabalhadores rurais em Pernambuco; enquanto no ano de 1963 ocorreram 48 greves, sendo duas delas consideradas “greves gerais” a nível estadual. Como resultado dessas lutas os camponeses pernambucanos conseguiram derrubar o governo do estado, representante das oligarquias latifundiárias locais (MORAIS, 2006, p. 30). Em resposta, as oligarquias latifundiárias promoveram violência, com o assassinato de cinco camponeses no mês de janeiro, três nos meses de agosto e setembro – todos esses no estado de Pernambuco – e mais vários outros no estado da Paraíba (OLIVEIRA, 2007, p. 110). A onda de violência ganhou repercussão na imprensa nacional, principalmente com o assassinato de João Pedro Teixeira, um dos líderes mais destacados da “Liga do Sapé”, que contava com mais de sete mil sócios. As manchetes diziam: “Líder camponês morto numa emboscada com 3 tiros de fuzil”, “cinco mil camponeses foram ao enterro de João Pedro para mostrar que a luta continua” (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

Nessa época, as pautas das Ligas Camponesas contavam com amplo apoio popular, e com a ascensão de João Goulart ao poder central do Estado, em 1962, o

³¹ De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 71), “as revoluções agrárias sempre estiveram histórica e estreitamente relacionadas ao conceito de revolução camponesa. Dessa forma, o conceito de revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de uma outra sociedade. Portanto, quando um movimento social reveste-se de uma forma ampla e radical de transformação, trata-se de uma revolução agrária.”

qual defendia a necessidade da reforma agrária, o tema passou a estar presente frequentemente nos discursos do Presidente da República (OLIVEIRA, 2007, p. 112). Jango era um representante de um setor da burguesia que considerava que o latifúndio era arcaico e a reforma agrária era fator indispensável para a modernização da agricultura, para a formação de um mercado interno consumidor e para o desenvolvimento da industrialização do país (OLIVEIRA, 2007, p. 112). A proposta de Jango, como se vê, não visava o rompimento com o sistema-mundo moderno-colonial, mas sim a inserção da economia brasileira de maneira mais significativa no mercado internacional, mas de uma forma mais independente e soberana, por meio de industrialização. De toda maneira, essa proposta era contrária aos interesses das oligarquias latifundiárias, as quais eram maioria no Congresso Nacional. Assim, João Goulart nunca conseguiu que sua proposta de uma lei nacional de reforma agrária fosse aprovada (OLIVEIRA, 2007, p. 114).

É importante ressaltar que a reforma agrária, por si só, não acompanhada de várias outras medidas que promovam mudança radical em toda a sociedade, não é suficiente para mudar as relações hierárquicas de colonialidade existentes. Mas do ponto de vista da satisfação do direito à alimentação, ou, pelo menos, retirada imediata de milhões de brasileiros da fome, esta medida teria sido de suma importância. Nesse período, Josué de Castro era deputado federal por Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e fazia discursos em defesa da reforma agrária na plenária do Congresso Nacional. Além disso, é atribuída a ele a organização do Primeiro Congresso dos Camponeses de Pernambuco, que ocorreu em setembro de 1955 e culminou com um grande desfile dos camponeses pelas ruas de Recife (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

A defesa da reforma agrária por alguns deputados no Congresso Nacional, assim como a defesa da reforma agrária pelo então Presidente da República, João Goulart, fez com que as oligarquias latifundiárias reagissem. Sendo assim, de acordo com a análise realizada pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o golpe militar de 1964 teve como um de seus principais motivos a mobilização intensa da sociedade em torno da reivindicação da reforma agrária, tanto é que procedeu, a partir do golpe militar, uma “verdadeira caça às lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas” (OLIVEIRA, 2007). Não por coincidência, Josué de Castro foi exilado do país no ano de 1964.

O golpe militar significou uma reorganização das forças e das relações de poder pelas classes dominantes, oligarquias, que se sentiam ameaçadas pela organização dos

camponeses em torno de pautas que visavam romper com os seus privilégios de séculos. O golpe foi apoiado pelo imperialismo, principalmente e mais diretamente pelos Estados Unidos da América, e também pelas oligarquias latifundiárias. Para barrar a reivindicação da reforma agrária, os militares colocaram em prática a modernização conservadora do campo brasileiro. A modernização conservadora consistiu, assim, em deslocar a discussão que as Ligas Camponesas faziam sobre o “latifúndio subutilizado” ou “latifúndio improdutivo”. Enquanto as Ligas Camponesas pesavam, principalmente, o *latifúndio* como principal responsável pela pobreza e fome de grande parcela da população brasileira, o governo militar dava acento aos termos *subutilizado* e *improdutivo*. De toda maneira, o latifúndio, nessa análise, deixa de ser um problema, passando a ser os problemas principais a sua subutilização ou improdutividade.

Se o latifúndio não é mais um problema, mas apenas o latifúndio improdutivo é um problema, significa dizer que o problema não está na desigualdade por ela mesma, nas relações hierárquicas e oligárquicas existentes na nossa sociedade, o problema passa a ser apenas uma questão de *produção*. Ou seja, se o latifúndio for *produtivo* ele não é injusto. Vê-se, portanto, que essa é uma visão que beneficia as oligarquias latifundiárias e acaba por manter as relações oligárquicas, coloniais, estabelecidas entre minorias privilegiadas e o restante da população, maioria negra, indígena ou mestiça, que será, “no máximo” trabalhador (assalariado ou não) desse latifúndio.

A aplicação da Revolução Verde é chamada de modernização conservadora justamente por prever um aumento da produtividade da terra, mas sem alterar as relações de poder nela estabelecidas. Em geral, a Revolução Verde, pelo contrário, acabou aprofundando os problemas denunciados pelas Ligas Camponesas:

“Essa modernização, **que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada**, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão ‘modernização conservadora’.” (PALMEIRA, 1989, p. 87) (grifo nosso)

Com o golpe militar, a Revolução Verde passa a ser a política agrícola oficial (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 55). O problema da fome, portanto, deixa de ser pensado a partir da distribuição de terras, o que distribuiria também poder político, e passa a ser, de acordo com a política oficial de governo, uma questão de

desenvolvimento de tecnologias para aumento da produtividade. Isto é, toda a discussão que foi feita na década de 1950 sobre a necessidade política e econômica de reforma agrária em nosso país é enterrada, processo marcado, além da instituição de um novo modelo agrícola, pela prisão, tortura, assassinato ou exílio das lideranças camponesas, como o líder das ligas camponesas Francisco Julião, e um de seus principais apoiadores, Josué de Castro.

3.3. Latifúndio em monocultura: a manutenção de elementos colonizadores no agronegócio brasileiro.

Como explicitamos nos tópicos anteriores, a Revolução Verde foi a principal política agrícola implantada pelo regime militar a partir da década de 1960, a qual satisfazia tanto aos interesses das potências imperialistas, como aos das classes dominantes locais, destacadamente as oligarquias latifundiárias. Esse modelo visou o aumento da produtividade do campo brasileiro, sem transformação das relações sociais e de poder nele historicamente conformadas. Essa medida era contrária à reivindicação dos camponeses brasileiros, os quais lutavam por uma reforma agrária como forma de solucionar os problemas de miséria e de fome a que estavam submetidos. Ou seja, lutavam por transformações nas relações sociais e de poder do campo brasileiro.

Para manter as relações sociais coloniais na sociedade brasileira foi importante que a Revolução Verde mantivesse, pelo menos, dois elementos que acompanham a história da agricultura do Brasil desde a colonização portuguesa: o latifúndio e a monocultura de exportação (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 6). O latifúndio é elemento central na manutenção dos privilégios de uma minoria que compõe a oligarquia brasileira, enquanto a monocultura exportadora é essencial para satisfação de interesses imperialistas, e também garante grandes lucros à oligarquia latifundiária.

Da implantação da Revolução Verde resultou o modelo agrícola que hoje chamamos de agronegócio. O agronegócio, ao se basear no latifúndio combinado com a monocultura, tem conferido um nefasto impacto ambiental e social (CAMACHO, 2012, p. 02). A implantação desse modelo agrícola tem causado consequências que podem ser vistas nos danos ambientais, no êxodo rural, na miserabilidade, na fome, no desemprego, etc. (CAMACHO, 2012, p. 2). Isso ocorre porque é um modelo que tem

em sua essência a exploração do trabalho para a produção, reprodução, acúmulo e centralização do capital (CAMACHO, 2012, p. 02).

A manutenção do latifúndio significa que o modelo agrícola decorrente da Revolução Verde não foi combinado com um processo de democratização do acesso à terra, mas sim com cada vez maior concentração fundiária (OLIVEIRA, 2007). A prevalência do latifúndio com sua produção monocultora e exportadora demonstra que a preocupação principal não é com o abastecimento interno, mas sim com o abastecimento das potências capitalistas e com o lucro dos latifundiários com esta exportação. Ambas as características – latifúndio e monocultura – permanecem desde o Antigo Regime Colonial, do modelo agrícola de quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Tais características indicam a existência, atualmente, de relações de colonialidade entre as oligarquias, que detêm o poder político e econômico, e o restante da população, negra, indígena e mestiça, maioria no país.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam que o Brasil ainda é “o país do latifúndio”: os estabelecimentos com mais de 100 hectares “representam apenas 9,6% do total dos estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total” (HOFFMAN; NEY, 2010, p. 7). E ainda, cerca de 50% das terras exploráveis no Brasil pertencem apenas a 1% dos proprietários, que correspondem a 50 mil detentores de terras (HOFFMAN; NEY, 2010, p. 7). Ou seja, metade das terras agricultáveis do país estão nas mãos de apenas 50 mil famílias (o que, num país de mais de 200 milhões de habitantes, é um número ínfimo).

O agronegócio, ao impor o monocultivo de produtos (soja, cana-de-açúcar, milho, algodão e eucalipto, principalmente) para a exportação, combinado com o latifúndio, causa profundos impactos na biodiversidade. Regiões que milenarmente foram ocupadas pelos povos indígenas conseguiam produzir alimentos diversificados. Também os camponeses, pequenos agricultores que a partir de 1500 se espalharam pelo Brasil, conseguiam produzir com relativa diversidade. O processo de expansão do latifúndio monocultor, no entanto, tem diminuído a biodiversidade, restringindo também a diversidade da alimentação da população. Machado e Machado Filho (2014, pp. 58-59) demonstram a gravidade da situação:

Os povos pré-históricos alimentavam-se com mais de 1.500 espécies de plantas e, pelo menos, 500 espécies e variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Há 150 anos, a humanidade alimentava-se com o produto de 3.000 espécies vegetais que eram, em 90% dos países, consumidas localmente. Hoje, 15 espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – milho, trigo, arroz e soja – respondem por 70% da produção e consumo. Tende-se, pois, a uma perigosa monocultura e, como se sabe, a homogeneidade tende à morte, já que a heterogeneidade é o estado dinâmico, vital. Assim, a biodiversidade é a forma de assegurar o indispensável estado dinâmico da heterogeneidade da natureza, visto que a homogeneização produzida pelos procedimentos da “revolução verde” e das chamadas exigências de mercado paralisam os processos vitais, intrinsecamente dinâmicos e dialéticos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 58-59).

E, além da biodiversidade, Camacho (2012, p. 02) destaca que o agronegócio causa impactos nefastos também na sociobiodiversidade, uma vez que, além de promover devastação ambiental³², “o agronegócio interrompe o processo humano de produção da cultura popular, pois des(re)territorializa os sujeitos produtores desta cultura no campo” (CAMACHO, 2012, p. 02). Isto é, o monocultivo em latifúndios expulsa do território os povos (camponeses, quilombolas, indígenas) que usam aquele espaço como forma de reproduzir sua cultura. O agronegócio não reproduz cultura, apenas produz e reproduz capital, e ao, impor o seu modelo para o máximo de regiões, diminui a sociobiodiversidade dessas mesmas regiões. O latifúndio e a monocultura não matam, portanto, apenas as plantas e as possibilidades de cultivos diversificados, aniquilam também a cultura dos povos, o que progressivamente, acaba por matar esses povos.

Exemplo de aniquilamento da cultura dos povos do campo é a cada vez maior diminuição das festas juninas, que celebram a colheita do milho, nas regiões dominadas pelo agronegócio. Enquanto em regiões do Nordeste e em Minas Gerais o São João e

³² Os Bancos de Sementes congeladas que são apresentados á população como modernos e como uma forma de defesa da biodiversidade do planeta são, na verdade, uma contramedida já pensada para o caso da monocultura e sua ínfima variação genética levarem, apesar do intenso uso dos agrotóxicos, à evolução de espécies microscópicas ou de insetos capazes de devastar as culturas de continentes inteiros e, quiçá, até de forma global. Se a natureza e a evolução conseguirem fazer o que elas têm feito nos últimos cinco bilhões de anos, a nossa solução será retomar o plantio de variadas espécies de plantas que a monocultura, a imposição do mercado sobre os gostos das pessoas, praticamente extinguiram. Lembrando também que as grandes empresas de alimentos atualmente conseguiram transformar as sementes em mercadorias, e uma das facetas desse processo é a modificação genética da semente com o chamado gene *exterminator* que impede que os frutos dessa semente sejam capazes de reproduzir e, portanto, criar novas plantas. Ou seja, até mesmo a variação genética dessas poucas espécies de plantas que a indústria impõe pode ocorrer de forma natural. Esse é um aspecto intrigante que demonstra que toda a ciência e técnica envolvidas no modelo do agronegócio a nível internacional, na procura do lucro máximo beira a completa irracionalidade (MOONEY, 1987).

São Pedro são festejados em Campina Grande, Sobral, Caruaru, Feira de Santana, Montes Claros, e tantas outras cidades, com arraiais em que as pessoas fazem banquinhas para venderem pamonha, curau, milho cozido, cangica, bolo de milho, e, em meio a festa, a renda é distribuída entre esses produtores; no Centro-oeste e São Paulo a principal festa tem se tornado cada vez mais as chamadas “Pecuárias”, a exemplo de Goiânia, Ribeirão Preto e Barretos, e tantas outras cidades do interior. As festas Agropecuárias nessas regiões são realizadas pelos sindicatos rurais (patronais, dirigidos por latifundiários), patrocinados pelas empresas transnacionais de vendas de insumos e agrotóxicos, com grandes apresentações dos artistas do *showbusiness* – e não artistas locais – e monopólio dos grandes restaurantes, em detrimento da valorização da produção do pequeno agricultor local. Nessas festas há também grande ode à cultura dos Estados Unidos, exaltando a figura do *cowboy*, todo produzido com seus apetrechos caros, muito diferente dos “peões” brasileiros (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 46).

Jean Ziegler, estudioso sobre a fome, em visita ao Brasil nos anos 2000, presenciou o avanço do latifúndio monocultor de cana-de-açúcar e os seus impactos sobre a população local, no Nordeste. A experiência foi relatada em sua obra “Destruição em massa: geopolítica da fome” (2012). Ele descreve que pelas estradas que passava, no Vale do Capibaribe, em Pernambuco, a paisagem era de um “oceano verde de cana-de-açúcar [que] estende-se ao infinito” (ZIEGLER, 2012, p. 253). Nós, brasileiros, sabemos que essa realidade não é apenas do Nordeste. Também nas estradas do interior de São Paulo a paisagem é do oceano verde da cana-de-açúcar; enquanto no sul de Goiás e no Mato Grosso, vemos o oceano verde da soja. Em todos esses lugares, e muitos outros, o oceano verde não é o de uma natureza inexplorada, e, portanto diversificada: o verde de uma só espécie significa, necessariamente, a morte de muitas outras.

O modelo imposto pela Revolução Verde, que hoje chamamos de agronegócio, preza pela extrema especialização, tanto no sentido da monocultura, quanto pela dependência de alguns poucos cultivares, expresso, por exemplo, nos “oceanos verdes” de soja e cana-de-açúcar (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 28). Essa dependência torna as produções mais vulneráveis às pragas e variações climáticas, e também mais dependentes das tecnologias desenvolvidas pelas empresas transnacionais de insumos, sementes e agrotóxicos (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 28). As produções agrícolas dos países ficam dependentes, assim, desse conhecimento específico desenvolvido nos laboratórios das potências capitalistas (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 28). Ou ainda,

esses conhecimentos, muitas vezes são, na verdade, conhecimentos milenarmente desenvolvidos pelas populações camponesas, indígenas, dentre outras, apropriadas de maneira privada pelas transnacionais, por meio das patentes (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 3). Mas, a partir do momento que há essa apropriação, cada vez mais os agricultores se veem pressionados a comprarem como conhecimento privado um conhecimento que foi desenvolvido de maneira coletiva, pelas populações originárias.

A semente da soja transgênica, largamente utilizada no Brasil, diminui os custos com a mão de obra, pois os agricultores não precisam realizar controle de pragas, e as técnicas de plantio direto facilitam o processo da semeadura também (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24). O agricultor compra uma “pacote fechado”, com a instrução de como deve ser plantada a semente, bem como quais agrotóxicos deve usar e de que maneira. Nesse sentido, é uma agricultora cada vez mais afastada dos agricultores, visto que esses devem apenas seguir a receita prescrita pelos “técnicos” das empresas transnacionais – vendedoras das sementes e agrotóxicos (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24), e, ao mesmo tempo, cada vez mais dependente do conhecimento apropriado e vendido por essas empresas. O agricultor é estimulado também a produzir aquilo que essas empresas impõem, caso contrário, não tem acesso a créditos nos bancos, essenciais para a produção. Por isso, vemos as regiões da soja, da cana-de-açúcar, do milho... todos os agricultores são pressionados a produzir aquilo que o sistema financeiro exige.

Para a concessão de crédito os bancos exigem certo pacote tecnológico para produção de determinadas matérias primas que atendem aos interesses do mercado internacional. Sem esse crédito não há introdução do pacote, não há produção, ou melhor, não há rentabilidade na produção. A produção de outras culturas que não as impostas pelos bancos e seu sistema de financeirização é praticamente a ruína do produtor. Inclusive por haver uma hierarquia na produção do latifúndio cuja produção atende ao mercado internacional, com produtos tratados como *commodities* com preço avaliado em dólar. Os demais produtos como os hortifrutigranjeiros são relegadas aos camponeses que tiram baixíssimo lucro de sua produção e só alcançam algum lucro por contarem com o trabalho familiar que passa por extrema exploração, sem essa cobrança frenética o seu caminho é a derrocada.

Assim, o modelo imposto pela Revolução Verde é o da exportação de *commodities*, de concentração de terras e de exclusão das populações (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 31). Os oceanos verdes, seja de cana-de-açúcar ou de soja,

representam, assim, a morte não só de outras plantas e animais, mas presumem também a necessária expulsão das populações que previamente ocupavam esses territórios. A expansão do latifúndio e da monocultura no território nacional, por meio da expansão do agronegócio, tem, por isso, diminuído a sociobiodiversidade, pois expulsa dali a natureza e também os povos. A lógica do agronegócio é a da utilização da terra para produção e reprodução do capital, e para que a terra cumpra com esse papel, ela deve estar vazia (MARÉS, 2015, p. 59). A terra valorizada, nesse sistema, é aquela que não esteja ocupada pela natureza, por índios ou outras populações tradicionais; pois o que se valoriza é o espaço vazio ou possível de esvaziamento. A terra deve estar vazia para que nela se possa construir ou plantar (MARÉS, 2015, p. 59).

A expansão da Revolução Verde, opção do Estado brasileiro desde a década de 1960 que se mantém até hoje, por meio do modelo agrícola que chamamos de agronegócio, tem promovido um grande número de conflitos no campo, os quais tem resultado em assassinatos de camponeses, indígenas e quilombolas que resistem e não desocupam as terras onde vivem há anos, muitas vezes há séculos ou até milênios. Esses conflitos são fruto da expansão do agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2004), do seu esforço em tornar a terra vazia para então reproduzir ali o receituário da Revolução Verde: a agricultura em latifúndios monocultores. Exemplos de ataques recentes contra os povos camponeses e indígenas são os que ocorreram no município de Colniza – MT (região de expansão da soja), em que 10 (dez) camponeses foram assassinados³³; no Maranhão, em que índios gamela foram atacados por pistoleiros contratados por latifundiários, alguns deles tiveram as mãos decepadas³⁴; em Pau D’arco, Pará, em que 10 camponeses foram torturados e assassinados³⁵.

Em 2014, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) completou 30 anos de registros dos dados de número de conflitos e assassinatos no campo brasileiro. A síntese desses 30 anos é que foram registrados 23.079 conflitos por terra e 4.389 conflitos trabalhistas, sendo 3.128 por trabalho escravo, registrados no país. Nesses conflitos estiveram envolvidas 20.623.043 pessoas. E ainda, dos conflitos resultaram 1.723 assassinatos, os

³³ CARTA CAPITAL. Massacre em assentamento no Mato Grosso mata dez. 21/04/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/chacina-em-assentamento-do-mt-mata-10>>. Acesso em 03 jun 2018.

³⁴ ESTADÃO. Índios são atacados em conflito de terra no Maranhão. 01/05/2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,indios-gamelas-sao-atacados-por-pistoleiros-no-maranhao,70001759384>>. Acesso em 03 jun 2018.

³⁵ BRASIL DE FATO. Massacre de Pau D’arco com dez camponeses mortos pela polícia completa 1 ano. 24/05/2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/massacre-de-pau-darco-com-dez-camponeses-mortos-pela-policia-completa-1-ano/>>. Acesso em 03 jun 2018.

quais apenas 108 foram julgados, com a condenação de 108 executores e apenas 28 mandantes (CPT, 2018).

O alto número de assassinatos no campo brasileiros demonstra a perversidade desse modelo agrícola, que ao expandir-se destrói tudo que tem na terra: natureza e povos. Os dados da CPT indicam também que os estados onde o agronegócio se expande são os maiores nos números de lideranças camponesas assassinadas e de famílias despejadas (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 21). No ano de 2003, no Mato Grosso, governado à época pelo maior produtor de soja do mundo, Blairo Maggi (atual ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Michel Temer), 6,2% da população rural foi despejada de suas terras ou das terras que reivindicam. “Isso implicaria que em menos de 15 anos toda a população rural estaria despejada. Nem no período colonial se conseguiu tal façanha” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 22).

Aonde o agronegócio chega, reproduz-se a lógica da monocultura, o que tem consequências graves para a segurança alimentar. Esse modelo tem feito com que a insegurança alimentar seja a regra (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 05), justamente porque ao impor o monocultivo, a dependência de poucos cultivares, e a dependência de um conhecimento específico – já que o conhecimento dos povos do campo são negados – toda a agricultura passa a depender de algumas corporações, aumentando a vulnerabilidade principalmente entre os povos e países coloniais e semi-coloniais (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 05). Mas não só: esse modelo tem se mostrado ineficaz na promoção de segurança alimentar também nos países ricos. A produção de poucos cultivares tem imposto também a eles o aumento da importação, a exemplo da Inglaterra, que de cada 5 frutas comercializadas, 4 são importadas, mostrando que os antigos vastos pomares ingleses não mais existem (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 5).

O agronegócio é, portanto, responsável pelo aumento da conflitualidade, pois se expande impondo controle sobre o território e as relações sociais, o que intensifica as injustiças sociais (CAMACHO, 2012, p. 03). Mas, além da concentração fundiária, o agronegócio representa também a concentração de tecnologias, logo, o latifúndio do agronegócio tem controle não só da terra, mas das tecnologias de produção, e também das formas de distribuição da produção, o que significa um controle da sociedade e seus alimentos, ainda maior do que o latifúndio monocultor de cana-de-açúcar dos séculos passados (CAMACHO, 2013, p. 03).

No entanto, ainda assim, existe uma grande propaganda na sociedade de que o agronegócio é a expressão da modernidade no campo: gera empregos, gera renda, e, em

última instância, é a grande riqueza do Brasil. Esse tipo de visão é expresso no discurso de vários parlamentares, os quais compõem a chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional; nos documentos da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); nos documentos da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio); nas propagandas do governo e também nas propagandas da Rede Globo, maior empresa de comunicação do Brasil³⁶. Para eles, o agronegócio é símbolo da modernidade no campo, e, ao mesmo tempo, omitem a barbárie da exclusão social e da expropriação dos povos do campo que a sua concentração de terra e de renda provoca (CAMACHO, 2012, p. 3).

O modelo agrícola imposto pela Revolução Verde, o agronegócio, é sintetizado da seguinte maneira por Porto-Gonçalves (2004, p. 25):

“Enfim, esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais **moderno** sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, **atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder** ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos. **Esses latifúndios produtivos são, *mutatismutantis*, tão modernos como o foram as grandes fazendas e seus engenhos de produção da principal commodity dos séculos XVI e XVII – a cana de açúcar** - no Brasil e nas Antilhas. A época não havia nada de mais moderno. A modernidade bem vale uma missa” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 25, grifos nossos).

Ou seja, todo o exposto demonstra que, guardadas as devidas proporções, o modelo agrícola hegemônico hoje no Brasil reproduz injustiças ambientais e sociais tal como o fazia os grandes latifúndios produtores de cana-de-açúcar dos séculos XVI e XVII. A produção agrícola brasileira continua submetida às regras e controle dos interesses das potências internacionais, privilegiando uma minoria, a oligarquia latifundiária. Esses grupos, ainda assim, se proclamam promotores da segurança alimentar no país. No tópico seguinte, abordaremos qual é a visão do agronegócio, expresso principalmente pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que legitima a sua proclamação de defensores da segurança alimentar.

³⁶ Em outubro de 2016 a Rede Globo iniciou a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”, que visa promover o agronegócio brasileiro como uma das maiores riquezas do Brasil. Para visualizar um dos vídeos da campanha: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>>. Além disso, em maio de 2003 foi transmitida uma série de reportagens denominada “O Brasil que deu certo”, em que se exaltavam os méritos do agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 234).

3.4. A visão produtivista e neomalthusiana da ABAG sobre questão da segurança alimentar

O presente trabalho tem demonstrado, principalmente neste terceiro capítulo, que o agronegócio não ascendeu como modelo hegemônico de produção agrícola no Brasil de maneira pacífica ou unânime. Pelo contrário, foi demonstrado que na década de 1950 havia intenso debate sobre qual caminho o país deveria tomar, o da reforma agrária ou o da permanência de um modelo latifundiário monocultor exportador. A vitória deste último foi imposta a todos, não coincidentemente no mesmo período em que se iniciava um regime militar no país, e os defensores da reforma agrária – dentre eles, os líderes das Ligas Camponesas e também Josué de Castro – foram exilados, torturados e assassinados.

O modelo latifundiário monocultor exportador ganhou “nova cara” a partir da década de 1960, quando os governos militares implantaram a Revolução Verde no país, promovendo a chamada modernização conservadora no campo brasileiro (PALMEIRA, 1989). “Modernização conservadora” justamente porque modernizava o campo, por meio da utilização de insumos, agrotóxicos e maquinários, mas mantinha na essência as estruturas anteriores, principalmente de se caracterizar como um modelo latifundiária monocultor e exportador. O aprofundamento desse modelo culminou no que hoje chamamos de agronegócio. E a manutenção do agronegócio como modelo hegemônico também não se dá de maneira pacífica ou unânime.

Para o agronegócio se manter e avançar sobre novos espaços ele tem entrado em inúmeros conflitos com aqueles que resistem ao seu avanço, ou mesmo assassinando aqueles que se recusam a se “retirar” das terras onde pretende impor seu modelo latifundiário monocultor. Os assassinatos de camponeses e indígenas citados no tópico “3.3. Latifúndio e monocultura: a manutenção de elementos colonizadores no agronegócio brasileiro” deste capítulo evidenciam isso.

O debate entre o modelo hegemônico a ser adotado pelo país não é fruto apenas de um debate interno, mas também internacional. Afinal, existe uma imposição internacional, das potências capitalistas e bancos internacionais, como FMI e Banco Mundial, para que os países adotem modelos agrícolas que sirvam com um papel no plano internacional, principalmente, no sentido de impor aos países do Terceiro Mundo que a sua agricultura sirva a fornecer matérias primas a referidas potências.

Neste contexto de conflito, entre posições distintas de qual caminho seguir, de como deve ser o campo brasileiro, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) foi fundada no ano de 1993 e, desde sua fundação, cumpriu o papel de difundir a ideologia do agronegócio, de maneira a criar uma opinião pública favorável às práticas desse modelo que se tornou a forma hegemônica de produção agrícola no Brasil (LACERDA, 2011, pp. 183-184). A principal estratégia utilizada é a de relacionar o agronegócio ao “desenvolvimento sustentado do Brasil” e à promoção da segurança alimentar (LACERDA, 2011, p. 184). Para cumprir com tais objetivos, a ABAG publicou, em 1993, o livro “Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness”, em que apresenta as suas principais ideias e propostas visando enfrentar o fato de que no Brasil milhões de pessoas são carentes de alimentos.

Quando se trata de segurança alimentar, este é um conceito em constante disputa. É comum vermos a segurança alimentar sendo defendida tanto pelos representantes do agronegócio, que em geral defendem uma maior liberalização do comércio internacional de alimentos, quanto pelos que possuem uma visão oposta, de proteção das agriculturas e conhecimentos das populações locais (MARQUES, 2010, p. 79). Não há, portanto, um sentido inequívoco do que é a segurança alimentar, assim, grupos com posicionamentos políticos e ideológicos distintos se dizem defensores e promotores de segurança alimentar, cada qual adotando um conceito específico para explicá-la. Para compreendermos qual a visão que o agronegócio promove sobre a segurança alimentar analisaremos principalmente o livro “Segurança alimentar: uma abordagem agribusiness”, editado pela ABAG, a partir dos referenciais teóricos apresentados na dissertação.

A ideia central presente no livro da ABAG é expressa na frase constante em sua p. 21 e que é transcrita na “orelha” do livro:

A história dos países desenvolvidos revela que foi **a adoção de uma política de segurança alimentar que lhes assegurou crescimento econômico com demanda sustentada**, dando-lhes estabilidade e melhor distribuição dos frutos do progresso material e melhor qualidade de vida. Não se diga que eles o fizeram porque são ricos. A verdade é o contrário. Eles tornaram-se ricos, porque assim o fizeram (grifo nosso) (ABAG, 1993, p. 21).

A ABAG relaciona o nível de desenvolvimento, no sentido de crescimento econômico e bens materiais assegurados à população, à adoção de uma política de segurança alimentar, a qual, tendo sido implantada, propiciou o enriquecimento

dos países de Primeiro Mundo. Completa afirmando quais os termos dessas políticas de segurança alimentar:

É com a incorporação de novas tecnologias, que redundam em aumentos de produtividade, que se obterá redução consistente do preço dos alimentos nas cidades, sem perda de renda para o agricultor. Este fato, conhecido e comprovado em todos os países ricos sem exceção, confirma-se também em países do Terceiro Mundo, como Índia e Paquistão (ABAG, 1993, p. 22).

A ABAG considera, então, que a solução para a promoção da segurança alimentar de uma população, a qual ela define como “o acesso assegurado a cada família à quantidade necessária de alimentos para garantir uma dieta adequada a todos os seus membros para uma vida saudável” (ABAG, 1993, p. 21), é: 1) a adoção de uma política de segurança alimentar; 2) essa política deve propiciar a incorporação de tecnologias para aumento da produtividade. Mas nos países de Primeiro Mundo, usados pela ABAG, a adoção de políticas de segurança alimentar e incorporação de tecnologias para aumento da produtividade teve um significado distinto dos países de Terceiro Mundo e, especialmente, do Brasil.

A noção de segurança alimentar foi disseminada primeiramente nos países de capitalismo central no contexto do pós-guerra (MARQUES, 2010, p. 79). Principalmente a Europa teve a sua agricultura devastada durante a Segunda Guerra Mundial e a fome assolou o continente. A noção de segurança alimentar neste período surge, então, como uma necessidade militar, de se garantir alimentação para a população mesmo durante a guerra ou ocorrência de embargos (MARQUES, 2010, p. 79). O termo não está relacionado, portanto, desde o seu início, a uma questão de preços baixos para facilitar o acesso a alimentos.

Como forma de fortalecer a agricultura no pós-guerra foram realizados esforços pela maior modernização da produção agrícola. A modernização, tendo como um de seus traços o aumento dos maquinários, dispensou grande número de mão de obra, o que promoveu êxodo rural, isto é, migração de populações do campo para as cidades europeias. As políticas de bem-estar social realizadas na época, com a promoção de empregos, possibilitou que os migrantes fossem absorvidos nas cidades. Logo, o processo de modernização do campo na Europa, embora tenha promovido êxodo rural, não gerou grandes problemas de ordem social nas cidades, que conseguiram receber e absorver essa população (MARQUES, 2010, p. 79). Outro elemento é que nos países europeus de capitalismo central havia distribuição agrária, isto é, não havia

concentração fundiária nas mãos de poucos. Assim, o processo de modernização da agricultura fortaleceu uma agricultura familiar modernizada (MARQUES, 2010, p. 79).

Em resumo, os Estados europeus, para promoverem segurança alimentar no pós-guerra, interviram para conformar um modelo de exploração agrícola assentado na empresa familiar e produtiva, ajustada ao desenvolvimento capitalista e industrial (MARQUES, 2010, p. 80). Esse modelo atualmente é chamado de produtivista, visto que tem como eixo para a promoção da segurança alimentar o aumento da produtividade. Como veremos, tem sido bastante contestado, principalmente quando da sua aplicação nos países de Terceiro Mundo, devido os grandes impactos sociais e ambientais que acarreta (MARQUES, 2010, p. 80).

No Brasil, a segurança alimentar começa a ser discutido nos âmbitos técnicos e acadêmicos nas décadas de 1970 e 1980, mas ganha maiores proporções já no final da década de 1980 e início da década de 1990 quando vários setores populares se uniram tendo como pauta principal a reivindicação e mobilização pela segurança alimentar (MARQUES, 2010, p. 80). Movimentos que lutavam por uma maior democratização do Brasil e se opunham às políticas liberais do então presidente Fernando Collor propuseram a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA). Esta política tinha como base a ideia de segurança alimentar associada às ideias de democratização, de acesso à cidadania e equidade no acesso aos alimentos (MARQUES, 2010, p. 80). Esta noção, portanto, se diferenciava da noção europeia do contexto pós-guerra, estritamente produtivista. No Brasil, a promoção da segurança alimentar se relacionava à efetivação da reforma agrária como um de seus pontos basilares, bem como políticas de emprego, renda e produção (MARQUES, 2010, p. 80).

O resultado das mobilizações dos movimentos populares e diversos grupos da sociedade brasileira foi colocar a segurança alimentar como pauta urgente. Além disso, serviu para organizar várias pessoas em torno do tema, por meio, por exemplo, da criação de comitês em várias regiões da Ação da Cidadania contra a fome e miséria e em favor da vida, encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Nesse mesmo período foi fundado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e realizada, em 1994, a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (MARQUES, 2010, p. 80).

Enquanto era desenvolvida e promovida essa visão de segurança alimentar que visava a democratização do país e a equidade ao acesso aos alimentos, tendo por base uma reforma agrária, uma outra visão de segurança alimentar emergia e era

propagandeada, sendo esta a do agronegócio, propalada principalmente pela ABAG (MARQUES, 2010, p. 81).

A proposta da ABAG é levar para o campo do debate sobre segurança alimentar os interesses dos grupos agroindustriais, reivindicando melhor estrutura e estabilidade econômica para investimentos, apresentando em contrapartida a ideia de que o aumento na oferta de alimentos resolve o problema da fome (MARQUES, 2010, p. 81). A perspectiva é a de aumentar a oferta de alimentos sem estabelecer compromissos sociais tais como o da efetivação de uma reforma agrária (MARQUES, 2010, p. 81). A tese da ABAG é caracterizada por ser, portanto, essencialmente, produtivista (MARQUES, 2010, p. 81). E pode-se dizer também que está associada ao pensamento, descrito por Porto-Gonçalves (2006, p. 15), como acrítico, haja vista que, por estar no centro do poder, um pensamento questionador não é importante para este setor, de acreditar e defender que para todos os problemas existe uma solução técnica, e que esses problemas independem de soluções políticas. Podemos perceber que esta é uma forma de absorção das ideias difundidas pelos grupos imperialistas a nível mundial. Os capitalistas se utilizam desses argumentos “técnicos” para escamotear a sua defesa de classe nos mais diferentes problemas e, inclusive, no que diz respeito a concentração fundiária, produção agrícola e segurança alimentar.

Josué de Castro, ao combater as ideias de Malthus, de que o mundo não era capaz de produzir alimentos suficientes para toda a sua população, expõe que o desenvolvimento de tecnologias, na década de 1950, já vinha proporcionando aumento de produtividade, e acreditava que com o tempo mais e mais solos até então não agricultáveis poderiam sim ser cultivados devido desenvolvimento de técnicas agrícolas (CASTRO, 1965). No entanto, o simples aumento da produtividade, por meio da aplicação de novas tecnologias, não é suficiente para promover a segurança alimentar de toda a população mundial.

Historicamente, a discussão internacional sobre segurança alimentar serve para ilustrar como o aumento da produtividade, por si só, não é suficiente. Na década de 1970, o mundo viveu duas quebras significativas na produção agrícola, causadas por fatores climáticos, a primeira em 1972, e a segunda em 1974, o que causou diminuição abrupta nos estoques de alimentos. Além disso, o mundo viveu no mesmo período a crise do petróleo, o que levou a alta dos preços dos combustíveis, dos fertilizantes e agrotóxicos, agravando ainda mais a situação de crise alimentar (TAKAGI, 2006, p. 12). Em 1974, a FAO promoveu em Roma a reunião da Cúpula Mundial da

Alimentação, que visava debater sobre quais os rumos a tomar ante ao aumento, a passos largos, da fome sobre diversas regiões do globo. A discussão girou em torno da disponibilidade de alimentos, apontando para a necessidade de aumentar a produtividade, para que pudesse aumentar os estoques de alimentos, de maneira que a disponibilidade de alimentos fosse garantida o tempo todo (TAKAGI, 2006, p. 12).

Esse contexto serviu como legitimador e motivou ainda mais a promoção da Revolução Verde (VALENTE, 2002, p. 111), com vistas ao aumento da produtividade e consequente ampliação de estoques nacionais e internacionais de alimentos. Já na década de 1980, foi observado que a Revolução Verde de fato conseguiu promover o aumento da produtividade por meio de adoção de novas tecnologias, no entanto, contraditoriamente aos objetivos que ela anunciava, o número de famintos no mundo só aumentou (VALENTE, 2002, p. 112).

E ainda, sobre o argumento de que para a promoção de segurança alimentar é preciso aumentar a produtividade, Flávio Valente (2002, p. 48) esclarece que o caso brasileiro é a prova cabal de que a produção de alimentos em quantidade suficiente não é suficiente para alimentar toda a população. Afinal, “desde a década de 1950 o Brasil tem produzido alimentos em quantidade suficiente para alimentar toda a sua população” (VALENTE, 2002, p. 48). O aumento da produção *percapita* desde então só aumentou. Logo, a compreensão e defesa de que para resolver os problemas da fome no Brasil no final do século XX (visto que o texto analisado da ABAG foi escrito em 1993) é anacrônico e não científico. Pesquisas como a de Flávio Valente (2002) e Jean Ziegler (2012) revelam que a necessidade de aumento da produtividade não é uma demanda de solução do problema da fome, e sim para satisfazer os interesses do imperialismo e das oligarquias latifundiárias que lucram com essa produção, a qual, em sua maioria, é exportada.

A ABAG repete os preceitos da Revolução Verde, com o fim de popularizar referida posição política no Brasil como a forma mais correta de combater a fome, ignorando o que Machado e Machado filho (2014, p. 53) sabiamente apontam: “Em 1950 havia alguns milhões de famintos, hoje, há um bilhão de pessoas padecendo de fome (FAO, 2011)”. Ou seja, do ponto de vista de solução dos problemas da fome, a Revolução Verde é um fracasso.

Além disso, é falso também o discurso da ABAG que afirma que os países ricos assim o são em virtude de terem promovido políticas de segurança alimentar. Em verdade, os países ricos assim o são por que lhes foi possível desenvolver a

modernidade, a qual está, necessariamente, assentada na colonialidade. Portanto, o que possibilitou a riqueza de países foi a exploração extenuante a que submeteram, por meio da colonização, povos e regiões inteiras, que lhes forneciam as matérias-primas fundamentais para o seu progresso econômico. A industrialização dos países europeus, em especial, só foi possível devido a exploração das matérias-primas na América; pela dominação dos africanos por meio da exploração do tráfico e da mão-de-obra escrava; e também pela possibilidade da exportação de seus produtos aos mercados consumidores da América e demais regiões colonizadas. Aqui cabe destacar a indagação de Mahatma Ghandi, citado por Porto-Gonçalves (2006, p. 48): “Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro. O que seria necessário para desenvolver a Índia?”.

A ABAG continua comparando a situação brasileira à de países de capitalismo desenvolvido ignorando suas formações históricas distintas, senão opostas, que fazem com que seja impossível a aplicação dos seus planos de maneira bem-sucedida pelo fato de que as bases daqueles países, autênticos Estados-nação modernos democráticos, são opostas às do Brasil, um Estado oligárquico que nunca efetivou uma democratização real do controle do poder político.

Não há país desenvolvido que não tenha colocado a **segurança alimentar** de sua população na linha de frente de sua **estratégia nacional**. E esta é a razão por que chegaram à condição de bem-estar, qualidade de vida e progresso material em que se encontram. Estudos mostram que foi o aumento substancial da oferta de alimentos e a elevação do salário real que levou a uma acentuada diminuição das desigualdades na distribuição da renda e à estabilidade reinante nos últimos quarenta anos. Não se diga que esses países assim procederam porque são ricos. A verdade é o contrário: eles são ricos, porque assim o fizeram (grifo nosso) (ABAG, 1993, p. 24)

Nesse trecho, a ABAG apresenta que os países desenvolvidos colocaram em primeiro lugar a política de segurança alimentar, e isso os fez desenvolver. No entanto, nesses países, a política de segurança alimentar consistiu na modernização da produção agrícola em espaços democratizados, ou seja, onde havia distribuição das terras. No Brasil, pensar a segurança alimentar sem pensar numa política de reforma agrária é ignorar a história do nosso país, colonizado, que nunca foi democratizado. A concentração fundiária é um obstáculo para a concretização da segurança alimentar, visto que mantém a desigualdade entre a população, sendo uma das causas da miséria e pobreza de grande parte do povo brasileiro. Assim, a modernização do campo brasileiro, sem mudanças na estrutura fundiária, não serviu para aumentar a segurança alimentar da população.

E ainda, no Brasil, é a agricultura camponesa (realizada em propriedades de até 100 hectares) que tem produzido os alimentos consumidos internamente. Ela é responsável por mais de 33% do valor bruto da produção agropecuária, correspondendo a 10% do PIB do país. Sobre isso, calha ressaltar que parte da campanha de promoção do agronegócio é de que ele é o carro que puxa o Brasil na economia, tornando, por exemplo, nossa balança comercial favorável. De fato, enquanto no mundo a agricultura há algumas décadas representa cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, no Brasil o setor agrícola corresponde a cerca de 23%, o que se deve à escolha de mantê-lo, na divisão internacional do trabalho, como um país agrário-exportador. Mas o dado que essa argumentação ufanista costuma esconder é que, quase 23% do PIB nacional da agricultura, quase a metade, 10%, corresponde à produção camponesa em pequenas e médias propriedades. Isso se levarmos em conta toda a situação de dificuldade que a agricultura camponesa enfrenta quando ela só dispõe de 30% das terras agricultáveis do país e recebe somente 20% dos créditos estatais de benefício ao setor. Ou seja, o agronegócio com 70% das terras e 80% dos recursos devolve ao país apenas 13% do PIB, quase o mesmo tanto que os camponeses em termos de riqueza econômica (MACHADO, 2017).

Além disso, representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 74% da mão-de-obra do campo. Mesmo ocupando apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, é responsável por 70% dos alimentos da população: 50% das aves e ovos, 46% do milho, 59% dos suínos, 58% da bovinocultura do leite, 38% do café, 87% da mandioca, 34% do arroz, 70% do feijão (ZÍGER, 2013, p. 17). Ou seja, quem tem promovido a segurança alimentar e também gerado mão de obra no campo no nosso país não é o agronegócio, mas sim a agricultura camponesa.

Chamamos atenção também para a “estratégia nacional”, termo que grifamos no trecho do texto da ABAG para evidenciar dois aspectos do discurso da ABAG. Primeiro, uma estratégia *nacional*, fruto de um *interesse nacional* só é possível em países que possuem a condição de autênticos Estados-nação modernos nos quais, de fato, houve uma unificação da população em torno de uma mesma identidade e histórias compartilhadas. Em tópico anterior exemplificamos que a França é o exemplo europeu mais bem-sucedido de unificação da população por meio do nacionalismo, de forma que povos que originariamente possuíam culturas e identidades distintas hoje se identificam, primeiramente, como “franceses” (QUIJANO, 2005, p. 120).

Da mesma maneira, os Estados Unidos da América também conseguiram unificar sua população branca em torno de uma identidade nacional. Os migrantes, mesmo que mantivessem suas culturais originais, se identificavam como “estadunidenses”. Isso só foi possível porque esses migrantes participaram ativamente do processo da revolução americana, que resultou na democratização do controle da geração e gestão das instituições públicas e do principal recurso para a produção, a terra. Os migrantes participaram, inclusive, do processo de expansão do território estadunidense, exterminando populações indígenas. Aqueles que migraram em momento posterior aos EUA, mesmo que não participaram ativamente do processo revolucionário de democratização, eram incentivados à participação política e respeitada a liberdade daqueles que decidiam pela não participação. Em conclusão, essa unidade em torno de um interesse *nacional* só foi possível, tanto na França quanto nos EUA e demais Estados-nação modernos, devido aos processos de democratização radical pelos quais passaram (QUIJANO, 2005, p. 120).

O Brasil, no entanto, tal como os demais países latino-americanos, não passou por processos de democratização do controle do poder. Os povos que chegaram mais longe, ainda assim, foram derrotados, como os haitianos e peruanos, ambos nos fins do século XVIII. A falta de democratização no Brasil implica em que a maioria da população (mestiça, negra e indígena), não detém o controle do poder político, ou de recursos de produção (como a terra) ou da geração e gestão das instituições públicas, os quais ficam nas mãos de uma oligarquia (minorias branca). Logo, não é possível falar em um interesse nacional no Brasil, pois os interesses da oligarquia são não só distintos como opostos ao da maioria da população, visto que para continuar no controle do poder e manter seus privilégios, a oligarquia mantém a dominação sobre a maioria da população³⁷(QUIJANO, 2005).

³⁷ Não faltam exemplos na história do Brasil para demonstrar que os interesses da oligarquia que detém o poder político é oposto ao da maioria da população. No século XIX, durante o Império, o povo se levantou em diversas revoltas, tais como a Cabanada (Nordeste), Cabanagem (Pará), Revolta dos Malês (Bahia), Sabinada (Bahia), Balaiada (Maranhão), Insurreição Praieira (Pernambuco), Farroupilha (Rio Grande do Sul); Já na República velha, fins do século XIX e início do século XX: Guerra de Canudos (Bahia), Revolta da Vacina (Rio de Janeiro), Revolta da Chibata (Rio de Janeiro), Guerra do Contestado (Santa Catarina e Paraná), Revolta dos 18 do Forte (Rio de Janeiro), Coluna Prestes (início no Rio Grande do Sul), Intentona Comunista de 1935 (Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte); E no século XX, durante o regime militar: luta armada nas cidades e no campo; Guerrilha do Araguaia (sul do Pará). Contra todas essas revoltas o governo político central, por meio do seu exército, representando os interesses da oligarquia (minorias branca) reprimiu, torturou e assassinou milhões de pessoas. Esses são apenas alguns exemplos.

Ao continuar apresentando a proposta de uma política de segurança alimentar semelhante ao dos países ricos para resolver os problemas da fome no Brasil, a ABAG toma como exemplo a política instaurada pelo ex-presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt. O então presidente dos EUA teria, com o fim de estabelecer uma “política radical e definitiva contra a fome”, promovido uma série de medidas para retomar o crescimento aumentando a produção: eletrificação rural, promovida pelos próprios agricultores organizados em cooperativas; criação de colônias agrícolas; transferência da população desempregada das cidades para o campo; renegociação das dívidas dos produtores rurais junto aos bancos (ABAG, 1993, p. 25). A ABAG toma essas medidas como os fatores principais que visaram resolver os problemas de fome e miséria nos EUA no período pós-crise econômica de 1929. Medidas práticas que muito provavelmente teriam e tiveram resistências desses mesmos setores se aplicadas para a população pobre e faminta do Brasil.

No entanto, Casanova (p. 32, 1995) atenta ao fato de que a riqueza dos Estados Unidos da América é provida, principalmente, pela sua política externa que promove exploração sobre vários povos, e não pelas suas políticas internas. Casanova (1995, pp. 32-33) cita o linguista Noam Chomsky para referir-se à “liberdade” defendida pelos estadistas dos EUA – dentre eles, Roosevelt – de explorar e dominar outros povos e regiões:

Em sua *Managua Lectures*, em *The Future of Terrorism* e em outros trabalhos, Noam Chomsky referiu-se ao que chama “a quinta liberdade”, que junta às quatro mencionadas por Franklin Delano Roosevelt quando este se aliou à luta contra o nazismo. Roosevelt falou então da liberdade de falar, da liberdade de acreditar, da liberdade frente à miséria, da liberdade frente ao medo (liberdade de palavra, liberdade de culto, e vida livre de carências e de medo). Chomsky afirma, de forma didática: ‘A conclusão principal – e não muito surpreendente – que se depreende do testemunho documental e histórico é que a política internacional e de segurança dos Estados Unidos, enraizada na estrutura de poder de sua sociedade nacional, tem como meta primordial a preservação do que poderíamos chamar ‘a Quinta Liberdade’, entendida, grosseiramente, mas com bastante exatidão, como a liberdade de roubar, de explorar e de dominar, de tomar qualquer medida prática que assegure a proteção e o fomento dos privilégios’ (CASANOVA, 1995, pp. 32-33).

Logo, um país que mantém uma política internacional colonizadora não pode ser compreendido completamente sem que este fato esteja no centro da análise. A ABAG expõe as medidas que Roosevelt tomou para o campo como se elas fossem independentes do fato de que, concomitantemente a elas, os EUA promovia a pilhagem

dos recursos de várias outras regiões, onde impunha o seu poder colonial (CASANOVA, 1995, p. 32).

A ABAG ignora essa diferença essencial entre os países de Primeiro Mundo e os de Terceiro Mundo: as suas histórias como países que, principalmente, foram colonizadores ou foram colonizados. Afinal, por mais que os EUA tenha sido colonizado e explorado pela Inglaterra, desde a sua independência aquele país desenvolveu política imperialista, tendo tido êxito em, ele mesmo, colonizar outras regiões e povos. Quando a ABAG se esforça em compreender quais seriam as diferenças entre os países de Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, no sentido de tentar desvendar porque estes possuem qualidade de vida muito inferior aos primeiros, a resposta que propõem é neomalthusiana:

“Em que pese a importância de outros fatores essenciais à qualidade de vida, o centro dos problemas do Terceiro Mundo está no quociente da equação alimento/população. A espécie humana levou cerca de 400 séculos para atingir uma população de um bilhão de espécimens, o que aconteceu por volta de 1850. Para chegar ao segundo bilhão, passaram-se oitenta anos (1930); mais de 45 anos (1975) e a população dobrou, atingindo quatro bilhões. E até final do século, serão mais dois bilhões, ou seja seis bilhões de habitantes. [...] O impacto desse crescimento não se distribuirá de maneira uniforme em todas as regiões do planeta. Do bilhão que vai nascer até o final do século, apenas 100 milhões terão seu registro de nascimento feito no Primeiro Mundo. Os 900 milhões restantes vão nascer nos países pobres do Terceiro Mundo, principalmente nos trópicos” (ABAG, 1993, p. 138).

Para analisar essa questão, voltemos a Josué de Castro (1957), que em seu “O Livro Negro da Fome”, afirma que Malthus é sempre lembrado quando o mundo não se propõe a combater a fome. No caso, a ABAG não traz expressamente o nome de Thomas Malthus, mas a sua concepção de que o problema da fome no Terceiro Mundo é essencialmente um problema de excesso de população é uma visão neomalthusiana. A ABAG (1993, p. 137), ao afirmar que “o **centro** dos problemas do Terceiro Mundo está no quociente da equação alimento/população” (grifo nosso) dá principalidade a esse problema que, de acordo com Josué de Castro e outros estudiosos que o sucederam, é um problema falso. E, conseqüentemente, ao apresentar o falso “problema demográfico”, ignora-se o verdadeiro problema, isto é, as estruturas hierárquicas do sistema-mundo moderno colonial.

Ao elencar o problema demográfico como principal entrave para a segurança alimentar da população do Terceiro Mundo, a ABAG propõe que a solução é o aumento da produção. Essa é uma visão produtivista e neomalthusiana (VALENTE, 2002, p. 41).

Flávio Valente (2002, p. 48) destaca que, desde a década de 1950 o Brasil já produz o suficiente para alimentar toda sua população, logo, não se trata de um problema demográfico. A fome dos brasileiros deve-se

“às graves desigualdades sociais e regionais que ainda prevalecem no país, quais sejam: a extrema concentração da terra, da riqueza e da renda; o abastecimento alimentar insuficiente em várias áreas rurais e urbanas do país; o inadequado controle de qualidade dos alimentos, que se consubstanciam em severas dificuldades de acesso a uma alimentação segura e nutricionalmente adequada, em nível domiciliar” (VALENTE, 2002, p. 48).

O problema da fome do brasileiro, portanto, são as desigualdades provocadas por uma sociedade que reproduz uma lógica colonial. Enquanto uma minoria tem acesso a terra, a riqueza e a renda, a maioria da população não tem acesso nem a terra, nem a riqueza, nem a renda. Diante disso, a maioria da população tem seus direitos negados, dentre eles, o direito humano à alimentação.

3.5. Os impactos das políticas do FMI para o Brasil: a diminuição dos investimentos nas áreas sociais e nas políticas de segurança alimentar

A colonialidade é a expressão de práticas sociais e de poder que reforçam relações de exploração e dominação legitimadas sobre pressupostos pretensamente racionais, científicos e naturais (QUIJANO, 2005). Sendo assim, são vários os aspectos da colonialidade, visto que ela está presente em diversas práticas sociais e de poder. Um dos elementos dela é a financeirização do mundo: cada vez mais as empresas transnacionais controlam a economia e a política internacionais legitimadas por um discurso liberal, de “fim das fronteiras” e do “livre comércio”. Assim, normalmente, aqueles que se beneficiam desse processo costumam relacionar a financeirização à liberdade. No entanto, Lenin (2012) e Casanova (1995) demonstram como este é um traço característico do imperialismo, para que as potências permaneçam no poder concedendo empréstimos aos países de Terceiro Mundo às custas de submissão política e econômica. Os exemplos das fomes na Índia, China e Brasil do primeiro capítulo, bem como dos países africanos e Haiti no segundo capítulo são demonstrações disso.

No presente trabalho adotamos o conceito de globalização como sendo o processo de expansão do sistema-mundo moderno colonial e suas relações hierárquicas de dominação e exploração pelo planeta (PORTO-GONÇALVES, 2006). Entendemos

que esse processo teve início em 1492, com a chegada da Coroa espanhola na América, e a partir daí esse processo tem se aprofundado. No caso brasileiro, a partir da década de 1960, a imposição da Revolução Verde como modelo agrícola oficial e hegemônico representou a expansão do capital no campo, e, com isso, um aumento da inserção da produção agrícola brasileira no mercado internacional.

Por meio de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de tecnologias, novas áreas foram incorporadas ao mercado. Por exemplo, foi durante o regime militar, no início da década de 1970, em plena implantação da Revolução Verde como modelo oficial do governo, que foi construída a rodovia Transamazônia, de modo a integrar a região Norte, e a sua produção, ao mercado. Foi nesse período também (década de 1970) que a Embrapa desenvolveu tecnologias necessárias para que os solos do cerrado fossem propícios ao cultivo de soja (corrigindo, principalmente, a acidez do solo), de maneira a integrar os estados do centro-oeste brasileiro no mercado internacional por meio da exportação desse produto (EMBRAPA, 1978).

Na década de 1970, a realização de investimentos em infraestrutura e em tecnologias fez com que o período ficasse conhecido como “milagre econômico”. No entanto, referidos investimentos foram realizados com base em contração de dívidas pelo Estado (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 11). A dívida externa brasileira, a qual origina-se ainda quando o país era uma colônia de Portugal e foi aumentando durante o Império e República Velha, tem um salto considerável durante o regime militar, especialmente durante os governos de Médici e Geisel (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 11).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o FMI e Banco Mundial passam a ser os principais credores das dívidas externas no mundo. Governos do mundo inteiro passam a lhes solicitar empréstimos, os quais só são concedidos mediante o compromisso dos governos de adotarem programas de ajustes de caráter neoliberal (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 16). O empréstimo só é concedido, assim, aos países que se submetem econômica e politicamente às pautas estabelecidas e impostas pelo FMI e Banco Mundial.

As condições políticas e econômicas para a concessão de empréstimos existiam desde o início desse sistema de dominação. Ao explicar sua tese sobre o que é o imperialismo, Lenin (2012, pp. 50-51) afirma que as colônias pediam dinheiro emprestado aos bancos dos países imperialistas e, se estes emprestavam, o país imperialista passava a ter inúmeras vantagens na colônia, tais como o compromisso de

construção de infraestrutura e outras estruturas naquela país devedor com empresas do país credor. Essa realidade descrita por Lenin em 1916 permanece até os dias de hoje. Logo, o Brasil, ao contrair milhões em dívidas com o FMI, que representa os interesses das potências capitalistas e suas empresas transnacionais, passa a se submeter a diversas políticas que os beneficiam.

Em 1983, o Brasil, já superendividado, assinou seu primeiro acordo de ajuste estrutural com o FMI. Isto é, a dívida foi renegociada, mas, para tanto, era preciso que o Brasil se comprometesse com as pautas ditadas pelos credores, as quais tratavam-se principalmente do avanço do neoliberalismo no país (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 16). No entanto, uma forte crise econômica que atingiu o Brasil na década de 1980 fez com que o então Presidente da República, José Sarney, anunciasse a suspensão do pagamento dos juros relativos à dívida externa de médio e longo prazo. A suspensão não durou muito tempo, em novembro de 1987, o governo já estava renegociando a retomada dos pagamentos (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 18).

Foi Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, que colocou o Brasil definitivamente sob o controle do FMI, quando aceitou todos os termos do “Plano Brady”, desenvolvido pelo então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o qual previa a renegociação da dívida da maneira que fosse mais lucrativa aos credores (GONÇALVES; POMAR, 2000, p. 20). Isso resultou em que as políticas do governo de FHC fossem totalmente pautadas no receituário do FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, o que teve impactos significativos na segurança alimentar do brasileiro (VALENTE, 2002, p. 74).

A renegociação da dívida externa a partir do acordo assinado por Fernando Henrique Cardoso impôs ao Brasil

“a abertura irrestrita do mercado brasileiro a produtos estrangeiros e a implementação de um programa nacional de ajuste estrutural (redução do tamanho do Estado, desestatizações, eliminação de subsídios à indústria e à agricultura nacional, redução dos gastos sociais, estabilização da moeda, entre outros).” (VALENTE, 2002, pp. 74-75).

O acordo com o FMI fez com que, em 1999, quase 100% dos recursos que seriam destinados a infraestruturas essenciais (construção e reparos de estradas, habitação, saneamento, etc.) não fossem liberados. Por outro lado, o pagamento da dívida externa foi cumprido à risca e dentro do prazo estipulado (VALENTE, 2002, pp. 76-77). Outros dados que comprovam o grande comprometimento que o governo tinha

com o pagamento da dívida em detrimento da promoção de políticas que visassem a efetivação de direitos da população, é o aumento considerável do valor do PIB destinado ao pagamento da dívida: enquanto em 1995 14% do orçamento público era dedicado ao pagamento da dívida pública, no ano de 2000 41% do orçamento foi reservado para o pagamento de referida dívida (VALENTE, 2002, p. 77). O aumento do orçamento gasto com pagamento da dívida significou, automaticamente, a redução dos gastos na área social e de investimentos (VALENTE, 2002, p. 77).

No decorrer dos anos 2000 não houve diminuição da porcentagem do orçamento geral da União para o pagamento da dívida pelo Brasil. Dados divulgados pelo Movimento Auditoria Cidadã da Dívida demonstram que no ano de 2012, 43,98% do orçamento geral da União foram gastos com a dívida pública (no mesmo ano, o investimento em saúde foi de 4,17% e de 3,34% em educação); em 2013, 40,30% foi gasto com a dívida pública (enquanto 4,29% foram investidos em saúde e 3,70% em educação); já em 2014 os gastos com a dívida foram da ordem de 45,11% (o investimento em saúde foi de 3,98% e 3,73% em educação); em 2015, os gastos com a dívida pública foram de 42,43% (4,14% em saúde e 3,91% em educação)³⁸. E mesmo com o Brasil gastando quase metade de todo o seu PIB com o pagamento da dívida, ela, em vez de diminuir, só está aumentando: de janeiro de 1995 a agosto de 2015 ela aumentou com taxa exponencial de 18,65% ao ano, passando de R\$ 135,9 bilhões para R\$ 3,86 trilhões (multiplicou-se por 28,4) (BENAYON, 2016).

O pagamento da dívida pública é, no Brasil, uma obrigação prevista em lei. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) foi um “presente de grego do FMI [que] obriga a União, Estados e Municípios a sacrificarem todo tipo de despesa que não o serviço da dívida, a favor dele” (BENAYON, 2016). O governante que se recusa a pagar a dívida, a princípio, cometeria um crime. Por isso, a prioridade em pagar a dívida é máxima, já o de cumprir com a efetivação de direitos sociais, dentre eles, o direito humano à alimentação, não é prioridade, e o seu não cumprimento, nem mesmo é crime.

Os dados revelam que quantidade significativa (quase metade) do orçamento arrecadado pela União é automaticamente transferida a bancos internacionais, e não investidos em medidas que visem a promoção de direitos e aumento de qualidade de vida para a população. Por isso, Valente alerta que

³⁸ Todos esses dados podem ser verificados no sítio do Movimento de Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/graficos/>>. Acesso em 03 jun 2018.

“é impossível levar a política de erradicação da miséria simultaneamente ao seguimento cedo do receituário do FMI. [...] Entendemos que adotar a decisão política de continuar a pagar a dívida interna e externa, ao custo da continuidade da insegurança alimentar e nutricional de significativa parcela da população brasileira é uma clara violação do direito humano à alimentação desta população” (VALENTE, 2002, pp. 79-82).

Além do aspecto da dívida externa por si só, isto é, o gasto de quase metade do orçamento geral da União para o pagamento de seus juros e amortizações em detrimento de investimentos em setores públicos que tragam algum retorno direto à população, como educação e saúde, outro aspecto igualmente grave são as medidas de reajuste estrutural que o FMI impõe aos países devedores do Terceiro Mundo. Ou seja, além do gasto em si, uma série de medidas é adotada, as quais causam ainda mais impactos à vida da maioria da população. Dessa série de medidas tomadas, destacaremos uma das quais se relaciona com o agronegócio brasileiro: exemplificaremos como as medidas impostas pelo FMI têm gerado um aumento da concentração fundiária no país.

3.6. Os impactos dos planos no FMI no Brasil: o aprofundamento do agronegócio e a insegurança alimentar

O conceito de agronegócio, na língua portuguesa, deriva de *agribusiness*, que significa um complexo de sistemas que integra todas as dimensões da economia capitalista: agricultura, indústria, comércio e finanças. E todos esses sistemas estariam sob o controle das empresas transnacionais do agronegócio, as quais exercem poder sobre todos os sistemas do complexo no mundo inteiro, num contexto de economia cada vez mais globalizada (FERNANDES, 2008, p. 165)³⁹. Isso significa que o Brasil, inserido nesse contexto de globalização e internacionalização da economia, tem a exploração de seus recursos naturais ditados pelos grandes grupos econômicos, nacionais e, principalmente, internacionais. Daí que, para atender a esses interesses os nossos recursos são explorados visando a exportação (CAMACHO, 2012, p. 06).

Os organismos internacionais, dentre eles, FMI, OMC e Banco Mundial, representando os interesses do capitalismo financeiro, ou seja, ditam políticas a serem cumpridas pelos países de maneira a beneficiar esses grupos. A internacionalização da

³⁹ Camacho (2012, p. 5) elenca as dez empresas transnacionais que controlam o agronegócio em escala mundial: Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Syngenta, Novartis, Nestlé, Danone, controlando os setores de produção agrícola, sementes transgênicas, agrotóxicos e comércio agrícola de exportação.

economia brasileira significou a apropriação da força de trabalho vendida pelos brasileiros, bem como os recursos aqui explorados, pelas nações desenvolvidas (CAMACHO, 2012, p. 06). O discurso dos governantes e das oligarquias latifundiárias para justificar essa lógica é o de que é necessário pagar a dívida externa, a qual, no entanto, é impagável (CAMACHO, 2012, p. 6).

No início da década de 1990, o Brasil deu início a políticas denominadas neoliberais, o primeiro foi o Plano Collor, que consistiu no confisco temporário do dinheiro depositado nos bancos; e o segundo foi a implantação do Plano Real por Fernando Henrique Cardoso. E, junto com eles, uma série de outras políticas neoliberais foram implantadas em vários setores. No que diz respeito ao campo brasileiro, foi incentivado o aprofundamento do que até então era chamado de *agribusiness*, e que então ganha o seu correspondente em língua portuguesa, o agronegócio (OLIVEIRA, 2006, p. 146). A consequência direta do plano de aprofundamento do agronegócio foi a expansão das culturas de exportação, particularmente da soja, e o crescimento da violência (expresso pelos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, ambos na década de 1990). Cada vez mais a agricultura camponesa era “engolida” pela agricultura capitalista, e com isso áreas que antes eram dedicadas ao cultivo dos alimentos essenciais para a existência da humanidade foram substituídas pela atividade econômica de produção de *commodities* para o mercado mundial (OLIVEIRA, 2006, p. 147).

Como forma de popularizar o agronegócio, para que o Brasil continuasse cumprindo com o seu papel de ser um país exportador de *commodities*, a mídia passou a propagandear a produção de soja. A expansão da soja no Centro-oeste era apresentada como o avanço do Oeste brasileiro, tal como ocorrera no *MiddleWest* estadunidense (OLIVEIRA, 2006, p. 148). Junto a esse processo, procedeu-se também o aumento da concentração de terras, associado à grilagem (OLIVEIRA, 2006, p. 146). As oligarquias latifundiárias expandiam suas terras por meio da apropriação irregular de terras devolutas ou por meio da expulsão de camponeses, muitas vezes posseiros que viviam há décadas nas terras dos cerrados e da Amazônia (OLIVEIRA, 2006, p. 146).

Além da política da soja, imposta pelos organismos internacionais e aplicada pelos governos locais, no final dos anos 2000 o FMI propagandou a necessidade de produção dos biocarburantes, os quais os principais são o bioetanol e biodiesel (ZIEGLER, 2012, p. 243). A proposta dos organismos internacionais é que, progressivamente, os agrocarburantes vão substituindo a fonte de energia fóssil

(petróleo), a qual sabem que é finita. O bioetanol é produzido a partir da transformação de vegetais que possuem sucralose (beterraba, cana-de-açúcar e outros) ou amido (trigo, milho, etc.). Já o biodiesel é produzido a partir da transformação do óleo vegetal ou animal por um processo químico e promovendo a reação deste com um álcool (metanol ou etanol) (ZIEGLER, 2012, p. 243).

Os Estados Unidos da América é o maior interessado no desenvolvimento de tecnologias alternativas para a produção de energia. Afinal, para manter sua indústria funcionando, os EUA “queimam, diariamente, em média, vinte milhões de barris de petróleo, isto é, a quarta parte da produção mundial” (ZIEGLER, 2012, p. 250). Desse total, 61% são importados de regiões do mundo que causam preocupação ao governo estadunidense devido suas instabilidades políticas e por serem regiões onde os Estados Unidos “não são queridos” (ZIEGLER, 2012, p. 250). Em consequência disso, precisam gastar mais de um trilhão de dólares todos os anos para manter bases militares na Arábia Saudita, Bahrein e Qatar, de modo a garantir que o petróleo que sai dessa região vá direto aos EUA (ZIEGLER, 2012, p. 250).

A situação toda, no entanto, é insegura para os EUA, já que precisam promover guerras para manter a importação de um produto que são tão dependentes. Por isso, eles têm avançado bastante na produção dos biocarburantes e incentivado outros países a desenvolverem tecnologias para essa produção também, como o Brasil. Esse é um dos motivos pelos quais temos visto as notícias de que a produção de cana-de-açúcar no nosso país estava aumentando consideravelmente⁴⁰.

O governo brasileiro criou um programa específico para incentivo do cultivo de cana-de-açúcar para produção do bioetanol: o Proálcool. De acordo com Ziegler (2012, p. 256) “a implementação do Proálcool acarreta a rápida concentração de terras nas mãos de alguns barões autóctones e das sociedades transnacionais”. Essa constatação foi feita com base na análise da concentração fundiária que ocorreu na maior região açucareira do estado de São Paulo, em Ribeirão Preto, a partir de 2002. Os dados mostram que de 1977 a 1980, a dimensão média das propriedades saltou de 242 para 347 hectares, concentrando a propriedade nas mãos de latifundiários e de empresas transnacionais (ZIEGLER, 2012, p. 256).

⁴⁰ G1. Produção de cana no Brasil aumenta em 2017. 20/04/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/producao-de-cana-no-brasil-aumenta-em-2017.ghtml>>. Acesso em 03 jun 2018.

Esse movimento no sentido da concentração fundiária ocorre devido a que os pequenos produtores não possuem capital para se equipar com máquinas e comprar insumos, e por isso são impedidos de se lançarem à cultura intensiva da cana. E logo são pressionados a vender ou locar suas terras às grandes propriedades vizinhas, resultando na expulsão dos camponeses de suas terras (ZIEGLER, 2012, p. 257). De 1985 a 1996 foram registrados no Brasil a expulsão de 5,4 milhões de camponeses e o desaparecimento de 941.111 pequenas e médias propriedades agrícolas, as quais foram “engolidas” pelos latifúndios (ZIEGLER, 2012, p. 257).

O monopólio da terra causa tanto a pobreza rural quanto urbana, já que os camponeses expulsos são aqueles que vão residir nas favelas das grandes cidades. E ainda, esse processo de concentração fundiária coloca em risco a segurança alimentar de toda a população já que a agricultura familiar é atualmente responsável pela produção dos alimentos dos brasileiros, enquanto o agronegócio-latifúndio-exportador produzem *commodities* que, nesse caso específico (cana-de-açúcar) nem mesmo é um alimento, se não matéria prima para a produção de combustível (ZIEGLER, 2012, p. 257).

O Proálcool, programa do governo criado como parte das políticas ditadas pelos organismos internacionais – FMI, OMC e Banco Mundial – ao Brasil, como se vê, promove grandes prejuízos para os camponeses e suas famílias, bem como põe em risco a segurança alimentar da população em geral. Em contrapartida, proporciona lucro aos “barões brasileiros do açúcar” (os quais produzem esse produto desde a colonização portuguesa) e às grandes empresas transnacionais – Louis Dreyfus, Bunge, NobleGroup, Archer Daniels Midland, grandes grupos financeiros que comercializam esses produtos (ZIEGLER, 2012, p. 257).

Além do aumento da concentração fundiária e consequente expulsão dos pequenos proprietários de terra, a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar afeta a segurança alimentar da população em geral, mas mais especificamente da população da região onde está se expandindo, visto que aí não haverá mais produção das culturas de víveres, as quais deverão ser importados. A importação de alimentos acaba resultando em preços mais altos, fazendo com que aqueles que não conseguem pagar pelo alimento importado padeçam de fome.

Com isso, conclui-se que as políticas do Fundo Monetário Internacional têm provocado consequências gravíssimas na vida do povo brasileiro, especialmente, o aumento da insegurança alimentar. O incentivo a um modelo de produção que provoca concentração fundiária demonstra que as políticas adotadas pelo governo visam o

benefício das oligarquias latifundiárias e também das empresas transnacionais, que lucram com a miséria de nosso povo. Fica demonstrado, assim, que a opção pelo modelo agrícola decorrente da Revolução Verde, o agronegócio-latifúndio-exportador reproduz uma lógica colonial, ao beneficiar minorias que detêm o poder em detrimento da maioria da população do Brasil.

O agronegócio foi, então, implantando na década de 1960, mas aprofundado a partir da década de 1990 pelos governos que seguem rigidamente o receituário das organizações financeiras de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial e OMC). Ele “tem sido extremamente pernicioso para as condições de vida em geral e para as condições alimentares e nutricionais da população” (VALENTE, 2002, p. 74), uma vez que produz commodities para exportação e destrói os espaços que outrora produziam alimentos. E mesmo que recentemente o Brasil tenha visto um decréscimo no número de pessoas em situação de fome, inclusive com a comemoração de que o país saiu do mapa da fome – para o qual está ameaçado de voltar⁴¹, outros problemas, decorrentes do aprofundamento do agronegócio como modelo hegemônico, se apresentam. São esses o aumento do número de obesos ou pessoas com sobrepeso, fruto do aumento da ingestão de comidas industrializadas; e o envenenamento de nossos alimentos pelo uso de agrotóxico.

Sendo assim, o agronegócio, modelo incentivado, ou mesmo imposto, pelo FMI aos países de Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil, tem como características principais o latifúndio, o monocultivo, a exploração de intensa do trabalho e a exportação (CAMACHO, 2012, p. 26). A sua implantação no Brasil foi facilitada pelo processo de globalização e financeirização da economia, com a inserção cada vez maior do país na economia internacional. Enquanto os ideólogos neoliberais estudam o fenômeno da globalização sem relacioná-lo à exploração, para nós, sustentados em nossos referenciais teóricos, o processo de globalização propiciou um aprofundamento das relações de dominação e exploração.

⁴¹ Em 2014, em relatório apresentado pela FAO sobre o Brasil, foi verificado que menos de 5% da população estava em situação de fome, o que o retira do chamado “Mapa da Fome”. O tema foi pauta da imprensa nacional e também divulgado nos sítios oficiais do governo: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>>. Acesso em 21 jun 2018.

CONCLUSÃO

A fome e a insegurança alimentar são problemas reais, concretos, de hoje. Mais de 800 milhões de pessoas vivem em situação de fome (FAO, 2017), um terço da população mundial não pode desenvolver seu potencial físico e intelectual em consequência das carências de vitaminas e minerais (ZIEGLER, 2013, p. 57), crianças estão morrendo por má nutrição aguda e severa (ZIEGLER, 2013, p. 55). Mas ao mesmo tempo em que bilhões de pessoas vivem na pobreza e miséria, menos de 1% dos seres humanos mais ricos, cerca de 200 famílias, detém mais de 50% das riquezas da humanidade⁴². Ou seja, (extrema) riqueza e (extrema) miséria convivem.

Vários estudiosos e intelectuais se debruçaram a tentar compreender o porquê de tamanha desigualdade no mundo. O esforço deste trabalho, em última instância, também é o de compreender o porquê disso. Recorremos primeiro a Josué de Castro, médico e geógrafo brasileiro reconhecido internacionalmente por sua obra dedicada a descobrir as causas da fome e a combater aqueles que falsificavam a realidade, atribuindo falsas causas para a fome e miséria. Castro elencou as ideias do inglês Thomas Malthus como as principais a serem confrontadas, pois pôde perceber que foi Malthus quem melhor sistematizou a noção de que a causa da fome é *natural*. Ou seja, a fome é fruto do aumento vertiginoso da população, o que é impossível de ser acompanhado pelas forças de produção, e, naturalmente, parte da população está fadada a morrer de fome, sem que nada possa ser feito para evita-lo.

Noção esta que é repetida até hoje por diversos intelectuais, tanto os neomalthusianos, quanto outros que nem percebem a influência que sofrem, mas também acabam por naturalizar a fome. Além disso, a tese de Malthus foi assumidamente utilizada pelo Império Britânico no século XIX, o qual, ao expandir seu poder, expandia também as regiões de fome no mundo: a tese de que a fome é natural eximia a coroa inglesa de qualquer responsabilidade na fome dos povos do mundo. Os Estados hoje, conscientes ou não de que são influenciados pelas ideias de Malthus, também reproduzem essa visão ao proporem políticas de planejamento familiar para que as pessoas tenham menos filhos, como se isso fosse o necessário para acabar ou diminuir a fome nos países.

⁴² Dados divulgados pelo banco suíço *CreditSuisse*, disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn>. Acesso em 14 nov. 2017.

Josué de Castro, na contramão deste raciocínio, desenvolve a teoria de que as causas da fome são as relações sociais e de poder opressoras que proporcionam a alguns se enriquecerem e a outros muitos empobrecerem cada vez mais. E a origem dessas relações opressoras, de dominação, é o processo de colonização a que a maioria das regiões do mundo foram submetidas desde a conquista da América pela Europa.

Baseado na tese de Josué de Castro é que se desenvolveu todo o trabalho: num primeiro momento apresentando e contrapondo as duas teses, de Malthus e de Castro. Ao analisar a fome catastrófica que acometeu o mundo, com destaque para Índia, China e Brasil no final do século XIX, não tivemos dúvidas do acerto da teoria de Josué de Castro. As classes dominantes justificaram a fome que matou milhões de pessoas nesse período (no Brasil, pelo menos 5% da população morreu) como resultado do “mau tempo”, das secas. As secas podem ter provocado uma situação difícil para a produção de alimentos, mas o que acarretou a tragédia de tantas mortes foi que, em meio à seca, os camponeses das colônias do Terceiro Mundo, tinham que continuar produzindo para exportar para os países capitalistas, satisfazendo aos seus interesses. Isso se dava fruto da relação colonial imposto pelas potências imperialistas a esses povos.

No segundo capítulo, passamos a identificar como relações coloniais permaneceram mesmo após a maioria das colônias terem se tornado “países independentes”. Pudemos verificar que uma série de teorias foram desenvolvidas de maneira a legitimar relações opressoras ainda existentes, ou omiti-las. Optamos por aprofundar sobre quatro aspectos dessas teorias: a colonialidade, a globalização, o neomalthusianismo e a financeirização. Demonstramos que cada uma dessas cumpre com o objetivo de legitimar e mascarar relações de opressão e dominação perpetuadas tanto por alguns países sobre outros, quanto internamente nos países. O ponto em comum dessas teorias, portanto, é o de naturalizar a exploração ou omitir a sua existência.

Quando trazemos isso para o âmbito da segurança alimentar, significa que essas teorias não identificam a situação de fome, principalmente dos países de Terceiro Mundo, com as relações de dominação e exploração a que estão historicamente submetidos e que ainda permanecem. Casanova (1995) identifica, inclusive, que as medidas de dominação aplicadas a partir da segunda metade do século XX, principalmente o aprofundamento das dívidas externas, são ainda mais eficazes em explorar os povos do que o Antigo Regime Colonial. E as medidas impostas pelos bancos internacionais aos países endividados tem causado situação generalizada de

insegurança alimentar, como foi apresentado pelos relatos de fome a partir da década de 1980 em países da África e Haiti.

No terceiro capítulo, pudemos relacionar as formas de exploração e dominação do Terceiro Mundo com o modelo agrícola hegemônico brasileiro, o agronegócio. Pensar na segurança alimentar de um país passa, necessariamente, por pensar o modelo agrário e agrícola adotado, visto que este diz respeito a produção e distribuição dos alimentos. Pudemos verificar que o agronegócio teve a sua origem com a Revolução Verde, imposta pelos governos militares, com apoio das potências capitalistas – especialmente os EUA. Ao mesmo tempo em que essa era a política adotada, milhares de camponeses, organizados principalmente pelas Ligas Camponesas, lutavam por uma reforma agrária, contra as oligarquias latifundiárias, como forma de resolver os problemas da fome.

Daí vemos que a adoção do agronegócio como modelo agrícola hegemônico, desde o seu princípio, foi contestado. A sua aplicação resultou em concentração fundiária, dependência de apenas poucos cultivares, monocultivo de exportação, implicando em diminuição das áreas destinadas a produção de alimentos. O modelo do agronegócio é uma atualização do modelo colonial dos plantations, quando o Brasil, enquanto colônia, fornecia matéria-prima (cana-de-açúcar) para a Metrópole. Assim, o modelo agrícola hegemônico hoje adotado permanece seguindo uma lógica colonial, de submeter o Brasil aos ditames do capital financeiro internacional, numa lógica de economia globalizada, beneficiando uma pequena parcela da população (oligarquia latifundiária) e grupos econômicos internacionais.

Do ponto de vista da segurança alimentar, esse modelo perpetua uma visão e uma lógica produtivista e neomalthusiana, relacionando a solução da fome com uma necessidade de aumento da produção, apartado de compromissos sociais, tais como de realização de uma reforma agrária. Assim, a lógica do agronegócio é a de expulsar os camponeses e indígenas de suas terras, produzir commodities (e não alimentos para a população) e produtos envenenados por agrotóxicos. Logo, a sua implantação e perpetuação tem contribuído para o aumento da desigualdade social no Brasil, expulsão dos povos do campo, e conseqüentemente para um quadro de insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- ASCOFAM. **O drama universal da fome**. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958.
- BENAYON, Adriano. **Mais golpes no sistema da dívida**. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mais-golpes-do-sistema-da-divida/>>. Acesso em 18 jun 2018.
- BUCK, Pearl S. Prefácio da edição norte-americana. *In*: CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais. *In*: **Revista GeoGraphos**, v.3, n.16, p.1-29, 2012.
- CASANOVA, Pablo González. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido** – últimos escritos de Josué de Castro. Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- _____. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. **O Livro Negro da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- CLAVERO, Bartolomé. *Derecho indígena y cultura constitucional en América*. México: Siglo Veintiuno, 1994.
- CPT. **Conflitos no Campo Brasil – 30 anos de registros**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/53-dados-2014/2408-release-conflitos-no-campo-brasil-30-anos-de-registros-cpt-assessoria-de-comunicacao?option=com_jdownloads>. Acesso em 03 jun 2018.
- DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2015.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

EMBRAPA. **A cultura da soja em solos de cerrados do distrito federal**. Planaltina: Comitê de publicações do CPAC, 1978.

FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2017. Building resilience for peace and food security*. Roma: FAO, 2017.

_____. *The State of Food Insecurity in the World. Meeting the 2015 international hunger targets: taking shots of uneven progress*. Roma: FAO, 2015.

FERNANDES, B. M. Agricultura de mercado, campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, David. População, recursos e ideologia da ciência. *In*: CONTEL, Fábio (org.). **Seleção de textos**. São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros, 1981.

HOFFMANN, Rodolfo e NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

LACERDA, Elaine. Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. *In*: **RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP**. v. 5, n. 1. Campinas: 2011.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHADO, Roniery Rodrigues. **Conflitos agrários e direito**: a luta pela terra e a perspectiva do pluralismo jurídico. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2017.

MALTHUS, Thomas Robert. **Malthus**. TamásSzmrecsányi (org.). São Paulo: Ática, 1982.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. *In*: **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. V. 17, n. 2. Campinas: 2010.

MARÉS, Carlos Frederico. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. *In*: **Revista InSURgência**. Ano 1, v. 1, n.1. Brasília: 2015.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. **Elementos Fundamentais Para La Crítica de la Economía Política (Grundrisse)**. v. 2. México: SigloVeintiuno, 1985.

MOONEY, P. R. **O escândalo das sementes** – o domínio na produção de alimentos. São Paulo. Ed. Nobel, 1987.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 abr. de 2018. São Paulo, 1989.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Walter Carlos. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SEN, Amartya. *Povety and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás. A importância de Malthus na história do pensamento econômico. In: MALTHUS, Thomas Robert. **Malthus**. Tamás Szmrecsányi (org.). São Paulo, Ática, 1982.

TAKAGI, Maya. **A implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios.** 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286223>>. Acesso em 16 fev. 2018.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** São Paulo: Ática, 2000.

VOGT, William. **O caminho da sobrevivência.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno.** A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. V. 1. Nova Iorque: *AcademicPress*, 1974.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: Geopolítica da Fome.** São Paulo: Cortez, 2013.

ZÍGER, Vanderley. O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas. *In: SANTOS, Carlos Alberto (org.). Pequenos negócios desafios e perspectivas.* Brasília: SEBRAE, 2013.